

Diário do Legislativo de 19/08/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 62ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 28ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Técnico "Políticas Públicas para as Mulheres - Força para Avançar"

1.3 - 29ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Técnico "Políticas Públicas para as Mulheres - Força para Avançar"

1.4 - Solenidade Realizada na 62ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização de Homenagem ao Serviço Social do Comércio - Sesc - Pelo Transcurso de Seus 60 Anos de Fundação

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ATAS

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 17/8/2006

Presidência dos Deputados Rogério Correia e Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Atas - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.566 a 3.578/2006 - Requerimentos nºs 6.796 a 6.813/2006 - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Agostinho Patrús - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Dinis Pinheiro - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Elbe Brandão - George Hilton - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Leite - José Milton - Laudelino Augusto - Lúcia Pacífico - Márcio Passos - Maria Olívia - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Atas

- O Deputado Laudelino Augusto, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Doutor Ronaldo, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

oFÍCIOS

Do Sr. Pedro Brito do Nascimento, Ministro da Integração Nacional, comunicando liberação de recursos em favor do Igam, referente à última parcela do 5º Termo Aditivo ao Convênio nº 034/2003 - MI. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Antônio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, acusando o recebimento do Ofício nº 1.425/2006/SGM, que encaminhou requerimento da Comissão de Participação Popular, formulado com base na Proposta de Ação Legislativa nº 437/2005.

Do Alte.-Esq. Roberto de Guimarães Carvalho, Comandante da Marinha do Brasil, agradecendo manifestação de aplauso formulada por esta Casa a partir de requerimento do Deputado Leonardo Moreira.

Da Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.546/2006, da Comissão de Educação.

Do Sr. José Aparecido Ricci, Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, solicitando o empenho deste Legislativo para a aprovação do projeto de lei que trata de interesse do Corpo de Bombeiros Militar, o qual tramita nesta Casa. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. José Batista Gaspar, Presidente da Câmara Municipal de Passa-Quatro, encaminhando cópia da Indicação nº 85/2006, apresentada pelos Vereadores dessa Casa. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Ilmar Bastos Santos, Presidente da Feam, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.492/2006, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. James Andris Pinheiro, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, solicitando esclarecimentos sobre a não-aprovação de emendas à LDO propostas por esse órgão e pela Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. (- À Comissão do Trabalho.)

Da Sra. Fátua Hamdan de Matos Bayão, Subsecretária de Gestão, prestando informações acerca do Requerimento nº 6.675/2006, da Comissão de Administração Pública.

Do Sr. Odilon Pereira de Andrade Neto, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde, prestando informações acerca dos Requerimentos nºs 6.551 e 6.552/2006, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Felipe Estabile Moraes, Chefe de Gabinete do Secretário de Educação, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.384/2006, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.384/2006.)

Do Sr. Gerson Barros de Carvalho, Chefe de Gabinete do Secretário de Transportes, encaminhando cópias dos convênios que menciona, juntamente com as respectivas publicações no "Minas Gerais". (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Vânia Lúcia Godoi de Faria, Delegada de Polícia Nível Especial, prestando informações sobre pedido da Comissão de Direitos Humanos encaminhado pelo Ofício nº 1.595/2006/SGM. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas desse Fundo, conforme discrimina. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Antônio Otávio Campos Ferraz, Diretor Técnico da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig -, convidando para o 1º Seminário de Gerenciamento de Riscos da Gasmig.

Do Sr. Fernando Rodrigues de Barros, Presidente da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil, fazendo considerações a respeito da tributação sobre a produção do referido setor. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Vivalde Maringue da Fonseca, Presidente da Associação Comunitária do Bairro Dom Bosco, agradecendo o exemplar contendo a relação das propostas aprovadas no seminário "Lixo e cidadania - Políticas públicas para uma sociedade sustentável".

Do Sr. Waldemar Ferreira Rocha Filho e outros, moradores do Bairro Everete e região, manifestando sua indignação com a decisão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de não entregar correspondência na residência dos moradores desse bairro. (- À Comissão de Administração Pública.)

Da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet, encaminhando exemplares da revista "Assespro". (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Gilberto de Andrade Freitas, Agente Cultural e Literário, solicitando manifestação de interesse desta Casa em permitir a exibição do documentário "Além do samba, a resistência afro-brasileira". (- À Comissão de Direitos Humanos.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.566/2006

Declara de utilidade pública o Santa Cruz Futebol Clube, com sede no Município de Conceição da Barra de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Santa Cruz Futebol Clube, com sede no Município de Conceição da Barra de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

Dimas Fabiano

Justificação: O Santa Cruz Futebol Clube, com sede no Município de Conceição da Barra de Minas, é sociedade civil sem fins lucrativos que atua na difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas.

Os requisitos pelos quais as associações e fundações constituídas no Estado podem ser declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, modificado pela Lei nº 15.430, de 2005.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências ali mencionadas, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano, e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Diante do exposto, ressaltamos a importância dos serviços que presta à comunidade e contamos com o apoio dos colegas à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.567/2006

Institui a política estadual de promoção do uso racional da água de abastecimento público e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a política estadual de promoção do uso racional da água de abastecimento público, com o objetivo de orientar, incentivar e apoiar o desenvolvimento e a implantação de procedimentos, métodos e tecnologias que contribuam para a conservação e o uso racional e eficiente da água destinada ao abastecimento público.

Art. 2º - São instrumentos da política estadual de promoção do uso racional da água de abastecimento público:

I - tarifação progressiva para o consumo de água de abastecimento público;

II - incentivos fiscais e tributários para a fabricação e a comercialização de equipamentos e aparelhos sanitários de maior eficiência hidráulica;

III - subsídios e incentivos financeiros para a aquisição e a instalação de equipamentos e aparelhos sanitários de maior eficiência hidráulica;

IV - linhas especiais de crédito para financiar a implantação ou a substituição de equipamentos e de processos produtivos que visem à redução de perdas e do consumo de água de abastecimento público;

V - campanhas de informação e educação para o uso racional e eficiente da água de abastecimento público;

VI - adoção de restrições para a concessão ou a renovação de outorga para captação de água em sistemas de abastecimento público que não disponham de programas de controle e diminuição de perdas de água.

Art. 3º - Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, incumbe ao poder público:

I – estabelecer, em sua esfera de competência, normas técnicas, medidas regulatórias e recomendações sobre:

- a) controle de perdas de água em sistemas de abastecimento público;
- b) reciclagem e reutilização de água em atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços;
- c) padrões de eficiência hidráulica de equipamentos e aparelhos sanitários empregados em unidades prediais;
- d) uso de água na limpeza de vias públicas;

II – estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a implantação de tecnologias, equipamentos e processos que possibilitem a redução de perdas e do consumo de água de abastecimento público;

III – desenvolver campanhas de informação e educação para o uso racional e eficiente da água de abastecimento público;

IV – estabelecer convênios de cooperação com Municípios e com entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de atividades, programas, projetos e obras que visem à promoção do uso racional e eficiente da água de abastecimento público;

V – consignar, na legislação orçamentária, recursos financeiros para o custeio de atividades, programas, projetos e obras voltados para os objetivos previstos nesta lei.

Art. 4º – Os Municípios e as entidades responsáveis pela gestão de sistemas de saneamento básico implementarão, na forma do regulamento, programas de controle e redução de perdas de água de abastecimento público.

Art. 5º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

André Quintão

Justificação: A água é um recurso natural essencial à vida, insubstituível na maioria das atividades desenvolvidas pelo homem e, reconhecidamente, um fator determinante para a saúde, o bem-estar e o progresso da população em geral. Em decorrência da relativa abundância de recursos hídricos do País, com exceção das regiões semi-áridas do Norte de Minas e de Estados do Nordeste, nossos modelos e hábitos de consumo formaram-se a partir da noção de que a água seria um produto inesgotável e sempre barato. Não haveria, portanto, sentido em gastar recursos financeiros ou adotar novas tecnologias para conservá-la ou mesmo para reduzir seu consumo e perdas nos processos produtivos.

O crescimento populacional, o desenvolvimento econômico e o intenso processo de urbanização ocorridos ao longo das últimas quatro décadas implicaram uma forte pressão sobre nossos mananciais em dois aspectos: de um lado, o extraordinário aumento do volume de água captada para atender às demandas crescentes das mais diversas atividades antrópicas; de outro, a elevada degradação causada a esses mananciais pelo lançamento de resíduos e efluentes sem tratamento prévio. Como consequência desses dois fatores, entre outros, várias regiões e cidades do País e de Minas Gerais vêm enfrentando sérias dificuldades para garantir seu suprimento de água em qualidade e quantidade adequadas.

Atualmente, há o claro entendimento de que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico e, como tal, deve ser gerenciada de forma a garantir seu uso múltiplo e racional para atender às necessidades presentes e futuras de todos os setores da sociedade.

No tocante ao abastecimento público das cidades mineiras, que concentram cerca de 80% da população do Estado, verifica-se que muitas são atendidas precariamente e, rotineiramente, sofrem racionamento de água por causa do esgotamento de seus mananciais. Mesmo em cidades localizadas em regiões com maior disponibilidade hídrica tem sido necessário captar mananciais cada vez mais distantes, onerando as companhias de saneamento e os consumidores.

Apesar dessas dificuldades, causa perplexidade o dado de que vários sistemas de abastecimento público têm perdas acima de 40% da água produzida antes que chegue aos consumidores finais. Preocupa, também, saber que a maioria das 853 cidades mineiras não dispõem de programas e ações voltados para o controle e a redução dessas perdas. Além desses aspectos, há também grande perda de água tratada nas cidades pela utilização de equipamentos, aparelhos sanitários e de processos produtivos com baixa eficiência hidráulica e de hábitos arraigados na população como, por exemplo, a lavagem de calçadas com mangueiras.

Para que possamos manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda de água e garantir a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social, é fundamental a conscientização da importância desse bem estratégico e a adoção de procedimentos mais eficientes para o seu uso e conservação, como o controle e redução de perdas, a reciclagem, a reutilização, entre outros. Para tanto, e sendo a gestão dos recursos hídricos uma responsabilidade típica do Estado, entendemos ser necessária e urgente a implantação de uma política estadual que oriente, estimule e favoreça o desenvolvimento de procedimentos, de métodos e de tecnologias que contribuam para a promoção do uso racional da água destinada ao abastecimento público.

Esperamos, portanto, contar com o apoio dos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 3.568/2006

Institui o Dia Estadual do Fundo Amigo da Criança.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o dia 10 de outubro como o Dia Estadual do Fundo Amigo da Criança.

Parágrafo único - A programação a ser desenvolvida neste dia será definida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em parceria com entidades públicas, privadas e sindicais, organizações do terceiro setor, veículos de comunicação e demais pessoas físicas e jurídicas envolvidas com a formulação e execução de políticas públicas de atenção a infância e a juventude.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

André Quintão

Justificação: A Campanha Fundo Amigo busca concretizar as ações, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, de promoção do direito a vida, sobrevivência, saúde, alimentação, educação, do direito aos sonhos e à liberdade de escolher com dignidade seu caminho.

A Campanha Fundo Amigo é uma ação anual de arrecadação, de caráter permanente, realizada desde 2001, tendo se tornado de âmbito nacional a partir de 2005. Nesse período, ocorreu o crescimento em mais de 4.200% do volume de recursos destinados, via incentivo fiscal, aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essa Campanha é promovida pelo Programa Pró-Conselho Brasil, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em parceria estratégica com diversas entidades, como o Instituto Telemig Celular.

Em fevereiro de 2006, de um total de 853 Municípios, 784 já contavam com Conselhos Municipais de Direitos da Criança e Adolescentes, e 722, com Conselhos Tutelares. O aumento do número de Conselhos permite a existência de mais fundos e favorece a destinação de recursos. Hoje, já existem 372 Fundos Municipais para a Infância e a Adolescência em Minas Gerais. A existência dos fundos e a divulgação da possibilidade de destinação favorecem a contribuição financeira de pessoas físicas e jurídicas.

Os Fundos para a Infância e a Adolescência são instrumentos para o financiamento de políticas públicas para o público alvo até 18 anos.

Os fundos significam um instrumento especial de repasse de recursos em virtude da participação ativa da sociedade na decisão sobre o investimento dos recursos arrecadados, além do fato dos fundos privilegiarem ações articuladas em rede, em detrimento das ações isoladas. Ainda, os fundos possibilitam a municipalização de recursos e dão maior autonomia ao contribuinte do Imposto de Renda. Dessa forma, o contribuinte pode destinar parte desse imposto a iniciativas sociais, em vez de destinar o valor total à União, gerando maior agilidade e transparência no uso do dinheiro público.

São diversas as formas de destinação de recursos aos fundos, destacando-se a chamada renúncia fiscal. Nessa modalidade, objetivo maior da Campanha Fundo Amigo, pessoas jurídicas podem destinar até 1% do Imposto de Renda devido, e as pessoas físicas, até 6%.

Na Campanha Fundo Amigo de 2005, foram destinados a 127 Municípios cerca de R\$11.000.000,00, arrecadados entre pessoas jurídicas, e R\$1.100.000,00 provenientes de pessoas físicas.

Entre as empresas que destinaram recursos aos fundos em 2005, podemos citar Acesita, Banco Real, Belgo-Mineira, Fiat Automóveis, Grupo Gerdau, Drogeria Araújo, Furnas, MBR, Localiza Rent a Car, Unimed, Usiminas.

No quadro abaixo, podem ser identificadas as modalidades de projetos mais freqüentemente financiadas com recursos dos fundos.

Programas/Projetos	Total	%
Atendimento no horário alternado ao da escola	2.051.743,06	31%
Outro	1.400.033,88	21%
Educação Infantil	775.404,08	12%
Iniciação profissional de adolescente	633.385,45	10%
Orientação, apoio e acompanhamento temporário	607.298,82	9%
Acolhimento, sob forma de guarda	557.974,54	8%
Apoio à família	264.627,50	4%
Prestação de serviço à comunidade	183.995,14	3%

Tratamento a alcólatras e toxicômanos	110.042,84	2%
Liberdade assistida	61.548,14	1%
Internação em estabelecimento educacional	500	0%
Total	6.646.553,45	100%

Nosso objetivo, ao apresentar esta proposta, é instituir no calendário oficial do Estado uma data voltada para a divulgação da campanha, incrementando a arrecadação e a destinação de recursos para os Fundos para a Infância e a Adolescência dos Municípios de Minas Gerais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 3.569/2006

Declara de utilidade pública a Associação Lar dos Idosos Desamparados Padre Júlio Maria de Lombaerde, com sede no Município de Mutum.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Lar dos Idosos Desamparados Padre Julio Maria de Lombaerde, com sede no Município de Mutum.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

Durval Ângelo

Justificação: Tendo em vista os relevantes serviços prestados pela Associação Lar dos Idosos Desamparados Padre Julio Maria de Lombaerde e o compromisso fiel de suas finalidades estatutárias, buscamos declarar a entidade como de utilidade pública.

Essa declaração permitirá que a entidade se torne apta a realizar projetos maiores no desenvolvimento de suas atividades.

Diante do importante trabalho que realiza, a instituição por certo terá reconhecimento dos nobres colegas, que se empenharão na aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 3.570/2006

Estabelece regras para a realização de concursos públicos no Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os editais dos concursos públicos de provas ou de provas e títulos para o provimento de cargos ou empregos públicos realizados no Estado de Minas Gerais estabelecerão obrigatoriamente o número de vagas abertas que serão preenchidas, independentemente da realização do processo seletivo em mais de uma etapa.

Parágrafo único - Haverá menção expressa nos editais a que se refere o "caput" da nota mínima que deverá ser alcançada pelo candidato em cada disciplina ou etapa do concurso.

Art. 2º - Até a expiração do prazo de validade de dois anos do concurso público, prorrogável, uma vez, por igual período, conforme o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 21 da Constituição do Estado, fica expressamente proibida a realização de novo concurso se ainda houver pendência na nomeação de candidatos aprovados em concurso anterior para os mesmos cargos ou empregos públicos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 agosto de 2006.

Durval Ângelo

Justificação: O projeto de lei ora apresentado tem por escopo definir regras específicas para maior transparência na realização de concursos públicos de provimento de cargos e empregos públicos no Estado.

O objetivo principal é estipular a obrigatoriedade da determinação expressa no edital do número de vagas que estarão em disputa no concurso público. Com a aprovação deste projeto, haverá maior moralização dos concursos realizados no Estado. Mister lembrar que as medidas apresentadas na proposição serão eficazes no combate ao que chamamos de "máfia dos cursinhos", pois há interesse direto de vários cursos

preparatórios para concursos públicos de que os editais sejam omissos em relação ao número de vagas existentes. A realização anual e, até mesmo, semestral de concursos para o preenchimento de determinados cargos ou empregos públicos não será mais justificável, a não ser que os candidatos não alcancem de fato as notas mínimas e outros requisitos previamente determinados no edital. Alertamos, também, para a necessidade de observância compulsória do prazo de validade dos concursos públicos, que é de dois anos, prorrogável por igual período, em conformidade com os ditames dos §§ 2º e 3º do art. 21 da Constituição do Estado.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Leonardo Moreira. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 102/2003 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.571/2006

Dispõe sobre a isenção de taxas para os veículos destinados à formação de condutores.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder a isenção das taxas a seguir para os veículos destinados à formação de condutores:

I - taxa para renovação de credenciais;

II - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -;

III - taxa de licenciamento.

Art. 2º - Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

Gil Pereira

Justificação: As modificações na legislação e a conseqüente adequação das antigas auto-escolas às novas exigências da lei, transformadas nos atuais centros de formação de condutores, acarretaram num aumento significativo nas despesas e na manutenção dessas instituições, onerando sobremaneira o seu orçamento e dificultando assim o seu funcionamento. Os custos das novas taxas, tributos e encargos cobrados para a eventual obtenção da Carteira Nacional de Habilitação tiveram grande impacto nos centros de formação, tendo sido, então, assimilados e repassados aos candidatos a motorista. Como conseqüência do encarecimento do processo de obtenção da habilitação, houve não só um aumento significativo do número de motoristas que dirigem sem habilitação, mas também se favoreceu o surgimento de centros de formação de condutores que atuam na clandestinidade, principalmente no que diz respeito ao recolhimento de impostos.

A isenção das taxas em questão contribuiria decisivamente para a regularização dessa situação, incentivando motoristas e centros de formação de condutores a se adequarem às normas vigentes, por meio desse importante incentivo fiscal.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Sargento Rodrigues. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 277/2003 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 3.572/2006

Declara de utilidade pública o Instituto Casa da Provisão, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Casa da Provisão, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

Roberto Ramos

Justificação: O Instituto Casa da Provisão é uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, filantrópica, de caráter de assistência social, sem fins lucrativos, fundada em 9/4/99. Desde então, vem prestando serviços e atendimentos gratuitos permanentes no meio social. Tem por objetivo criar e administrar creches, casas de recuperação, cursos de alfabetização, cursos profissionalizantes, obras e serviços de centros comunitários e orientar os jovens na formação de futuros lares e na educação dos filhos, dar assistência especial aos idosos e às crianças desamparadas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 3.573/2006

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Atletas de Contagem - Apac -, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Atletas de Contagem - Apac -, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

Vanessa Lucas

Justificação: A Associação dos Pequenos Atletas de Contagem é uma instituição que congrega jovens e adultos tendo em vista proporcionar atividades de lazer, culturais e esportivas.

Realiza competições em várias modalidades do esporte amador, por meio das quais desenvolve a mente e as aptidões físicas dos participantes; promove reuniões recreativas e de caráter sociocultural.

Por manter ações que concorrem para o sadio desenvolvimento da comunidade, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório que lhe está sendo outorgado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.574/2006

Declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento do Esporte em Boa Esperança - Indebe -, com sede no Município de Boa Esperança.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento do Esporte em Boa Esperança - Indebe -, com sede no Município de Boa Esperança.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

Dilzon Melo

Justificação: O Instituto de Desenvolvimento do Esporte em Boa Esperança - Indebe - é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, com duração por tempo indeterminado. Tem por finalidade democratizar o acesso ao desporto, no âmbito do Município de Boa Esperança; desenvolver e estimular o desporto nessa cidade; coordenar e administrar recursos financeiros, provenientes de doações e de verbas públicas destinadas com características de desenvolvimento do esporte; promover atividades para incentivar a prática esportiva; promover a inclusão social através da prática de atividades esportivas; administrar programas e equipes esportivas; disponibilizar e ministrar cursos na área de informática e artesanato, visando a incentivar o fomento às práticas esportivas com acesso à capacitação de nossos jovens. O Instituto de Desenvolvimento do Esporte em Boa Esperança - Indebe - não faz distinção alguma quanto à raça, à cor, às condições sociais, ao credo, à política ou à religião. A instituição funciona regularmente e tem uma diretoria composta por pessoas idôneas, que não recebem nenhuma remuneração pelo exercício de seus respectivos cargos. Reconhecer a instituição como de utilidade pública irá proporcionar condições para a dinamização de suas atividades e a concretização dos seus objetivos. Em razão do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.575/2006

Declara de utilidade pública a Creche Comunitária Bebê Feliz, com sede no Município de Ibitité.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Creche Comunitária Bebê Feliz, com sede no Município de Ibitité.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

Dinis Pinheiro

Justificação: No aspecto formal, este projeto de lei cumpre integralmente as exigências da Lei nº 12.972, de 27/7/98, com a redação dada pela Lei nº 15.430, de 2005, quais sejam: ter personalidade jurídica, funcionar há mais de ano e ter Diretores idôneos e não remunerados. A documentação acostada ao projeto dá suporte a essa afirmação.

No plano material - da realidade fática -, a Creche Comunitária Bebê Feliz já conta com declaração de utilidade pública municipal, nos termos da Lei nº 1.589, de 13/4/2000, do Município de Ibitité.

Seu funcionamento iniciou-se em 26/11/96, conforme o art. 1º de seu estatuto.

A entidade tem sede no Município de Ibitité, e seu objetivo é o atendimento a crianças carentes de todas as faixas etárias.

Preceitua o art. 27 do mencionado estatuto que as atividades dos Diretores e Conselheiros, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer remuneração, lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Tal redação é reforçada pelos arts. 28, que determina a não-distribuição de lucros sob nenhum pretexto, e 29, que prevê a plena aplicação das rendas e recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade.

Na hipótese de dissolução, prevista no art. 31, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere.

Assim, confiamos na aprovação deste projeto pelos nobres pares desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.576/2006

Concede isenção do pagamento de contas de energia elétrica no caso que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam as famílias de pessoas cujo quadro de saúde inspira cuidados específicos, que requerem a utilização, no ambiente doméstico, de forma compulsória e interrupta, de equipamentos médicos hospitalares elétricos, isentas do pagamento de contas de energia elétrica.

Parágrafo único – A conta a que se refere o "caput" deste artigo é aquela que mede o consumo de energia elétrica dos aparelhos médico-hospitalares em questão.

Art. 2º - A isenção será requerida pela família do paciente junto à Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -, mediante a apresentação de laudo médico informando a necessidade de utilização doméstica de aparelhos médico-hospitalares, o período previsto para uso e a situação de carência financeira do beneficiário.

Art. 3º - Em se tratando de criança e de adolescente, a isenção também poderá ser requerida por Conselhos Tutelares e por Promotorias e Juizados da Infância e da Juventude.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 agosto de 2006.

Irani Barbosa

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo isentar do pagamento da conta de energia elétrica as famílias carentes que tenham um de seus membros com quadro de saúde que inspire cuidados específicos e cujo tratamento requeira o uso, no ambiente doméstico, de aparelhos médico-hospitalares. Essa isenção é necessária por que a situação financeira da maioria das famílias mineiras não permite que esses aparelhos sejam instalados.

São inúmeros os casos registrados pelas Promotorias e pelos Juizados da Infância e da Adolescência em que essa isenção tem que ser requerida através de mandado de segurança e conseguida após liminar judicial. Há registros também, em outros órgãos, de situações em que pessoas com insuficiência respiratória grave são mantidas internadas em hospitais públicos apenas para poder respirar.

Se uma situação como essa traz desconforto para o paciente e o expõe a riscos desnecessários no ambiente hospitalar, traz também ônus para a administração estadual e comprometimento no atendimento à população no setor público de saúde. O Estado se vê obrigado a manter uma internação desnecessária, ao passo que nega uma vaga a quem realmente precisa.

Por outro lado, nada mais justo do que a Cemig inaugurar o hábito das contrapartidas sociais. A Cemig – concessionária do serviço público de energia elétrica- usa um bem que pertence a todos os mineiros – a água – para mover a turbina de suas hidrelétricas. Mas, em mais de 50 anos de história, a empresa tem agido exclusivamente sob parâmetros comerciais.

Pretender que a Cemig tenha uma faceta social não é reivindicar para a empresa nenhum pioneirismo. No Paraná, através do programa Luz Fraterna, são isentos do pagamento de contas de luz os cidadãos inscritos no Bolsa – Família ou no cadastro social da Copel – a concessionária local de energia elétrica - e que consomem até 100 kWh/mês. Cerca de um milhão de pessoas é beneficiado mensalmente, o que representou um investimento de R\$ 50.000.000,00 desde que o programa foi iniciado.

Para colocar um ponto final nas distorções aqui citadas no setor de saúde, e, ao mesmo tempo, viabilizar o tratamento de pacientes carentes que precisam de usar equipamentos médico-hospitalares em casa, é que venho apresentar aos meus ilustres pares este projeto de lei. Espero contar com apoio dos membros desta Casa não apenas para a aprovação do projeto, mas também para uma rápida tramitação da matéria, já que dela dependem o bem-estar e a melhoria das condições de vida de milhares de mineiros.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado João Bittar. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 746/2003 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.577/2006

Declara de utilidade pública o Moto Clube Patos de Minas, com sede no Município de Patos de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Moto Clube Patos de Minas, com sede no Município de Patos de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

Antônio Andrade

Justificação: Fundado em 13/4/99, o Moto Clube Patos de Minas tem sede nesse Município. Sua diretoria é composta de membros de reconhecida idoneidade moral e não remunerados pela função que exercem.

É uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como finalidade incentivar a prática do motociclismo como esporte, em todas as suas modalidades, difundindo a segurança, e a cultura e promovendo competições, conforme previsto em seu estatuto.

Diante do exposto, tendo em vista que a entidade, conforme documentação apresentada, atende plenamente aos requisitos legais, contamos com o apoio de nossos ilustres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.578/2006

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira dos Amigos do Caminho da Luz - Abraluz -, com sede no Município de Carangola.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira dos Amigos do Caminho da Luz - Abraluz -, com sede no Município de Carangola.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de agosto de 2006.

Durval Ângelo

Justificação: Tendo em vista os relevantes serviços prestados pela Associação Brasileira dos Amigos do Caminho da Luz - Abraluz - e o compromisso fiel de suas finalidades estatutárias, buscamos declarar a entidade como de utilidade pública.

Essa declaração permitirá que se torne apta a realizar projetos maiores no desenvolvimento de suas atividades.

Diante do importante trabalho que realiza, a instituição por certo terá reconhecimento dos nobres colegas, que se empenharão na aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.796/2006, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo à Presidente do Servas com vistas à cessão de um ônibus para transporte de alunos matriculados nas faculdades de Teófilo Otôni. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.797/2006, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo à Secretária de Educação com vistas à aquisição de duas viaturas para atender ao programa Patrulha Escolar, no Município de Uberlândia. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.798/2006, do Deputado Weliton Prado, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes com vistas ao asfaltamento das vias de acesso do Município de Sericita.

Nº 6.799/2006, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados com vistas à aprovação do projeto de lei federal do Deputado Federal Vádinho Barão, de regulamentação da profissão de mototaxistas. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 6.800/2006, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulado voto de aplauso à diretoria da União dos Varejistas de Minas Gerais pelo recebimento do título de Cidadania Honorária de Belo Horizonte.

Nº 6.801/2006, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulado voto de aplauso à diretoria do Sinduscon-MG pelo recebimento do Diploma de Honra ao Mérito conferido pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. (- Distribuídos à Comissão de Turismo.)

Nº 6.802/2006, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Prefeitura Municipal de São João del-Rei pela realização da III Exposição Agropecuária. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.803/2006, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à diretoria do Corecon pelas comemorações do Dia do Economista e pela criação do Centro de Estudos para o Desenvolvimento - CED. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.804/2006, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia seja solicitada à Secretaria de Saúde a realização de auditoria na pediatria da Policlínica São Lucas, em São Sebastião do Paraíso. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.805/2006, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia seja solicitada ao Comandante-Geral da PMMG apuração de denúncia de arbitrariedade e intimidação praticadas pelos Cabos Josemar e Rivelino contra os acampados da Fazenda Gameleira, no Município de Lagoa Grande.

Nº 6.806/2006, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Chefe da Polícia Civil e à Corregedoria da Polícia Civil pela postura dos Delegados da Comarca de Presidente Olegário em relação às prisões arbitrárias efetuadas pela Polícia Militar na desocupação da Fazenda Gameleira, no Município de Lagoa Grande. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.807/2006, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhada à Procuradoria de Justiça de Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais cópia das notas taquigráficas da audiência pública realizada em Lagoa Grande, em 3/8/2006.

Nº 6.808/2006, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando sejam encaminhados ao Corregedor do Tribunal de Justiça cópia das notas taquigráficas da audiência pública dessa Comissão em Lagoa Grande, em 3/8/2006, e pedidos de informação sobre a atuação do Juiz da Comarca de Presidente Olegário na desocupação da Fazenda Gameleira, em 18/3/2006, e sobre a lotação do filho desse Juiz no Fórum de Presidente Olegário. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 6.809/2006, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada à Ouvidoria Agrária Nacional, à Promotoria de Conflitos Agrários, à Vara de Conflitos Agrários e ao Corregedor da Polícia Militar cópia das notas taquigráficas da audiência pública dessa Comissão em Lagoa Grande, em 3/8/2006. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.810/2006, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando sejam encaminhados ao Conselho Nacional da Magistratura cópia das notas taquigráficas da audiência pública dessa Comissão em Lagoa Grande, em 3/8/2006, e pedido de providência com relação à atuação do Juiz Joamar Gomes Vieira Nunes, da Comarca de Presidente Olegário, que estaria praticando nepotismo. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 6.811/2006, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada ao Delegado de Polícia Civil de São Sebastião do Paraíso, à Promotora de Justiça da Comarca de São Sebastião do Paraíso e à comissão especial da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso relativa à saúde cópia das notas taquigráficas da reunião dessa Comissão em 9/8/2006. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.812/2006, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado ao Delegado de Polícia da Divisão de Crimes contra a Vida pedido de apuração de denúncias de omissão de atendimento médico formuladas pelas Sras. Ana Selma Alves e Beatriz de Jesus Augusto. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.813/2006, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhado ao Corregedor do Ministério Público pedido de apuração dos motivos da omissão do Ministério Público ao não apresentar recurso contra a decisão do Tribunal de Justiça que qualificou como homicídio culposo o crime de trânsito praticado por Eduardo Pentagna Guimarães Pedras. (- À Comissão de Administração Pública.)

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do §1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários, para destinar a 1ª Parte desta reunião à realização de homenagem ao Serviço Social do Comércio - Sesc - pelo transcurso de seus 60 anos de fundação.

- A ata dessa solenidade será publicada nesta edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de segunda-feira, dia 21, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 28ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 10/8/2006

Presidência do Deputado Fábio Avelar e da Deputada Jô Moraes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Primeiro painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Subsecretária Aparecida Gonçalves - Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena - Palavras da Secretária Maria Coeli Simões Pires - Palavras do Secretário Marcelo Gouvêa Teixeira - Palavras da Secretária Vanessa Guimarães Pinto - Palavras do Secretário Adjunto Roberto Luciano Fortes Fagundes - Palavras da Defensora Pública Marlene Oliveira Nery - Palavras da Sra. Maria de Nazareth Barreto de Carvalho - Palavras da Deputada Jô Moraes - Segundo painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras da Subsecretária Aparecida Gonçalves - Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena - Palavras da Sra. Marlise Matos - Palavras da Sra. Neusa Cardoso de Melo - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - Alberto Pinto Coelho - Elisa Costa - Jô Moraes - Maria Tereza Lara.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9h7min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico "Políticas Públicas para as Mulheres - Força para Avançar", que tem como objetivo debater as políticas públicas para as mulheres, contidas nos planos nacional e estadual e sua implementação.

Primeiro Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa para o 1º Painel as Exmas. Sras. Deputada Jô Moraes, membro da Comissão do Trabalho desta Casa e autora do requerimento que deu origem a este fórum; Aparecida Gonçalves, Subsecretária de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, representando a Ministra Nilcéa Freire; Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; o Exmo. Sr. Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário de Estado de Saúde; as Exmas. Sras. Marlene Oliveira Nery, Defensora Pública Geral do Estado; Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado de Educação; o Exmo. Sr. Roberto Luciano Fortes Fagundes, Secretário Adjunto de Estado de Turismo, representando a Secretária Maria Elvira Salles Ferreira; e a Exma. Sra. Maria de Nazareth Barreto de Carvalho, Presidente em exercício do Conselho Estadual da Mulher.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Gostaríamos de registrar e agradecer a presença das Sras. Sueli Gonçalves, Capitã da Polícia Militar, representante do Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais; Beth Pimenta, representante da Associação Comercial de Minas Gerais; Vereadora Neila Batista, de Belo Horizonte; Djuliana, Vice-Prefeita de Pirapora; e Vereadora Cléia, de Baldim; Delegada de Polícia Sandra de Oliveira da Silva, Chefe da Divisão de Operações de Telecomunicações da Polícia Civil.

Palavras do Sr. Presidente

No início desta semana, a sociedade brasileira ganhou um importante instrumento para combater uma das práticas que mais a envergonham: a violência contra a mulher. Com a Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou Lei Maria da Penha, sancionada segunda-feira pelo Presidente da República, o poder público, especialmente nos âmbitos jurídico e policial, passou a ter sustentação legal para punir com mais rigor uma série de crimes que, até agora, se cometiam corriqueiramente no País, sem maiores conseqüências para os autores.

A nova lei traz mudanças significativas para a proteção da mulher, como o aumento do tempo de detenção para os agressores; a possibilidade de que sejam presos em flagrante; o fim das penas pecuniárias, praticamente simbólicas, pelas quais o réu era condenado apenas a pagar multas ou cestas básicas; medidas de amparo às mulheres em situação de risco de agressão; e definição das formas de violência doméstica contra a mulher - física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Tais modificações na legislação brasileira devem ser recebidas, em primeiro lugar, como alento e como estímulo às lutas pela igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, representando um avanço entre os muitos que já foram alcançados no decorrer da história e os muitos que ainda estão para ser conquistados. Nenhuma mudança significativa no campo dos costumes, do comportamento, das relações sociais acontece de graça nem por acaso, mas é fruto de um processo gradativo e continuado.

É nesse contexto de caminhada, de persistência que podemos situar hoje, por exemplo, a expressiva presença das mulheres nas universidades brasileiras, a ocupação de cargos de ponta no setor público e nas empresas privadas e a crescente participação institucional na política, principalmente nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas, no Congresso Nacional e nos Executivos Estadual e Federal.

Este fórum técnico é uma demonstração de que movimentos consistentes, fundados nas demandas sociais, não acontecem em vão. Estamos reunidos aqui para debater a implementação dos programas contidos nos planos nacional e estadual de políticas para as mulheres, que resultaram das conferências municipais, estaduais e nacional realizadas em 2004.

Os temas centrais deste evento estão relacionados, prioritariamente, com as seguintes áreas estratégicas: enfrentamento da violência contra as mulheres; autonomia e igualdade no mundo do trabalho; direitos da mulher à terra e à moradia; saúde da mulher e educação inclusiva, e não sexista.

Temos a convicção de que as exposições, os debates, a troca de idéias e de experiências, assim como as propostas levantadas durante este fórum técnico, contribuirão para o aperfeiçoamento das referidas políticas públicas tanto no âmbito do Estado quanto no País. Não se pode esquecer, no entanto, de que ainda há um longo caminho a percorrer, para que os avanços propostos se efetivem na vida das mulheres brasileiras.

Sabemos que a grande maioria da população feminina ainda enfrenta situações de desigualdade; que, apesar do expressivo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o valor médio dos salários pagos às mulheres ainda é muito menor do que o que é pago aos homens; que as mulheres ocupam a grande maioria dos empregos domésticos, caracterizados pelo desprestígio e pela baixa remuneração; e que, por outro lado, elas são minoria nas indústrias, setor onde já se registram mais direitos trabalhistas e previdenciários.

Da mesma forma, no plano político, as mulheres ainda estão longe de alcançar a participação mínima de 30%, que lhes é assegurada por lei, nas candidaturas apresentadas pelos partidos políticos ou pelas coligações de partidos, apesar de constituírem, em Minas, mais da metade do eleitorado.

Em diversas outras áreas, como as de educação e de saúde, as mulheres são desrespeitadas em muitas situações, como na veiculação de imagens depreciativas por órgãos de comunicação e em anúncios publicitários, sem falar da exploração sexual e das diversas formas de violência, particularmente a violência física, à qual grande parte das mulheres ainda é submetida.

Acrescente-se a esses dados o papel desempenhado pela mulher na grande maioria dos lares brasileiros, assumindo integralmente as tarefas domésticas, o que a obriga a manter dupla ou tripla jornada de trabalho, e ainda o fato de que, quando negra, indígena, pertencente ao meio rural ou a algum outro grupo social marginalizado, ela tende a ser duplamente discriminada.

Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste fórum, especialmente às entidades de apoio, às autoridades, às expositoras e às coordenadoras dos grupos de trabalho e a todo o público presente.

Esperamos que, com iniciativas como esta, estando a Assembléia Legislativa de Minas Gerais sempre pronta a apoiar, possamos avançar para colocar em prática as políticas e os programas destinados a assegurar às mulheres todos os seus direitos e o pleno exercício de sua cidadania.

Em nome do Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, e de toda a Mesa Diretora desta Assembléia, desejamos a todos vocês um bom trabalho e que Deus os ilumine nessa jornada. Muito obrigado.

Palavras da Subsecretária Aparecida Gonçalves

Cumprimento o Presidente da Mesa e, por meio da Deputada Jô Moraes, saúdo todos os outros representantes, companheiras e companheiros aqui presentes.

Trago uma abraço da Ministra Nilcéa Freire, que, em virtude de outras atividades, não teve a oportunidade de estar aqui. Quero dizer da importância para nós, da Secretaria, de esse fórum ser convocado por esta Assembléia. Primeiro, pela importância de se discutirem políticas públicas para a mulher, de se colocar, nos âmbitos, seja federal, estadual ou municipal, a questão da política para as mulheres, os eixos e as ações, mas principalmente fazer dessas ações uma política transversal de governo que perpassa todas as áreas, que promova a discussão de todas as formas, para que possamos combater o preconceito, a discriminação, a violência e as desigualdades. É importante que se diga que a democracia não se faz com as desigualdades existentes, sejam elas de gênero, de raça ou de etnia. Portanto, este fórum técnico é fundamental para discutirmos e para, a partir dele, fazermos três debates importantes: primeiro, que os governos tenham planos estadual e municipal de política para as mulheres; segundo, que estejam incluídos, nos orçamentos dos governos estaduais e municipais, recursos para implantar políticas públicas para a mulher; terceiro, que haja o compromisso da Casa Legislativa, seja a Assembléia, seja a Câmara Municipal, a fim de que tenhamos legislações que, de fato, combatam o preconceito existente em nosso país.

É esta a nossa mensagem de abertura. Parabéns à Assembléia, parabéns a todas as mulheres de Minas Gerais pela realização do fórum.

Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena

Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exma. Sra. Deputada Jô Moraes, na pessoa da qual cumprimento todos os participantes deste fórum e os companheiros da Mesa, bom-dia.

Em nome da Secretaria de Planejamento e Gestão, é uma satisfação muito grande participar desta iniciativa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, um trabalho de suma importância, que propiciará que tenhamos políticas relativas às mulheres, de forma coordenada, e que possamos também acompanhar esses indicadores. Uma série de coisas, como demonstrarei mais à frente, já estão em andamento no governo, mas acredito que é fundamental termos essas ações coordenadas e, mais do que tudo, a partir do momento em que formam uma política, acredito que outras ações poderão vir a ser incorporadas e sugeridas por meio dos debates que ocorrerão hoje à tarde, para aprimorar e enriquecer mais ainda o trabalho. Parabenizo a iniciativa e agradeço a oportunidade de participar. Bom dia.

Palavras da Secretária Maria Coeli Simões Pires

Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Sr. Presidente Deputado Mauri Torres; Exma. Sra. Deputada Jô Moraes, membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social da Assembléia Legislativa e coordenadora dos trabalhos nesta manhã; cara Aparecida Gonçalves, Subsecretária de Programas e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, representando, neste evento, a Secretária Nilcéa Freire, faço uma pausa para dizer que sua saudação já despertou uma reflexão. Completaria sua consideração afirmando que não se faz democracia sem mulheres, porque as mulheres são a maioria. Caro Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário de Estado de Saúde; Dra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Secretária Vanessa Guimarães Pinto, de Educação; Dra. Marlene Oliveira Nery, Defensora Pública-Geral do Estado; Dr. Roberto Luciano Fortes Fagundes, Secretário de Estado Adjunto de Turismo, representando, neste fórum, a Secretária de Turismo, Maria Elvira Salles Ferreira; cara Maria de Nazareth Barreto de Carvalho, Presidente em exercício do Conselho Estadual da Mulher, saúdo a bancada feminina deste Parlamento, todas as mulheres aqui presentes, todas as representações municipais, do Estado e da sociedade civil.

Neste momento em que testemunhamos a abertura deste fórum técnico "Políticas públicas para as mulheres", promovido pela Assembléia Legislativa em parceria com o governo do Estado, com diversas instituições, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e, em especial, com o Conselho Estadual da Mulher, queremos registrar a satisfação de integrar esta Mesa majoritariamente feminina, que compartilha responsabilidades nas lides de combate à discriminação de gênero.

Sabemos que o nosso tempo paga um alto preço pela cultura machista milenar que marginalizou o elemento feminino, que sustentou a hegemonia do homem, na ânsia incontida de poder, na falsa crença de que não se pode viver sem dominar, como se tivesse a força de andrógino, maior que a dos deuses do Olimpo, como se não fôssemos todos homens e mulheres, incompletude: ser metade, somos ser carência e somos ser angústia. A mulher, especialmente, seja pela natural incompletude, seja pelo processo histórico de repressão, é obstinada busca do indecifrável para muitos.

Há 75 anos, Freud escreveu, em carta a um amigo, uma confissão reveladora de seu maior desafio. Dizia o pai da psicanálise: "A grande pergunta que permaneceu sem resposta e à qual eu mesmo jamais pude responder, apesar de meus 30 anos de estudos da alma feminina, é a seguinte: O que quer a mulher?".

Parece hoje muito claro que essa resposta jamais poderia ser dada por um homem, nem que fosse Freud... Já Cecília Meireles, na mesma época, na década de 30, estranhando sua própria imagem, dizia, em "Retrato": "Eu não tinha este rosto de hoje, / assim calmo, assim triste, assim magro, / nem estes olhos vazios"; e insinuava a resposta universal com uma pergunta também universal, no último verso do seu poema: "Em que espelho ficou perdida / a minha face?".

Hoje podemos responder em coro eloqüente: o que a mulher quer é poder ver a sua própria face. Poder revelar-se em sua autonomia, sem que a pejorativa "fragilidade feminina" lhe roube os espaços de "empoderamento", sem que lhe imponha ruptura com a sensibilidade. O que a mulher quer é a cidadania plena, a integridade como pessoa na estrutura social, seja no trabalho, seja no lar. O que a mulher quer é assumir suas próprias escolhas, isto é, exercer autonomia na diversidade.

E, em boa hora, a antiga rainha do lar vai cedendo espaço à dona e senhora de sua própria história, que, sem perder a essência feminina, consegue apontar à sociedade outras formas de decisão, compartilhando o poder ao lado dos homens, resistindo ao embrutecimento do mundo.

Mas por esse caminho há muito que caminhar. Principalmente numa sociedade de múltiplas contradições, de assustadora violência, explícita ou velada, de fortes preconceitos, de desequilíbrios de toda ordem e de discriminações tão estratificadas.

Um levantamento divulgado no último mês de julho pelas Nações Unidas e elaborado pela União Parlamentar Internacional, relativo à presença das mulheres nos parlamentos do mundo e classificando 189 países, coloca o Brasil num longínquo 102º lugar, abaixo de Camarões. Este dado, por si, revela que o espaço político continua quase cativo dos homens e, portanto, mantém-se como arena de discriminação.

Minas, no entanto, avança na lógica do "empoderamento" das mulheres nos campos político, social, econômico, do conhecimento e também nas próprias artes. Esta Mesa é eloqüente na demonstração inquestionável da quebra do preconceito em Minas. A bancada feminina nesta Casa, composta por nove Deputadas, Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elbe Brandão, Elisa Costa, Jô Moraes, Lúcia Pacífico, Maria Olívia, Maria Tereza Lara e Vanessa Lucas, bravas mulheres, revela essa tendência, como também as composições dos nossos tribunais, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Procuradorias e de tantas outras instâncias.

Por sua vez, eventos como a 1ª Conferência Estadual das Mulheres, realizada nesta Casa em 2004, que resultou na proposição deste fórum técnico, são marcos importantes desse caminho que trilhamos. Eles refletem a profunda mudança de mentalidade com relação à condição da mulher, que se processa no interior da sociedade brasileira, em especial neste Estado, e põem foco sobre todo o universo feminino.

Há muito a avançar e a conquistar, em face do modelo de construção social que caracterizou não apenas a sociedade brasileira, mas também a civilização em que vivemos, mas esse processo de mudança está em marcha e já é irreversível. No âmbito da administração pública, já foram institucionalizados o plano nacional e o estadual de políticas públicas para as mulheres, que será objeto da palestra da Secretária Renata Vilhena.

No espaço da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, várias ações são voltadas para a mulher na área de autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania. Em relação aos projetos de promoção de trabalho e renda, por exemplo, a Secretaria tem dado prioridade, desde 2005, ao atendimento específico da mulher, exatamente por integrar grupo vulnerável, pela discriminação de gênero. Participa dessas ações o Conselho Estadual da Mulher, órgão vinculado à Sedese.

Temos desenvolvido muitas ações no âmbito da Secretaria, como o Disque Direitos Humanos, o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes, o Sentinela e outras ações que serão objeto de exposição da nossa Secretária e coordenadora, Dra. Renata Vilhena.

Tenho a plena certeza de que este fórum técnico contribuirá em larga medida para a avaliação das políticas públicas neste Estado. O Poder Executivo tem efetivamente compartilhado o seu poder com as mulheres e contribuirá com o alinhamento das diversas ações e com os programas de políticas públicas permanentes, com transversalidade e intersetorialidade.

Deste Plenário e das suas reuniões temáticas surgirão propostas de aperfeiçoamento e adensamento da política estadual, em corte de gênero, com subsídios e sugestões, que serão acolhidas como importante contribuição aos programas e projetos em execução no âmbito da Secretaria e em outras áreas da administração pública do Estado.

Não falaremos sobre os programas, porque já firmamos um acordo com a Deputada Jô Moraes.

Por fim, trouxe uma mensagem muito pessoal, como é do meu próprio estilo, vindo das bandas do Jequitinhonha. Encerrarei a minha fala inspirada em Cora Coralina, a velha de Goiás Velho, que, de forma muito profunda, fala sobre as tantas mulheres.

Usando fragmentos do poema de Cora, quero saudar todas as mulheres que vivem em minha vida. Quero saudar a mulher de salto alto, como todas vocês; as ilustres e deslembadas; a cabocla velha de mau-olhado; a lavadeira do Rio Vermelho; a mulher cozinheira; a mulher do povo, bem proletária, bem linguaruda, desabusada, sem preconceitos, de casca grossa, de chinelinho e filharada; a mulher roceira e a cidadina; a mulher da vida, minha irmãzinha... tão desprezada, fingindo alegre seu triste fardo. Quero saudar a mulher inteira e as mulheres em pedaço, de que fala Umbelina, que está neste Plenário. Quero também saudar as mulheres das tantas Minas Gerais: as vaqueiras dos sertões do Norte; as tropeiras das picadas na planura dos cerrados; as fazendeiras do leite e do café; as operárias do aço e da metalurgia; as garimpeiras do Mucuri; as barranqueiras do São Francisco; as boiadeiras do Rio Grande; as posseiras de terra partida; as ilustres e deslembadas de outros lugares de Minas e para além de Minas; quero saudar todas as vidas dentro de mim: na minha vida, a vida mera das obscuras. Muito obrigada.

Palavras do Secretário Marcelo Gouvêa Teixeira

Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar, permita-me saudar todas as mulheres que aqui estão para os trabalhos deste fórum e os demais membros da Mesa.

O enfrentamento das políticas públicas adequadas às necessidades das mulheres tem alguns requisitos, entre os quais está o compromisso com os princípios alicerçados na idéia da equidade e da inclusão. Somente fundamentados nesses princípios e com clara determinação conseguiremos traduzir essas idéias em ação do Estado e da sociedade.

Daqui a pouco, a Dra. Renata Vilhena falará do plano estadual e do conjunto de ações da saúde, mas eu não poderia deixar de registrar que essa premissa com que trabalhamos está traduzida desde 2002, desde a elaboração da campanha do então candidato a Governador.

A meta ordenadora, o programa de saúde que a Secretaria de Saúde implementou desde 2003 teve como meta mobilizadora a redução da mortalidade infantil, estruturada a partir do Programa Viva Vida. Este Programa se baseia num conjunto de ações voltadas para a atenção materno-infantil, sem a pretensão de que o poder público as implemente sozinho.

Esse Programa parte do princípio - chamo-o de boa política pública - de realizar um bom diagnóstico e planejamento, realizar uma boa coordenação entre as diversas áreas e também de outra premissa que, para nós, é muito cara: a parceria com a sociedade civil organizada.

Todas as nossas ações no âmbito do Programa Viva Vida envolveram a parceria estreita com as organizações da sociedade civil. Posso citar: Musa, Pastoral da Criança, Movimento das Mulheres Negras e diversas associações e entidades de atenção aos portadores do HIV. Esse é um eixo fundamental. O Estado que pretende coordenar e exercer um papel de catalisador no processo de mudança da situação, do "status quo", tem de envolver um processo íntimo de parceria com a sociedade civil organizada. Foi isso que fizemos, desde o primeiro momento, na política pública de saúde.

Ao longo de 2003 e 2004, realizamos uma primeira onda de ações, dotando as equipes de saúde da família, que, pasmem, não contavam com instrumentos adequados para dar atenção à mulher, por exemplo, para acompanhar todo o pré-natal. Cito apenas essa vertente da atenção à

mulher como gestante. Equipamos 120 maternidades por todo o Estado. Trabalhamos na perspectiva de integrar ações de outras áreas e, com a Vigilância Sanitária, aferimos todos os mamógrafos em Minas Gerais - e o resultado é muito preocupante. Grande percentual de mamógrafos estava completamente fora de calibração. Realizamos um conjunto de ações coordenadas: elaboração de parcerias com a sociedade civil; trabalho de mobilização, seguido de ações concretas de investimento em infra-estrutura e equipamentos; qualificação de recursos humanos; definição de protocolos terapêuticos, que é uma segurança para os pacientes e para o profissional de saúde; e processo de certificação dos equipamentos.

Faço questão de destacar que o Programa Viva Vida é coordenado por um comitê estadual. Não é apenas a Secretaria de Saúde que define as diretrizes desse Programa, os rumos e as ações, mas, sim, um conselho em que o Estado, por intermédio da Secretaria de Saúde e de outras secretarias, participa com os Municípios e as entidades da sociedade civil.

Entendemos que devemos construir conjuntamente as políticas públicas de saúde, avaliar, com transparência, as ações implementadas e reorientá-las. Fruto desse processo, caminhamos para a construção de 27 centros regionais do Viva Vida, que darão atenção à média complexidade. Por meio desses centros, garantiremos progressivamente - tenho certeza de que conseguiremos - a universalidade dos exames, seja de prevenção para o câncer de mama, seja para o de colo de útero, seja do ponto de vista da atenção reprodutiva ou da saúde da mulher "latu sensu".

Esse é um processo inédito no País, em que o governo do Estado, a sociedade civil e os Municípios procuram, de fato, criar estratégias de investimento em equipamentos, infra-estrutura, qualificação e mobilização social, para assegurar a integralidade e a universalização, o acesso de 100% das mulheres do Estado aos exames de prevenção do câncer de mama e de colo de útero. Cito apenas esses dois pontos, pois os considero imprescindíveis.

Quero compartilhar com vocês os resultados que temos para comemorar. Não nos acomodamos com eles, mas devemos comemorá-los e nos realinharmos para os próximos passos.

Nestes três anos e meio, conseguimos um impacto significativo na redução da mortalidade infantil. Em Minas Gerais, o índice, que era de 17,97 óbitos por 1.000 nascidos vivos, caiu para 15,17. Houve uma redução de 15,4% só nesse período, o que é fruto do conjunto de investimentos e de mobilização social.

A mortalidade materna em Minas Gerais era de 37 óbitos por 1.000, e conseguimos reduzi-la em 21,2%. Em 2003, ainda ocorriam óbitos maternos por tétano durante o processo de parto, o que é inaceitável. Conseguimos um processo de redução de 21% da mortalidade materna, que caiu de 37 para 29 óbitos por 1.000.

A gravidez em adolescentes foi reduzida em 17,6%.

Enfim, temos o que comemorar? Sim. Temos o que corrigir e aprimorar? Sim. Mas temos que fazê-lo em conjunto com vocês, neste fórum e nas instâncias de que participamos.

Há muitos desafios. A transição epidemiológica no caso da aids, por exemplo, é extremamente preocupante. A aids adquire, cada vez mais, um caráter feminino. Temos que redirecionar nossas estratégias e as políticas públicas intersetoriais, não somente na área da saúde. Firmamos parcerias interessantes com a educação. O caminho é rompermos a fronteira da ação setorial. A realidade não está fracionada entre desenvolvimento social, gestão, educação e saúde. A realidade em que devemos intervir é uma só: o indivíduo. Temos que desenvolver políticas públicas em parceria com toda a sociedade para conseguirmos uma ação intersetorial. Esse é o grande desafio que se apresenta.

Tenho uma grande honra em compor esta Mesa e, adequadamente, estou em minoria. Desejo a vocês uma discussão muito produtiva e profícua, para aprimorarmos nossas políticas públicas e realizá-las em conjunto, sem a pretensão de que o Estado resolverá tudo sozinho. O Estado faz parte da sociedade, em vez de tutelá-la. A ação conjunta com a sociedade organizada não é só desejável, mas necessária e imprescindível. Desejo a todos um fórum muito produtivo e profícuo. Muito obrigado.

Palavras da Secretária Vanessa Guimarães Pinto

Cumprimento todos os presentes, especialmente os servidores do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, os movimentos sociais, os representantes do parlamento que estão presentes e os componentes da Mesa, presidida pelo Deputado Fábio Avelar e coordenada, nesta manhã, pela Deputada Jô Moraes.

Como foi dito, as ações da educação estão ligadas a outras que, certamente, têm relação com a questão da mulher. Enquanto política pública, as ações da educação, quando acertam, acertam para grande parte da população, que são mulheres, alunos e crianças, que também são mulheres, e, sobretudo, no atendimento do grande anseio da população de mulheres, que são responsáveis, em última instância, pela criação dos pequenos e pela condução da vida dos adolescentes. Muitas - uma grande parcela - estão conduzindo sozinhas os desafios enfrentados por suas famílias.

As questões das políticas educacionais afetam diretamente a população feminina. Por todo o esforço que é feito em prol da educação, são temas de interesse e têm resultados positivos ou negativos para o conjunto da população e das mulheres do nosso Estado.

Não abordarei os programas educacionais nem os relacionados diretamente às questões das mulheres, porque essa é incumbência da Secretária Renata. Chamarei a atenção para uma dimensão, que ainda está em construção na Secretaria de Educação, do sistema de educação do Estado de Minas Gerais. O objetivo é tornar a escola um ambiente capaz de refletir as questões da sociedade, especialmente positivo para a reflexão das meninas e dos meninos, das adolescentes e dos adolescentes sobre as questões de gênero, desigualdade e discriminação.

Estamos trabalhando com afinco no Programa Afetivo-Sexual em 560 escolas, com coordenadores treinados e preparados para desenvolver projetos que envolvam adolescentes de ambos os sexos e cuja temática fundamental é a iniciativa, o protagonismo que esses jovens precisam desenvolver, a oportunidade de reflexão mais sistemática sobre questões da sexualidade, especialmente a prevenção da gravidez precoce e, sobretudo, a convivência de ambos os sexos ou gêneros na construção de uma sociedade democrática.

Esse projeto é feito em parceria com a Secretaria de Saúde e é algo que precisa ser conduzido com muita delicadeza, porque não se trata de um conteúdo programático, mas de uma condução firme, uma liderança segura de professores para permitir que afluam nas escolas as questões que afetam profundamente os adolescentes e, sobretudo, uma oportunidade para que as meninas, jovens e crianças possam construir uma identidade a partir de uma reflexão sobre a sociedade, o mundo, que apresenta tantos problemas e desafios para as mulheres.

Nesse plano de valores, a construção é mais difícil que o desenvolvimento de programas que incluem, que podem ser conquistados de forma

material mais objetiva. Ao trabalharmos com mentes e atitudes e fazermos construções de identidade, o desafio é grande, porque nós, mulheres, que somos maioria no setor educacional, em primeiro lugar, devemos preparar-nos para, durante e após a nossa própria reflexão, sermos parceiras importantes da construção da identidade de pessoas mais jovens.

Abordei essa questão porque é algo que está desafiando todo o corpo docente, todas as direções de escola e todos os dirigentes da educação no Estado. Muito obrigada.

Palavras do Secretário Adjunto Roberto Luciano Fortes Fagundes

Muito bom dia, senhoras, senhoritas e senhores; embora poucos, estão presentes. Trago uma saudação especial da Secretária Maria Elvira Salles Ferreira, que está ausente de Belo Horizonte e lamenta profundamente não poder participar desta abertura e também dos trabalhos deste importante seminário sobre políticas públicas para as mulheres. Aproveito para cumprimentar o Presidente desta Mesa, nosso companheiro e amigo Deputado Fábio Avelar. Parabênzulo a coordenadora dos trabalhos, Deputada Jô Moraes, por ter conseguido uma platéia tão importante, tão bonita e tão numerosa como esta. Cumprimento os nossos colegas de trabalho, as Sras. Secretárias e o Secretário presente; a representante da Ministra Nilcéa Freire, Sra. Aparecida Gonçalves; e a Sra. Defensora Pública-Geral do Estado.

Sentimo-nos muito confortáveis quando participamos de uma reunião como esta, principalmente sentindo o que a Secretária Maria Elvira sentiu quando assumiu a Secretaria de Turismo, em abril deste ano. O turismo é uma das atividades em que o maior número de partícipes é composto de mulheres. Nas viagens que fazemos através de Minas Gerais e nas reuniões de que participamos com todos os setores ligados à área de turismo, a grande maioria das presenças é feminina. É evidente que isso demonstra a força que o turismo consegue obter cada vez mais, em nosso Estado, em termos de números e de qualidade.

Para que todos saibam, na última pesquisa liberada pela Fipe da USP, Minas Gerais foi considerado pelos brasileiros o segundo Estado na preferência como destino turístico. Isso foi um avanço, um ganho que todos obtivemos, e grande parte dele deve-se às colaboradoras que temos na Secretaria de Turismo e por todo o Estado de Minas Gerais.

Só para citar um caso, estivemos, na semana passada, num Distrito de Caratinga, Santo Antônio do Manhuaçu, visitando uma reserva privada da mata atlântica, com 900ha, onde eles preservam o macaco muriqui, mais conhecido por nós como mono-carvoeiro. Chegamos a dormir no Distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, banhado pelo Rio Manhuaçu, e, nos nossos contatos com a população local, que não é muito grande - são 3.500 pessoas -, reparamos que todas as lideranças da comunidade são mulheres, a começar pelo lugar onde fizemos as nossas refeições e pelo local onde nos acomodamos para passar a noite. Todas as lideranças da cidade, que organizaram o evento, eram mulheres, cada uma com maior competência que a outra. É evidente que temos de nos render à influência, a todo esse conhecimento e à força que vocês têm.

Recordo-me de um caso que queria compartilhar com vocês - acredito que grande parte da platéia já o conheça -, que recebi dos Estados Unidos, à época do Presidente Clinton. Dizem que o Presidente Clinton e sua esposa, a atual Senadora Hillary Clinton, estavam visitando sua cidade natal, um pequeno Município no Alabama, e pararam num posto de gasolina para abastecer. O atendente do posto de gasolina cumprimentou efusivamente a Sra. Hillary. E o Presidente Clinton perguntou a ela quem era aquele que a estava cumprimentando com tanta alegria e satisfação. Hillary disse que ele havia sido seu namorado no tempo de escola. Aí Clinton disse: Está vendo, se você tivesse se casado com ele, sem dúvida você seria mulher de um atendente de posto de gasolina. E ela falou: Não, ledo engano. Se eu tivesse me casado com ele, hoje ele seria Presidente dos Estados Unidos.

Essa é a realidade em que vivemos. Realmente sofremos - no bom sentido, com letra maiúscula e em negrito - essa influência tão positiva e tão importante do mundo feminino. É evidente que todas vocês, cada vez mais, ocupam espaços com competência, haja visto esta Mesa com tão grande representação. O Governador teve a visão de colocar essa competência a serviço do Estado.

Nós, da Secretaria de Turismo, temos a visão de que não há uma política especial para as mulheres, mesmo porque trabalhamos em todas as áreas possíveis. Acima de tudo, somos um braço do governo do Estado. A nossa grande preocupação, dentro das nossas competências, em parceria com todos os colegas de todas as áreas, de todos os setores, é fazer com que o Estado cresça e seja realmente um pólo de referência por meio destas valorosas mulheres mineiras, com quem convivemos e temos a oportunidade de estar. A cada dia, aprendemos mais com elas, conseguindo que nos transmitam um pouco da sua experiência de vida para que possamos cooptá-las e desenvolver o nosso trabalho. Parabéns a todas pela participação, pela responsabilidade de estarem aqui, por serem mineiras e nos permitirem conviver com vocês de forma tão agradável. Muito obrigado.

Palavras da Defensora Pública Marlene Oliveira Nery

Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, representando, neste ato, o Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa; Deputada Jô Moraes, membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social da Assembléia Legislativa e coordenadora dos trabalhos nesta manhã; Aparecida Gonçalves, Subsecretária de Programas e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, representando a Ministra Nilcéa Freire; Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário de Estado de Saúde; Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado de Educação; Roberto Luciano Fortes Fagundes, Secretário Adjunto de Estado de Turismo, representando a Sra. Maria Elvira Salles Ferreira, Secretária de Turismo; Maria de Nazaré Barreto de Carvalho, Presidente em exercício do Conselho Estadual da Mulher; demais organizações na área federal, estadual e municipal, inclusive as ONGs voltadas para a mulher; Corregedora-Geral da Defensoria Pública; Dra. Maria Lúcia Prado, Subdefensora Pública-Geral; Defensores Públicos voltados para o Núcleo da Mulher Vitimizada; demais Defensores Públicos de outras áreas aqui presentes; senhoras e senhores, quero cumprimentar a ilustre Deputada Jô Moraes, Coordenadora deste fórum técnico "Políticas públicas para as mulheres", pela oportunidade dada à Defensoria Pública. A Defensoria Pública, por meio do já criado Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência, sente-se honrada de participar como entidade de apoio. É bom salientar que ela é a pioneira na implementação de um órgão exclusivamente voltado para a defesa dos direitos da mulher em situação de violência. Esse núcleo já está em funcionamento há um ano, dando efetiva assistência às mulheres carentes que sofreram alguma violência.

Em um ano de existência, o núcleo de Belo Horizonte já atendeu, aproximadamente, a sete mil mulheres. Esses núcleos, exclusivos de mulheres vitimizadas, já foram expandidos em mais três cidades do interior de Minas, como Montes Claros e João Monlevade, e, com data de inauguração para o próximo mês, também na cidade de Itajubá. Todas com um número considerável de atendimento às mulheres vitimizadas. Essas cidades foram escolhidas em razão do grande índice de violência contra a mulher nessas regiões.

Por uma feliz coincidência, nesta semana, foi sancionada a Lei nº 11.340, da Presidência da República, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela veio num momento muito oportuno, exatamente porque se está realizando este fórum exclusivo para mulheres, com um tema voltado à violência doméstica e familiar.

Para finalizar, gostaria de parabenizar toda a equipe organizadora deste fórum, em especial, a Assembléia Legislativa pela feliz iniciativa deste trabalho. Agradeço à Deputada Jô Moraes, nossa coordenadora, que dará todas as diretrizes para um melhor resultado deste fórum voltado para as mulheres. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Maria de Nazareth Barreto de Carvalho

Bom-dia a todos. Na pessoa do Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente desta Casa Legislativa e representante do Presidente Deputado Mauri Torres, cumprimento todos os homens presentes. Da mesma forma, na pessoa da Subsecretária Aparecida Gonçalves, representante da Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, carinhosamente chamada de Cida Gonçalves, cumprimento os componentes da Mesa.

Estamos aqui, hoje, neste fórum, a sociedade civil e o governo, escrevendo mais uma página da história da democracia brasileira de Minas Gerais e, particularmente, dos movimentos de mulheres mineiras.

Em 24/8/83, atendendo aos anseios dos movimentos de mulheres, o então Governador Tancredo Neves, com a visão de um estadista, criou o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, dando-lhe a missão de formular uma política global para atender aos interesses da mulher no âmbito do Estado. Muitos avanços ocorreram desde então, entretanto, a luta das mulheres pelo exercício pleno da cidadania continua. Formular e implementar políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres é urgente e necessário.

O objetivo deste fórum técnico é debater as políticas públicas para as mulheres contidas nos planos nacional e estadual e discutir sua implementação.

Como Presidente em exercício do Conselho Estadual da Mulher, tenho o compromisso e a responsabilidade de afirmar que os conselhos de direitos da mulher devem ser referência das políticas públicas nos Municípios, tratando-se de protagonismo feminino e da gestão compartilhada entre os diversos órgãos do governo e debatendo as questões de interesse das mulheres e da sociedade como um todo.

Neste momento, como Presidente em exercício do Conselho, conclamo os movimentos organizados de mulheres nos Municípios a se mobilizarem e buscarem o apoio dos Prefeitos e Vereadores para a criação e garantia do funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em seus Municípios, de modo a garantir que as políticas públicas tenham uma abordagem de gênero, considerando os aspectos étnico, racial e geracional; fortalecendo a participação das mulheres nas instâncias de controle social e atendendo a suas demandas; contribuindo para a construção de uma cultura não sexista, não racista e não homofóbica; combatendo as discriminações e as desigualdades.

O relatório lançado pelo Fundo de População das Nações Unidas, em 12/10/2005, diz que os 1.700.000.000 mulheres na faixa dos 15 aos 49 anos, em todo o mundo, poderiam aproveitar melhor o seu potencial se houvesse garantia de acesso universal à educação, serviços de saúde reprodutiva, direitos econômicos e políticos e o fim da violência contra elas.

Segundo esse mesmo relatório, a discriminação contra mulheres e meninas reduz a produtividade de quase metade da população mundial, limitando a contribuição dessas pessoas ao desenvolvimento dos seus países.

Tenho certeza de que este fórum técnico será um marco histórico das discussões e avanços das políticas públicas para as mulheres em Minas Gerais. Com a implementação dos planos estadual e nacional, estaremos contribuindo para a efetivação dos direitos das mulheres e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Jô Moraes

Bom-dia a todos e a todas. Tenho a impressão de que, no dia em que a sociedade descobrir o potencial transformador das mulheres e resolver transferir as responsabilidades de conduzir os destinos das nossas cidades e Estados, com certeza, este país viverá uma convulsão transformadora.

Convocamos este fórum num processo difícil, complexo, sem condições de apoio material efetivo, o que nos obrigou a impedir a inscrição de mais participantes. Esta Casa encontra-se cheia de gente vinda dos diversos rincões; inscreveram-se 560 mulheres. Tenho certeza de que os nossos objetivos serão cumpridos e representarão uma alavanca transformadora para os novos momentos que viveremos.

Saúdo cada um dos que vieram do interior e, especialmente, cumprimento os alunos da 8ª série da Escola Municipal Dom Gabriel Leite, de Contagem, na pessoa de sua Diretora. A presença dessas crianças, na construção de uma consciência diferente, é um sinal transformador.

Passemos aos trabalhos. Houve alguns problemas devido ao período eleitoral, e não pudemos enviar-lhes o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres nem tampouco o Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, formulado pela Seplag. Portanto, discutiremos as políticas públicas a partir da experiência de vocês e da exposição que será feita pela companheira Aparecida e pela Secretária Renata, assim como levaremos em conta a experiência de cada Município e como estão sendo aplicadas as políticas públicas conquistadas, sua necessidade de ampliação e aperfeiçoamento e, sobretudo, como assegurar o seu efetivo controle social.

Todos os grupos têm como tema central a discussão do conteúdo das políticas públicas como mecanismos efetivos de seu controle e aplicação. No período da manhã, haverá as exposições; em seguida, debates acerca das propostas apresentadas. O período da tarde será reservado aos trabalhos de grupo, quando o debate poderá ser aperfeiçoado. Amanhã, pela manhã, haverá a plenária para assegurar a sistematização das propostas oriundas dos grupos.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença de todas as autoridades que participaram conosco desta abertura e, de forma especial, cumprimenta todas as mulheres aqui presentes e também a nossa querida Deputada Jô Moraes, pela iniciativa, em momento mais do que oportuno, da realização deste fórum. Pela presença maciça de todos vocês nesta manhã, não temos dúvida de que teremos um resultado altamente positivo.

Segundo Painel

Composição da Mesa

A Sra. Presidente (Deputada Jô Moraes) - Convidamos a tomar assento à mesa para o segundo painel as Exmas. Sras. Aparecida Gonçalves, Subsecretária de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, representando a Ministra Nilcéa Freire; Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Marlise Matos, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG; e Neusa Cardoso de Melo, Representante do Fórum de Mulheres Feministas de Belo Horizonte e da Grande BH.

Registro de Presença

A Sra. Presidente - É uma alegria contarmos com a presença do grupo de mulheres do Hip-Hop, integrado também pela Kátia Soares, que trouxe duas participantes do CD gravado sobre o desafio das mulheres diante da violência: Mulheres do Hip-Hop pelo Fim da Violência contra a Mulher. Estão presentes a Miss Black e a Negra Rô, a quem agradecemos o CD e a militância.

Palavras da Subsecretária Aparecida Gonçalves

Bom-dia a todos. Necessitamos de pensar em questões fundamentais para avaliação, planejamento e definição das políticas públicas para as mulheres.

Parabenizo a Assembléia, a Deputada Jô Moraes e as mulheres mineiras, pela beleza da organização deste fórum.

Trago-lhes algumas questões para reflexão: para discutirmos políticas públicas, temos de trabalhar com a mulher como sujeito de direito. Esse é o principal elemento para definirmos as ações afirmativas nos processos, o planejamento, a organização e, fundamentalmente, começarmos a descaracterizar e desconstruir a idéia de que a mulher é simplesmente uma reprodutora.

Acho que esse eixo é fundamental nas políticas públicas. Caso contrário, não conseguiremos avançar naquilo que temos de mais sagrado. Depois, voltaremos à questão da autonomia das mulheres.

O primeiro elemento para se discutir política para as mulheres é trabalhar a mulher como sujeito de direito e com garantia de acesso a todos, como à participação, ao empoderamento, à equidade, à saúde e, principalmente, aos direitos humanos.

A outra questão refere-se à importância de se trabalharem as políticas públicas da mulher como transversais. Não é possível pensar a política da mulher apenas como ação de uma Secretaria, de um governo ou da sociedade civil. É importante políticas públicas definidas por governos, mas não é possível que apenas perpassem governos: devem ser assumidas por todo o Estado, o que significa dizer que passa pelo governador e por quem mais esteja na ponta para atendimento.

As políticas públicas devem ser assumidas por todo o Estado como prioridade, com um olhar diferenciado, que perpassasse todos os mecanismos, todas as ações, numa perspectiva estabelecida. Não é possível que sejam responsabilidade de um funcionário público ou de quem tenha interesse e vontade de resolver a questão da mulher. Não dá mais. A questão tem de passar por uma política de Estado, tem de ser assumida pelo Estado, tem de ser perpassada por todos os órgãos e por todos os mecanismos.

Essa questão passa pelo planejamento, pelo desenvolvimento, por estratégias a serem montadas até o enfrentamento da violência. Não podemos trabalhar a mulher apenas como uma questão de saúde e de trabalho. Temos de começar a trabalhá-la com equidade de gênero, considerando a mulher como sujeito de direitos, de que forma os está exercendo e como está se colocando na sociedade.

Portanto, o Estado tem de ter políticas que definam isso; tem de assumir a responsabilidade por elas de forma global e prioritária e como combate ao enfrentamento das desigualdades, que são de raça, de gênero e de etnia. É importante ter claro que o Estado deve ter órgãos que respondam por essas políticas. Mesmo sendo transversais, tem de existir um organismo institucional que dê conta de fazer a discussão dos problemas. Precisamos de um órgão a quem recorrer. Nos outros órgãos, é bom que se vejam as experiências na saúde e em outras áreas.

Finalmente, quanto às políticas públicas para as mulheres, é bom pensarmos na questão das diretrizes e dos princípios e em quais são os desafios. Vou tentar abordar o que já trabalhamos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Trabalhamos quatro eixos principais, que são a questão da autonomia e da igualdade no mundo do trabalho e da cidadania; a educação inclusiva e não sexista; a saúde e os direitos sexuais reprodutivos e o enfrentamento à violência, além de um outro tema, a gestão e o monitoramento do plano. Um plano dessa envergadura, com a transversalidade que faz e com o número de ações que possui, não será possível sem controle e monitoramento pelo governo, pelos Ministérios, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pela sociedade civil. Faz-se necessária uma gestão para monitorar o que será executado.

Nessa perspectiva, trabalhamos alguns eixos, em que fizemos discussões acerca do que significa a autonomia das mulheres. Entendemos que, primeiro, significa garantir direitos à mulher, nas diversas esferas. Temos de lembrar que estamos trabalhando com um Brasil cuja realidade no Norte, no Sudeste e no Centro-Oeste é bem diferenciada. Temos de pensar sobre essa regionalidade, pois, no Brasil, há mulheres índias, negras, trabalhadoras rurais, trabalhadoras urbanas, empregadas domésticas, cientistas, etc. Devemos pensar num Brasil com sua real dimensão.

A primeira grande discussão sobre autonomia passa pelo acesso a uma série de benefícios. Estamos desenvolvendo uma campanha para as trabalhadoras rurais. Juntos - nós, governo, Secretaria de Mulheres, MDA - estamos fazendo uma campanha relativa à documentação para as trabalhadoras rurais. É incrível imaginarmos que, neste país, considerando os avanços que as mulheres já conquistaram, encontramos as que não têm sequer documentação e, portanto, acesso ao básico da cidadania, que é a existência.

Há essa campanha da documentação e discussão acerca do acesso ao crédito, à terra e à moradia. Discutimos, nesses vários anos, esses acessos e o Pronaf Mulher. Discutimos o crédito para mulheres no banco, por meio do Banco Popular ou do Banco da Mulher. Avançamos também na discussão do acesso da mulher às informações e à geração de trabalho e renda. Há diversas cooperativas e organizações.

Quanto ao emprego doméstico, acredito que todos acompanharam o debate que fizemos, há um mês, com a medida provisória do emprego doméstico. Nosso grande desafio era acabar com a informalidade do emprego doméstico. Tivemos alguns problemas no Congresso, mas não desistimos. Fizemos encaminhamento quanto aos direitos das empregadas domésticas.

No eixo educação inclusiva e não sexista, trabalhamos dois aspectos e princípios que, para nós, são fundamentais. Primeiro, deve-se rediscutir e repensar os conceitos e os preconceitos estabelecidos, começando pela formação dos professores. É importante esse trabalho dentro das escolas. É fundamental repensarmos a academia, o pensamento, o conhecimento e as matrizes pedagógicas, definindo de que forma essas instâncias estão sendo trabalhadas.

Analizamos alguns eixos e focos fundamentais. O primeiro foi o Projeto Diversidade na Escola, que visa à formação de professores à distância, o qual já possui um projeto-piloto. Hoje temos 5 mil professores sendo formados, envolvendo a discussão de gênero, raça e orientação sexual. São três módulos. Estamos terminando essa discussão. Esse projeto inicial foi desenvolvido pelo MEC, pela Secretaria de Mulheres e pela Sepphir. No próximo ano será implantado esse projeto-piloto no Brasil inteiro, para que possamos rediscutir o que acontece nas salas de aula, como está a formação dos professores.

Também voltamos à discussão com o Ministério de Ciência e Tecnologia sobre o Mulher e Ciência, para incentivar a produção acadêmica nas universidades e nas academias e a produção das mulheres, que, muitas vezes, se limita às teses de doutorado, guardadas, sem publicação. O programa Mulher e Ciência é uma forma de fazer com que as mulheres que estão nas academias, que estão trabalhando com ciência, comecem a ter visibilidade. Precisamos dar-lhes visibilidade e garantir que falem com a sociedade e com o mundo.

Paralelamente, nas escolas de 2º e de 3º grau e de mestrado, lançamos o concurso público de redações, do qual o Brasil inteiro participou. Chegaram a nós milhares de redações maravilhosas. Foi uma dificuldade decidir quem ganhava. Isso foi para começar o debate nas escolas, seja qual for, sobre a questão de gênero, para que os professores incentivem os alunos a fazer pesquisa e a debater nos cenários nacional, estadual e municipal. Foi interessante ver a forma com que muitas escolas participaram do debate. São passos para a discussão da educação.

Os outros dois eixos são saúde e direitos sexuais e reprodutivos, em que demos um grande salto. Primeiro, trabalhamos a perspectiva de enfrentamento da mortalidade materna. Fizemos o pacto nacional pela redução da mortalidade materna; estabelecemos metas a serem cumpridas; fomos para os Estados e os Municípios discutir com as secretarias estaduais e municipais como se reduzir a mortalidade materna; e aumentou-se o número de projetos que chegam ao Ministério da Saúde, o número de pessoas que queriam discutir a questão e o número de Municípios que pactuaram e criaram conselhos para a redução da mortalidade materna. Não conseguimos atingir a meta, mas conseguimos abrir o debate sobre sua importância, o que para nós é fundamental.

A outra questão é a da comissão tripartite para discutir o aborto. Não dá para não falarmos sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres sem discutir esse tema. Apesar de ainda estar no Congresso, de não ter tido o avanço que gostaríamos, fizemos esse debate com a sociedade. O governo federal, o movimento e o Legislativo sentaram-se à mesa para fazer um acordo sobre a legislação que vigora a respeito do aborto. Não desistimos. Estamos esperando aquietar-se a bancada evangélica e cristã, mas vamos retornar à discussão e fazer o debate, porque, para nós, mulheres, essa é uma questão fundamental.

Também nessa perspectiva, avançamos com relação à norma técnica sobre o acesso das mulheres ao aborto legal, para que toda a questão da saúde tenha amplitude e possamos discutirmos a ética médica, os princípios médicos, os métodos, de que forma se vai fazer, se é necessário a mulher passar pela Delegacia ou não. Trouxe o debate a respeito da importância da discussão sobre o caráter da violência sexual, sobre o direito de se ter acesso a acompanhamento, à permanência desse processo todo.

Por fim, a questão do enfrentamento à violência doméstica: o Plano Nacional traz, primeiro, a instituição de uma política nacional de enfrentamento à violência que se baseia em algumas questões, sendo a primeira o marco conceitual. Definimos a convenção de Belém do Pará como o marco conceitual, que, de fato, traz todos os conceitos, a forma como definimos a violência contra a mulher, que é importante para trabalharmos. Com isso, quais as ações a serem desenvolvidas quanto à prevenção, ao atendimento e ao combate?

Relativamente à prevenção, fizemos campanhas educativas, discussão nas escolas e, em relação à cultura, temos financiado alguns grupos de "hip hop", em que as meninas têm trabalhado o tema. O desafio é gravar o CD e colocá-lo no mercado, porque é fundamental que tenhamos uma sociedade que pense de forma diferente. Se pensarmos na juventude que vem da época do "É o Tchan", "Um tapinha não dói" e "Cachorroneira", em termos de cultura, ela tem tido muito pouco reflexo da realidade. Nesse sentido, a cultura, a música e a dança são importantes na prevenção e no enfrentamento à violência contra a mulher. E não só no enfrentamento à violência contra a mulher, mas, em toda política pública para as mulheres, é importante o papel da cultura e da educação, por intermédio do teatro, da dança e da música.

No atendimento, começamos a rediscutir a importância dos centros de referência de atendimento à mulher. Essa é muito mais uma política que oferece um acompanhamento social, psicológico e jurídico às mulheres, para que possam sair da sua condição de vítima de violência, de submissão, de baixa auto-estima, para dizerem não à violência. São elas que têm que definir a forma e o momento em que vão sair da condição de violência. Nós, Estado, temos que garantir-lhes essa possibilidade.

Incentivamos a criação de Defensorias Públicas de Atendimento à Mulher. O acesso à Justiça ainda é o grande desafio do enfrentamento à violência. Não basta dar todos os serviços e não garantir o acesso à Justiça. Se a mulher é um sujeito de direito, ela tem que ter acesso a esse direito. E é parte do acesso a esse direito ter um advogado que a acompanhe em todo o processo, principalmente na questão da violência.

Definimos também que, muito mais do que simplesmente oferecer os serviços, o mais importante no enfrentamento à violência contra a mulher é que a violência não é só um problema de segurança pública, da Delegacia de Mulheres, da Defensoria Pública, dos centros de referência ou abrigos; é também uma referência de governo, passa pela questão da saúde, da educação, do mercado de trabalho, da segurança, enfim, por todas as áreas de governo. Temos que começar a pensar num atendimento que seja integral. A mulher não pode chegar à delegacia e ouvir que terá de ir à defensoria e depois a outro lugar. Se for assim, perderemos metade das mulheres no meio do caminho. Temos que ter uma ação integrada, pensada coletivamente, enquanto serviço público, para dar uma resposta efetiva a essa mulher, para que, quando ela chegar à nossa porta, tenha condições de dizer que está resolvendo o problema com o apoio do Estado. Estamos trabalhando com o conceito de rede de atendimento às mulheres em situação de violência. A rede é uma integração entre os diversos serviços do governo, o serviço público e a sociedade civil, para o atendimento à mulher em situação de violência. Se não conseguirmos fazer essa rede, não daremos conta da dimensão da política nacional e não conseguiremos resolver. Essa é a perspectiva que temos trabalhado na política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher.

A outra discussão que trouxemos, do enfrentamento e do combate, é a de que seria preciso, neste país, que tivéssemos primeiro uma política de segurança mais eficiente; aí precisaríamos de delegacias especializadas, estruturadas, com funcionários capacitados, qualificados, que olhassem a mulher na sua especificidade e na sua diferença. Para isso, instituímos a política de reestruturação das delegacias. Garantimos orçamento no Senasp para que essa política aconteça e se viabilize. Não basta ter apenas uma política de segurança, porque a segurança não é só a Delegacia de Mulheres.

A segurança é a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, as delegacias comuns e tudo que já foi exposto. Na matriz curricular das academias de polícia, a partir de agora, asseguramos uma disciplina relativa à questão do gênero e da violência doméstica. Cabe a vocês verificar se a Academia de Minas está cumprindo essa exigência. Caso não esteja, basta nos comunicar. Os policiais têm de ser preparados para esse atendimento específico.

Em relação à legislação, o nosso grande desafio sempre foi a violência doméstica no âmbito da Lei nº 9.099, desde o seu surgimento. Quando os processos e a questão da violência doméstica passaram a ser julgados nos juizados especiais, esse problema foi banalizado, e agravou-se a discussão sobre a impunidade. A legislação teria de dar conta da nossa proposta, do conceito da Convenção de Belém do Pará e de toda a política de garantia. Todas as delegacias e centros de referência, casas e abrigos e as defensorias deveriam estar de acordo com a legislação, a fim de instituímos o serviço.

Esse processo foi construído primeiro pelo consórcio de seis ONGs, que iniciaram a discussão e entregaram o anteprojeto à Secretaria, que, durante um ano, discutiu o projeto e criou o grupo interministerial para realizar o debate. Em 2004, a Ministra entregou o projeto ao Congresso. Saliento que foi o projeto que teve a tramitação mais rápida no Congresso.

É importante esclarecermos que realizamos essa articulação com a bancada feminina, para que, de fato, essa lei fosse aprovada em regime de

urgência. Ela passou pela Câmara e pelo Senado, por unanimidade, e foi sancionada na segunda-feira, dia 7, pelo Presidente da República. Portanto, concluímos essa etapa da legislação com uma grande vitória. A partir de agora, o Brasil dispõe de uma legislação que coíbe a violência contra a mulher, instituindo-a como crime, e estabelece os procedimentos, o atendimento e a política a ser adotada. O centro de referência faz parte da legislação e tem de ser constituído pelos poderes públicos estaduais e municipais. Cabe-nos o desafio de fazer com que aconteçam.

O salto maior é a instituição dos juizados e das varas especiais da violência contra a mulher. Essa é uma grande conquista constante da legislação. Agora, o Fórum Técnico e os Estados têm de negociar com os Tribunais de Justiça, para que implantem os juizados especiais, a fim de que, efetivamente, possamos dar celeridade aos processos, impedindo que sejam encaminhados à vara comum. É urgente a discussão, nos Estados, sobre a instalação dos juizados e das varas especiais.

No enfrentamento à violência contra a mulher, realizamos esse debate e uma discussão muito importante sobre o tráfico de pessoas humanas. É importante salientarmos que 85% das pessoas traficadas são mulheres. Esse é um desafio que temos de enfrentar. Temos de estabelecer a forma do debate e da discussão sobre essa questão, porque a mulher sai do Brasil para trabalhar, mas é explorada sexualmente e, quando retorna, enfrenta os preconceitos, pois, no Brasil, ainda há problemas em relação à discussão sobre a prostituição. Temos de encarar esse desafio a partir de agora.

A gestão e o monitoramento do plano são feitos pelos 13 Ministérios com ações nesse plano e por representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, pertencentes à sociedade civil, que se reúnem uma vez por mês, para discutir as ações executadas no plano.

Se vocês me derem o endereço, prometo que lhes mandarei o documento. Trouxe um pacote, mas acho que foi para outro Estado. Nele está o relatório de implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Aqui tenho a maioria das ações que foram executadas nesses três anos pelo governo federal ou pelos governos municipais e estaduais.

O relatório está também no nosso "site" na Internet. Quem quiser, pode consultá-lo e abrir o "link" que mostra as atualizações feitas pelos Ministérios. Eles aumentam ou diminuem as ações. É importante que vocês tenham acesso a isso, até mesmo para cobrar depois.

Além do monitoramento, o mais importante é discutir a institucionalização das políticas públicas. Nosso governo entende que, em todos os lugares, devem existir órgãos específicos para se pensar política pública para as mulheres. É importante que se criem secretarias e coordenadorias com espaço de discussão e de poder. Não basta criar uma secretaria que ficará vinculada às Secretarias de Assistência Social e de Saúde ou a qualquer outra em que não haja espaço para o poder.

Precisamos discutir o que é o poder. É ter condições de articulação e negociação com o outro? Isso é fundamental. Temos de discutir com os Secretários de Turismo, de Saúde, de Transporte e de Planejamento em condições de igualdade, senão não se podem pensar políticas.

Precisamos discutir que tipo de poder e de estrutura queremos para estabelecer as políticas e o seu monitoramento. Temos de criar organismos institucionais no âmbito dos governos municipais e estaduais que tenham condições de fazer a discussão da transacionalidade de gênero e que nos dê condições de cobrar uma ação que não está saindo do papel.

No entanto, não teremos poder se não tivermos recursos. As mulheres precisam ter coragem de fazer esse debate. Não se tem poder sem orçamento. Orçamento é fundamental. Não se fazem políticas públicas sem dinheiro. O turismo, o transporte e a saúde têm dotação orçamentária para estabelecer, implementar e realizar políticas públicas. O organismo institucional também precisa de recursos.

Temos de assumir esse enfrentamento, sob pena de fazermos um grande plano com as melhores ações possíveis e não darmos conta de executá-las por falta de dotação ou rubrica orçamentária. Esse é o desafio que deixamos para Minas Gerais enfrentar conosco daqui para a frente.

A Sr. Presidente - Chegou à Mesa a solicitação de exemplares do plano. Esclarecemos que não foi possível trazer cópias devido às exigências da legislação eleitoral. Terminado o prazo legal, as Secretarias Nacional e de Planejamento enviarão a todos os participantes os planos estadual e municipal, por escrito.

Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena

Bom-dia a todas e a todos. Apresentarei aqui os programas e as ações realizados no Estado de Minas Gerais referentes às políticas públicas sobre as mulheres. Como disse rapidamente nas minhas saudações iniciais, em Minas Gerais, montamos o nosso plano de forma a coordenar as ações que já estavam sendo executadas. Esse plano, então, veio apenas concretizar uma série de ações em relação à mulher, as quais já estavam sendo realizadas.

Farei uma breve introdução.

A busca pela igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte não só da história do Brasil, mas também da de todo o mundo.

Sabe-se que, apesar da existência de normas internacionais e nacionais de direitos humanos, que estabelecem a igualdade entre homens e mulheres, essas, por si só, não garantem a sua efetivação. Nesse contexto, o papel dos gestores públicos é de fundamental importância para garantir essa igualdade e que as políticas públicas voltadas ao combate das desigualdades existentes sejam efetivamente implementadas.

Uma análise do perfil democrático e socioeconômico do Brasil é, sem sombra de dúvida, um marco inicial para a compreensão dos enormes desafios enfrentados pelos dirigentes na concepção e implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero. Essa questão pode ser mais bem entendida à luz de dados de pesquisas realizadas nos últimos anos por institutos de renomeado prestígio, conforme citarei aqui.

Em 2003, o IBGE constatou que as mulheres representavam 51,2% da população brasileira - aproximadamente 89 milhões -, sendo que, desse total, 46% eram negras e pardas.

A participação das mulheres na força de trabalho também tem sido crescente. Em 1973, elas constituíam 30,9% da população economicamente ativa. Em 2003, aumentaram sua participação para 42,7% da população economicamente ativa, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, do IBGE.

Atualmente, de cada 100 mulheres, 55 estão no mercado de trabalho em busca de uma vaga. É a maior taxa de participação feminina na história da pesquisa iniciada pelo Dieese em 1985. Em 2002, esse índice era de 54,4%.

A pesquisa constatou também um expressivo aumento de domicílios chefiados por mulheres: em 1992, 19,3% eram chefiados por mulheres, e esse índice passou para 25,5% em 2002 e registrou crescimento da ordem de 32,1% nesses 10 anos.

Em relação à ocupação de cargos de direção, constatou-se que, dos 42.276 cargos de diretoria computados pela Rais em 2000, 23,6% eram ocupados por mulheres. Ao analisar as empresas segundo o ramo de atividade, no entanto, verifica-se que os empregos femininos no âmbito de diretoria predominam em empresas de serviços comunitários e sociais, nas quais pouco mais da metade dos cargos desse nível eram ocupados por mulheres. Conforme dados da Escola Nacional de Administração Pública, essa disparidade é menos acentuada no setor público. Constatou-se que a proporção de mulheres em diretorias na administração pública federal, em 1998, era de 44%. Em Minas Gerais, 79% dos nossos servidores são do sexo feminino.

Outra pesquisa divulgada pelo Dieese mostra que a taxa de desemprego das mulheres passou de 22,2%, em 2002, para 23,1% no ano passado. Nesse mesmo período a taxa registrada para homem foi de 17,2%.

A economia informal tem sido a única alternativa para uma grande parcela da população feminina. Por não ser formal, o trabalho nessas circunstâncias geralmente é exercido em condições muito precárias. Como se isso não bastasse, segundo dados do IBGE, a média de rendimentos dos homens no setor informal é cerca de 50% superior à das mulheres. Essa constatação agrava-se ainda mais quando analisada em relação às raças. Esse quadro aponta para a necessidade premente de se encontrarem saídas de inclusão social, também nos níveis decisórios das organizações, e de garantia de renda para as milhares de brasileiras que constituem mais da metade da população do País.

Portanto, com esse entendimento e a partir de uma demanda apresentada em maio de 2005, a Seplag, juntamente com a bancada feminina da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e com o Conselho Estadual da Mulher, elaborou o Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres baseado no Plano Nacional, que foi elaborado durante a 1ª Conferência Nacional e Estadual de Políticas para as Mulheres, de 2004, e, principalmente, nos programas e ações executados nos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais.

As ações de Minas Gerais anteciparam-se ao plano. O trabalho, além de proporcionar o entendimento das ações já implementadas pelo Estado, proporcionou também uma mobilização das pessoas envolvidas no desenvolvimento e no acompanhamento dessas ações.

Em setembro de 2005, o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres foi finalizado contendo as principais ações do Estado que estão organizadas nas quatro áreas estratégicas de atuação: saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos; autonomia e igualdade no mundo do trabalho; e enfrentamento à violência contra as mulheres e educação inclusiva e não sexista. Além disso, o plano contemplou metas para 2005 e já previu metas para o período de 2006-2007, bem como os recursos necessários para a execução dessas ações. Tanto as metas quanto os recursos necessários à sua execução foram definidos pelos próprios órgãos e entidades responsáveis, o que permite seja cobrado seu cumprimento.

É importante salientar que nem todas as ações contidas no plano visam ao atendimento exclusivo de mulheres, uma vez que só isso já feriria um dos princípios básicos constitucionais, que é a igualdade entre os sexos. No entanto, muitas ações acabam por atender principalmente às mulheres, como é o caso de alguns programas na área de trabalho, renda e educação.

Para esta apresentação foram avaliadas e revisadas as metas dos programas constantes no Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres. Além disso, houve a inclusão de novos programas considerados importantes. Essa revisão novamente contou com a colaboração dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação desse programa e tem por objetivo subsidiar as discussões a serem feitas na parte da tarde pelos grupos temáticos. Esperamos que dessas discussões surjam novas proposições que contribuam para o aprimoramento do nosso plano.

A primeira área estratégica é a saúde da mulher, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos. Na área de saúde da mulher e de direitos sexuais e reprodutivos, destacam-se as ações implementadas e coordenadas pela Secretaria de Estado de Saúde.

O Programa Viva a Vida é a ação de maior destaque nessa primeira área de atuação, configurando-se como um dos programas estruturadores do governo de Minas Gerais, constante no nosso Plano Plurianual de Ação Governamental. Tendo como objetivo a redução da mortalidade infantil no Estado em 25% e da mortalidade materna no período 2004-2007, o programa vem recebendo significativo aporte de recursos orçamentários e financeiros e gerenciamento intensivo, acompanhado pela Secretaria de Planejamento com vistas ao fortalecimento da rede de atenção à saúde da gestante e do recém-nascido, desde a atenção básica, incluindo ações de equipes do Programa Saúde da Família, passando pelos hospitais que realizam partos, até hospitais de maior complexidade, com capacitação de pessoal, aquisição de equipamentos e criação de leitos de UTI neonatal. Os recursos previstos para 2006 somam R\$33.000.000,00.

Na coluna da esquerda estão as ações que serão implementadas até o final do ano; na coluna da direita estão as ações previstas para o período de 2007. Esta apresentação ficará disponível e poderá ser trabalhada pelos grupos da tarde.

Em vermelho, neste mapa, estão representados os cinco Centros Viva Vida em implementação em Minas Gerais: Janaúba, Brasília de Minas, Lavras, Governador Valadares e Itabirito. As 21 localidades em verde são aquelas cujos projetos de implantação de Centros Viva Vida já se encontram aprovados para execução pelo Departamento Estadual de Obras Públicas - Deop.

Projeto de Prevenção e Assistência às Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs e HIV-Aids -: tem sua execução sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde em parceria com o governo federal. Seu objetivo é viabilizar o diagnóstico, o tratamento e a prevenção das DSTs, incluindo o HIV. Por meio do projeto, o governo estadual recebe e distribui os preservativos fornecidos pelo Programa Nacional de DST-Aids e também adquire preservativos como contrapartida estadual, tornando-os disponíveis por meio da rede de serviços e de projetos desenvolvidos em parceria com as ONGs. Adquire ainda medicamentos para tratar algumas DSTs e infecções oportunistas em portadores de HIV e Aids. Para 2006, os recursos de contrapartida estadual alocados para esse projeto são da ordem de R\$530.000,00.

Aqui estão disponíveis as ações que serão implementadas neste ano e as previstas para 2007.

Os dados representados nessa tabela e no gráfico são muito preocupantes: indicam que 85,6% dos casos de Aids acometem pessoas na faixa etária dos 20 aos 49 anos, sendo que cerca de 30% são mulheres. Verifica-se ainda que, nos últimos anos, houve um aumento relativo de casos da doença entre pessoas do sexo feminino. A curva para o sexo masculino tem diminuído significativamente.

Essa tabela indica que o número de testes Elisa anti-HIV para detecção do HIV cresceu de 1.671 exames em 2002 para 17.272 em 2005 - 10.000% -, sendo que a maior parte dos testes foi realizada em mulheres, ou seja, 63% em 2005. Já o número de resultados positivos subiu no período 2002-2004, apresentando uma queda considerável em 2005. Vale ressaltar que há previsão para a realização de 100 mil testes Elisa

anti-HIV em 2006 no Estado de Minas Gerais, como foi dito pelo próprio Secretário de Saúde.

O Projeto Nascer, que é a prevenção da transmissão vertical do HIV, tem como objetivo desenvolver, em todo o Estado, ações que viabilizem a identificação, o tratamento e o acompanhamento das gestantes portadoras de HIV e sífilis, bem como de toda criança exposta ao HIV e ao treponema na gestação, no parto e na amamentação, com vistas a reduzir a transmissão deles. Atualmente, 90 instituições distribuídas em 74 Municípios mineiros participam do Projeto Nascer-Maternidade. Essas instituições recebem do programa estadual os testes rápidos para o diagnóstico do HIV em parturientes que não foram testadas durante o pré-natal. As de HIV+ recebem o AZT injetável durante o parto, o recém-nascido recebe o AZT solução oral por um período de quatro semanas e a fórmula láctea durante os primeiros seis meses de vida.

O mapa seguinte apresenta os Municípios com maternidades e hospitais que atuam na prevenção da transmissão vertical de HIV e sífilis. Como pode ser observado, esse atendimento é bem distribuído geograficamente pelo Estado.

O Plano Operativo Estadual de Atenção à Saúde da População Prisional de Minas Gerais tem como objetivo viabilizar a atuação integral à saúde, bem como o acesso a ações preventivas da população compreendida pelo sistema penitenciário estadual, em parceria com o governo federal. Atualmente, o Estado conta com um total de 516 sentenciadas lotadas em duas unidades exclusivamente femininas e outras oito unidades com pavilhões para o sexo feminino.

Da mesma forma, retratamos aqui as ações implementadas em 2006 e as previstas para o próximo ano.

A execução do Plano Operativo Estadual de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei é de responsabilidade da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Defesa Social, também em parceria com o governo federal, e tem por objetivo orientar a implantação e implementação de um elenco de ações no âmbito da promoção da saúde, prevenção de riscos e assistência aos agravos em unidades de internação e internação provisória que atendem aos adolescentes em conflito com a lei, garantindo a integralidade e a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, bem como uma atenção à saúde humanizada e de qualidade.

Minas Gerais tem um total de 17 unidades de internação em funcionamento. Dessas, oito unidades estão na Capital e nove no interior do Estado. A faixa etária dos internos é entre 12 e 18 anos. Apenas uma delas tem como público-alvo a população do sexo feminino, contando atualmente com 30 vagas.

Como não há tempo suficiente para falar sobre todas as ações, estou fazendo apenas uma descrição geral. O Programa Saúde na Escola tem por objetivo desenvolver ações de promoção de saúde com adolescentes, contemplando a educação afetivo-sexual, com a prevenção da gravidez não planejada e o exercício da sexualidade segura, sem riscos das DST e aids, a prevenção ao uso de substâncias lícitas - fumo e álcool - e ilícitas, o trabalho pela paz e a prevenção à violência.

Sendo o Saúde na Escola um programa de abrangência estadual, é importante que suas características sejam mantidas em todas as regiões. Para tanto, serão capacitados, primeiramente, os técnicos das Gerências Regionais de Saúde, das Superintendências Regionais de Educação, da Secretaria de Desenvolvimento Social, da Secretaria de Planejamento e Gestão e da Secretaria de Defesa Social. Isso será feito pelos membros do comitê técnico do Programa Saúde na Escola.

O objetivo dessa primeira etapa é formar multiplicadores do programa, que, em parceria com a UFMG e a Secretaria de Saúde, repassarão as informações para as escolas e unidades básicas de saúde localizadas nos Municípios de jurisdição das 28 GRS do Estado, representando a segunda etapa do Saúde na Escola. O programa tem como meta para o ano de 2006 atingir todas as escolas estaduais de 5ª a 8ª séries e ensino médio de Minas Gerais. A previsão de recursos financeiros da Secretaria de Saúde para desenvolver esse programa em 2006 é de R\$3.000.000,00.

O Programa de Atenção às Vítimas de Violência Sexual no Estado de Minas Gerais também está sendo implementado pela SES, em parceria com os Municípios, e tem por objetivo viabilizar a atenção integral às vítimas de violência sexual nos serviços de saúde, para a prevenção de DSTs, HIV, Aids e gravidez indesejada. A Secretaria de Saúde, por meio da Coordenadoria Estadual de DST e Aids e em parceria com outras instituições, vem promovendo a implantação de um protocolo de atenção imediata às vítimas de violência sexual, que normatiza a profilaxia das DST e do HIV e de anticoncepção de emergência e promove o acompanhamento interdisciplinar, o tratamento e a reabilitação dos danos causados. Para integrar o trabalho das diversas instituições envolvidas, formou-se uma comissão interinstitucional, com representantes da Polícia Civil - delegacias e Instituto Médico Legal -, da Polícia Militar, de diversos conselhos, ONGs, entre outros.

A tabela a seguir indica o número de casos de violência sexual notificados à Coordenadoria Estadual de DST e Aids nos anos de 2003, 2004 e 2005. Verifica-se que quase 98% das vítimas de violência são mulheres e que há um aumento anual de casos atendidos. Isso se deve a uma maior capacidade de articulação, atuação e divulgação dos serviços, em decorrência da implantação do programa.

Verifica-se ainda melhoria da assistência às vítimas de violência, refletida por redução no percentual de oportunidades perdidas de intervenção com medicamentos e imunobiológicos. Encontra-se em estudo a proposta de descentralizar essa atenção no maior número possível de Municípios deste Estado.

O Programa de Combate ao Câncer de Útero e de Mama foi implementado em parceria com o governo federal e tem por objetivo proporcionar o aumento da oferta do método diagnóstico e de mamografia às usuárias do SUS, bem como do tratamento das lesões suspeitas detectadas. A meta proposta é realizar a cobertura anual de 25% da população feminina do Estado na faixa etária de 20 a 60 anos. Apesar do aumento no número de mamografias realizadas em Minas Gerais de 1995 a 2004, constata-se que o número de equipamentos existentes na rede de saúde não atende às necessidades de exames de prevenção e detecção precoce do câncer de mama, recomendados pelo Ministério da Saúde. Com a implantação dos Centros Viva a Vida de Referência Secundária - Programa Viva a Vida, pretende-se adequar a rede de saúde às reais necessidades de exames nos próximos quatro anos.

Este gráfico apresenta a posição dos Municípios mineiros em relação ao atingimento das metas locais de realização de exames citopatológicos. Estes dados revelam que muitos Municípios superaram as metas - em verde - e que a grande maioria atingiu entre 70% e 100% da meta - em amarelo.

Ainda na área da saúde, vale citar o projeto Mil Mulheres em Ação, executado pelo Idene em parceria com o governo federal, que visa combater a desnutrição e a mortalidade infantil e promover a segurança alimentar nutricional sustentável infantil na área de abrangência do Idene - são 188 Municípios nas regiões dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, Norte de Minas e na microrregião de Curvelo -, com a formação de uma rede de líderes comunitárias, capacitadas pela metodologia da Pastoral da Criança.

A segunda área de atuação é autonomia e igualdade no mundo do trabalho. O programa Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda, desenvolvido pela Sedese, tem por objetivo promover o desenvolvimento integrado das ações que compõem a política pública de trabalho, emprego e renda, visando ampliar o acesso do trabalhador a esses serviços em todo o Estado de Minas Gerais, em parceria com o governo

federal. Mais de 148 mil mulheres já estão inscritas, e a meta para o ano que vem é bastante significativa.

O programa Primeiro Emprego, também desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, tem por objetivo promover o desenvolvimento integrado das ações que compõem a Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda, priorizando o acesso ao primeiro emprego, em espaços de referência. O programa Primeiro Emprego, que contempla várias ações nessa área, conta com um orçamento para 2006 no valor de R\$2.700.000,00.

O projeto Mais Mulher no Cooperativismo, desenvolvido pelo Conselho Estadual da Mulher, visa incentivar a prática do cooperativismo, capacitando as mulheres na gestão de cooperativas. Este ano foram capacitadas 120 mulheres, e a previsão para o próximo é que esse número dobre.

O projeto Cozinhas Comunitárias Sertanejas, de responsabilidade do Instituto Estadual de Desenvolvimento do Norte de Minas, também em parceria com o governo federal, visa implementar unidades produtivas de cozinhas comunitárias sertanejas na região Norte, nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, estimulando a geração de renda entre as famílias excluídas socioeconomicamente, incentivando o associativismo e o cooperativismo entre as comunidades.

A terceira área estratégica é o enfrentamento à violência contra as mulheres. O primeiro programa apresentado é o de combate à violação dos direitos humanos, implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, que tem como objetivo desenvolver ações preventivas em relação à violência doméstica e sexual, por meio da realização de campanhas de divulgação dos direitos da mulher e da disponibilização para a população de um canal para a realização de denúncias de violação dos direitos humanos, tais como abusos, exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes. Abuso do poder e violação dos direitos de minorias, com investimentos, neste ano de 2006, de R\$545.000,00.

O programa de assistência aos familiares de vítimas de crimes violentos é também executado pela Sedese, em parceria com o governo federal, com o objetivo de assistir as vítimas de crimes violentos e proteger a vida e a integridade física de testemunhas ameaçadas.

O Programa Sentinela, citado pela Coeli, é mais uma ação executada pela Sedese, em parceria com o governo federal, no intuito de atender crianças e adolescentes vítimas de abusos ou exploração sexual. Várias ações já foram implementadas, inclusive com centros regionalizados e centros municipais. O monitoramento e a capacitação das equipes já foi feito em 61 Municípios.

Um outro projeto é a Defensoria Pública especializada na defesa dos direitos das mulheres em situação de violência. É uma ação de responsabilidade da nossa Defensoria Pública, em parceria com o governo federal, visando à criação das Defensorias Públicas especializadas, tendo por objetivo proporcionar atendimento e acompanhamento jurídico e psicossocial, orientação e informação às mulheres em situação de violência.

A implantação da Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher é mais uma ação da Defensoria Pública do Estado, visando à implantação de Delegacias Especializadas para investigar, apurar e tipificar os crimes de violência contra a mulher.

A criação dos conselhos municipais para a mulher tem como objetivo fortalecer e criar conselhos municipais para que atuem na gestão de políticas públicas para as mulheres nos Municípios.

A quarta e última estratégia é a educação inclusiva e não sexista. Existe o Programa Cidadão Nota Dez, que, em parceria com o governo federal e com o Idene, visa promover a organização de comunidades em torno do combate e controle do analfabetismo de jovens e adultos nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, na Microrregião de Curvelo e também no Norte de Minas. Foi estruturado para ser implementado em quatro fases, ao longo de 4 anos. As três primeiras fases já foram concluídas, estando em andamento a última fase. Em tais fases foram atendidos 155.844 alunos, dos quais 93.506 são mulheres. Para 2006 e 2007 está previsto o atendimento de 75 mil alunos. Mantendo-se o percentual feminino atingido em todas as fases anteriores, que foi de 60%, chegaremos a um total de 45 mil mulheres atendidas. Os investimentos previstos para 2006 e 2007 são da ordem de R\$5.200.000,00.

O Programa Minas Educar é desenvolvido pela Seplag, em parceria com a Secretaria de Educação. Esse programa visa elevar a escolaridade de servidores efetivos no Estado, na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais. Seu objetivo é alfabetizar, levar o ensino médio e fundamental e buscar um aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

A administração pública conta, atualmente, com 332.689 mulheres, de um total de 418.006 servidores, excluídos os militares. Isso significa que quase 80% da nossa força de trabalho é composta por mulheres. Desse total, foi levantada uma demanda por educação de 33 mil mulheres.

Neste semestre, serão matriculados 9.914 inscritos, sendo que 8.123 são mulheres. Para este ano, prevemos investimentos da ordem de R\$5.000.000,00; para 2007, prevemos a abertura de mais 5 mil vagas. A idéia é que não haja servidores analfabetos no governo do Estado.

Por fim, trago dois desafios. Um é o estabelecimento de indicadores que meçam o grau de efetividade das políticas públicas para as mulheres, ou seja, a definição de indicadores que reflitam o grau da eficácia das ações que estão em implementação das que serão implementadas. Como exemplo, temos o programa de combate ao câncer de útero e de mama, que seria avaliado não apenas pelo número de mamografias e exames citológicos realizados, mas também pela redução da mortalidade por câncer de mama e de útero. É importante que tenhamos condição de medir os resultados.

O segundo desafio, que já está em estudo na Secretaria de Planejamento e Gestão, é que, além da revisão do Plano Estadual das Políticas Públicas para as Mulheres, que este fórum irá subsidiar, seja criada unidade administrativa que seja responsável pela formulação, coordenação e articulação das políticas públicas de mulheres no Estado.

Como foi visto aqui, várias ações estão em andamento e são executadas por vários órgãos e entidades. Acredito até que existam outras que não constam no plano, mas que já estão em implementação. No entanto, é fundamental que haja uma unidade que cuide disso e que possa aprimorar essas políticas e esses novos desafios. Isso não deve ficar somente na área de coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão, mas em uma unidade competente para fazer esse acompanhamento e a coordenação de uma política tão importante para o nosso Estado.

Eram essas as informações que queria passar. Agradeço a oportunidade. Bom dia a todos e bom trabalho.

- No decorrer da apresentação, procede-se à exibição de "slides".

Antes de tudo, bom dia a todas e a todos os presentes. É com muita alegria que me encontro aqui, hoje, para este debate crítico sobre os Planos Nacional e Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Primeiro, quero louvar a excelente iniciativa desta Casa e as minhas colegas de Mesa, na pessoa da Deputada Jô Moraes, que bravamente convocou este fórum técnico e o coordena com sucesso, pelo número de inscrições. Este é um evento de envergadura e de importância incontestável para nós, feministas que estamos cotidianamente lutando para enfrentar as várias barreiras que até hoje, alvorecer do séc. XXI, fazem obstáculo ao pleno desenvolvimento das capacidades e habilidades das mulheres neste país, que ainda é profundamente desigual.

O tema do pluralismo e da inclusão das diferenças no jogo e nas regras políticas é, sem nenhuma dúvida, o mais crucial e desafiante à democracia hoje, no mundo. Seja pela ótica mais liberal, seja por uma ótica republicana ou comunitarista, autores, gestores, filósofos e cientistas políticos têm discutido profundamente como fazer a democracia deixar de ser apenas uma forma para se constituir de fato numa substância e numa qualidade que incluam a participação ativa dos cidadãos.

Não tenho dúvida em afirmar que o aprofundamento da legitimidade normativa da democracia hoje depende, cada vez mais, da capacidade de nossos responsáveis políticos e de nossos representantes em influenciar as agendas políticas de forma a torná-las permeáveis e sensíveis à dinâmica plural e heterogênea vivida por nosso tecido social. E, assim, promover, de fato, a real justiça social.

O Brasil, como todos sabem, é o país das desigualdades. Não seria diferente em relação às desigualdades que perpassam as relações de gênero. Aqui não há tempo de falar sobre os indicadores de desigualdades enfrentadas na esfera de gênero, mas é fundamental lembrá-las, já que é por causa delas que nos encontramos hoje, nesta Casa. Por que criamos um plano nacional de políticas para as mulheres? Por que criamos um plano estadual de políticas para as mulheres? Simplesmente porque, em termos de oportunidades e condições de acesso às oportunidades de vida, as mulheres e os homens, no Brasil, e também em Minas Gerais, ainda se encontram muito distantes de uma igualdade real. Portanto, é preciso lutar para combater os obstáculos que produzem e reproduzem essas relações desiguais e assimétricas.

Quando afirmo tais assimetrias de gênero, não quero identificar minha fala ou minha posição com a idéia, em meu ver equivocada, de que o gênero ou o campo das relações de gênero devam visar a uma igualdade que descaracteriza as diferenças. E aí gostaria de destacar um aspecto da fala da nossa Secretária, dizendo que não há incompatibilidade entre a igualdade e a diferença. Igualdade e diferença não são contraditórias. Todos nós somos, de alguma forma e ao mesmo tempo, em alguma medida, iguais e diferentes ao mesmo tempo. Contudo, quando as diferenças funcionam como produtoras de desigualdade, opressão, discriminação e comprometem o real usufruto dos bens e das oportunidades de vida, precisamos e devemos intervir. O papel do Estado é intervir nas condições e nos processos que transformam as diferenças em discriminação e subalternização. Esse é o motivo maior que nos trás a este evento: nós nos incomodamos e queremos transformar condições e processos que oprimem e discriminam as mulheres, e isso em múltiplas arenas.

Posso tranquilamente afirmar que uma prática democrática mais inclusiva e participativa é, justamente, o caminho correto para uma mudança no sentido da equidade e da justiça que todas nós merecemos.

A discussão e a participação democrática são princípios norteadores de um processo real de mudanças que estamos, todas e todos, aqui buscando e, de alguma forma, já realizando. Nesse aspecto, venho, mais uma vez, elogiar não apenas a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do governo federal, mas o seu papel proativo de induzir e fomentar a realização das conferências sobre as políticas públicas para as mulheres. A primeira conferência nacional foi um dos momentos mais importantes e emocionantes que já presenciei em minha trajetória de luta no feminismo no Brasil. Foi um momento intenso, rico, belo, que nos mostrou como é possível realizar e decidir com escuta atenta, e não apenas com retórica. Desejo que a próxima conferência se realize com esse mesmo espírito, no ano que vem.

O Plano Nacional de Políticas Públicas, portanto, significou, na dimensão dos avanços e da consolidação do processo democrático neste país, uma das maiores conquistas das mulheres brasileiras nos últimos tempos. Mas precisamos ir além, precisamos avançar. Nesse sentido, venho aqui sugerir alguns poucos elementos para um debate, que poderão orientar avanços em outras áreas que ainda não estão ou não são contempladas no primeiro plano.

Por si mesmo, o plano deve e pode induzir ao debate, à reflexão crítica e, finalmente, o que não é mais relevante, tornar efetiva a obtenção de recursos públicos, por meio das políticas e de programas públicos para manter a transformação necessária nos quatro eixos, ou seja, no mercado de trabalho, na saúde, na educação e na violência. Mesmo tendo sido construído participativa e democraticamente, o plano precisa avançar, e deixo aqui minhas sugestões, em outras esferas que estão interrelacionadas: a política e a cultural.

Além dos direitos individuais que o plano vem contemplar em áreas cruciais para as discriminações sofridas pelas mulheres, é preciso deflagrar e sustentar uma grande revolução simbólica e efetiva, que desloque definitivamente as mulheres dos lugares de coisas, de objetos, de mercadorias, de "assujeitadas", que historicamente construímos e que mantemos, mesmo inconscientemente. Portanto, acho que temos de trazer mais mulheres para os cargos decisórios fundamentais dos Três Poderes. Creio que já passa da hora de discutirmos quais seriam as estratégias de incorporação maciça das mulheres, passando pelas diversas instâncias de poder do País, levando-se realmente a sério mecanismos de maior inclusão, a exemplo das ações afirmativas, e entre elas as cotas, que, como já afirmei, não têm nada de contraditório ao princípio da igualdade prevista na Constituição Federal do País.

Também penso ser necessário que nossas instituições, todas elas, em especial aquelas vinculadas aos poderes de Estado e à produção dos conhecimentos e das informações, deflagrem um processo maciço e continuado de desconstrução dos lugares comuns e estereotipados que nossa cultura e sociedade atribuem às mulheres e aos homens. É preciso incomodar-se, inquietar-se e lutar para modificar, de fato, os papéis tradicionais de gênero, que alocam mulheres aos domínios e às atividades de sensibilidade, da domesticidade e do cuidado, mesmo dentro da esfera pública, e não apenas na esfera privada.

A tendência evidencia que nossas mulheres hoje são maioria nas universidades, mas ainda vão para o campo. É impossível não lembrar que as mulheres voltam ao cuidado, à proteção e à sensibilidade. Temos de desmontar esse arcabouço. É bom lembrar que as mulheres têm "tetos de vidro", que elas não conseguem ultrapassar os desafios das nossas instituições.

É necessário e urgente desconstruir o lugar-essencializado para nós mulheres, que é o da sensibilidade, do cuidado, da fragilidade. Ainda que saibamos muito lidar com todos esses elementos e contextos, também somos igualmente capazes e competentes para calcular, para racionalizar, para tomar decisões, para lidar com o orçamento, entre todos pontos que ficam circunscritos a uma visão reducionista e estereotipada à uma vocação masculina. As mulheres têm competência, "expertise" e conhecimento, hoje acima dos homens, porque somos em geral mais escolarizadas do que eles. Precisamos passar, de fato, a dividir e a somar com eles o poder político e o econômico. Os dados do Inep de 2002 demonstram que 67% das mulheres do País saem do ensino superior. E o Estado brasileiro tem um papel histórico a desempenhar nesse novo sentido.

Pasmem, as mulheres de nível superior não são aquelas que mais se autodeclaram favoráveis aos valores defendidos pelo feminismo. É

necessário desmontar essa verdadeira engenharia cultural-simbólica, que colocou e ainda coloca as mulheres num lugar de subordinação e inferiorização. É necessário igualmente trazer a mídia para esse enfrentamento e para complementar esse processo de transformação.

Divulgar e denunciar, de forma substantiva e contumaz, sem floreios, sem rodeios, sem meias palavras, que a democracia representativa brasileira hoje é exercida com a quase ausência das mulheres, já que estão em número reduzidíssimo em cargos decisivos no Legislativo, Executivo e Judiciário, para não mencionar na esfera do mercado e das empresas e indústrias.

É necessário articular esse processo de mudança nos valores de gênero, com as nossas políticas públicas culturais. As artes, as letras, as músicas e toda e qualquer forma de expressão e manifestação cultural podem subsidiar criticamente as experiências de transformação. Queremos vê-las, definitivamente inauguradas na cabeça das mulheres e também - é claro - na dos homens.

Finalmente é crucial e estratégico buscar, em todo esse processo, a adesão da nossa juventude. É uma pena a meninada já se ter debandado. A juventude é o público-alvo específico e privilegiado das nossas políticas culturais e das novas formas de atuação no espaço político, que se dão por meio das expressões culturais. Um exemplo, já mencionado aqui, é o movimento "hip hop", hoje existente em Belo Horizonte. A juventude significa o futuro, e sensibilizá-la para as opressões e desigualdades de gênero é objetivo estratégico e fundamental.

Esses dois aspectos, a cultura e a política, que estão relativamente ausentes desses planos, é que temos agora. Com o mesmo desdém que enfrentamos, pública e politicamente, as dolorosas experiências da mortalidade materna e da infantil, da disseminação da aids e das doenças sexualmente transmissíveis, do câncer de útero e do de mama e da feminilização da pobreza, precisamos enfrentar também os lugares coisificados e estereotipados para os homens e mulheres no Brasil.

Nosso Plano Estadual - e já vou fechando minhas considerações - de Políticas Públicas para as Mulheres é ainda uma sombra daquilo que as mulheres em Minas Gerais são, de fato, capazes de realizar e demandar do nosso Estado e desse governo. Precisamos urgentemente que o Governador e seus principais assessores, assim como nossos parlamentares, se sensibilizem a ponto de abrir, de fato, um espaço institucional concreto, com visibilidade, com poder decisório e com orçamentos robustos a serem garantidos e geridos no âmbito de uma instância articuladora e transversalizadora de todas as demandas que já surgiram e que ainda surgirão neste fórum.

Não basta recortar de um plano mais geral os programas e as ações que tangenciam, de uma forma ou de outra, as questões que se referem direta ou indiretamente às mulheres. É necessário prioritariamente ouvi-las, escutar as suas demandas e as suas prioridades de ação. É este o espaço que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais está abrindo hoje para todas e todos nós. Espero, sinceramente, que sejamos capazes de bem aproveitá-lo.

Finalizo chamando a atenção de todos e de todas para a urgência de termos, no propósito do caminhar das discussões, espaço não só para falarmos, mas fundamentalmente para escutarmos. Que os nossos órgãos e instituições estejam preparados para essa escuta atenta. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Neusa Cardoso de Melo

Obrigada, Deputada. Bom-dia a todas e a todos, se ainda houver algum homem presente. Cumprimento a Deputada Jô Moraes, que é uma batalhadora incansável na luta da mulher, uma companheira com quem sempre podemos contar.

Antes de qualquer coisa, quero parabenizar a Secretaria de Política para as Mulheres, na pessoa da Prof. Aparecida Gonçalves, porque essa Secretaria conseguiu não só no processo de construção do plano nacional, mas também em toda a sua trajetória, desde a sua criação, construir um espaço de interlocução e diálogo com o movimento de mulheres, o que foi fundamental para que esse plano fosse elaborado e para que os avanços que ela relata em sua fala pudessem ser alcançados.

O plano traz, na sua essência, toda a luta das mulheres há décadas e incorpora as questões aprovadas na Conferência de Beijing, Conferência de Populações em Desenvolvimento do Cairo, e na Convenção de Belém do Pará e também partes da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, o que é o grande avanço.

O Brasil é signatário de todos esses documentos, e a Secretaria de Mulheres incorporou tudo isso. É um prazer poder acompanhar esse trabalho da Secretaria. Aachamos que os avanços foram realmente conquistados. Entretanto, algumas questões têm de ser abordadas, porque a existência do plano não resolve todos os problemas. Ainda há muitas questões a serem apresentadas.

Para começar, para que o plano se viabilize de forma consistente, é preciso que o controle social seja bem feito. As mulheres, as organizações sociais têm de estar atentas. Precisamos de um trabalho de fortalecimento real dos conselhos, tanto de direito da mulher quanto da saúde e de outros conselhos que possam incorporar isso. Muitas vezes, os conselhos não conseguem funcionar de forma adequada por falta de condições da parte dos governos, dos Municípios, dos Estados, etc. e não conseguem cumprir seu papel de controle social.

Na semana passada, estava em uma cidade do interior de Minas para discutir controle social e SUS, onde, assim como em outras cidades, recebemos denúncias de mulheres que pagam, nos hospitais do SUS, por mamografia, Papanicolau e outros exames. São denúncias graves. Encaminhamos por meio dos conselhos, mas, muitas vezes, as pessoas não sabem resolver essa questão.

Um outro ponto importante que a Secretaria de Mulheres trabalhou - temos de louvar a coragem da Ministra e de sua equipe - foi o projeto de legalização do aborto. Até hoje, vivemos uma situação em relação à situação do aborto no Brasil em que as mulheres não têm direito - muitas vezes, são punidas - à prática do aborto. As Casas Legislativas e os Executivos têm de lembrar que o Estado é laico, têm de assumir a posição de laicidade do Estado para poder trabalhar essa política que afeta milhares de mulheres pelo Brasil afora. Enquanto não avançarmos na legislação do aborto, morrerão mulheres em decorrência de complicações do aborto. Em Belo Horizonte, o aborto está próximo de ser a segunda causa de mortalidade materna no Estado. Enquanto o assunto não for trabalhado de forma consistente, não conseguiremos vencer essa questão.

A Profa. Aparecida fala sobre autonomia das mulheres. Há várias vertentes de autonomia: sexual, reprodutiva, de trabalho, de renda, etc. Há alguns avanços reais, mas precisamos verificar. Anotei duas questões do Pronaf que atingem as trabalhadoras rurais: o Pronaf Mulher e a questão do crédito. Apesar do nome, o Pronaf Mulher ainda trabalha de acordo com a lógica da família tradicional. Essa questão tem de ser vencida porque, na verdade, a mulher não tem autonomia para acessar esse crédito, depende da renda familiar, depende de o marido ter crédito aprovado. Essa é uma questão na qual precisamos avançar.

Na questão do crédito, o trabalho com os bancos que os oferecem é fundamental. Precisamos fazer com que eles encaminhem as discussões de gênero nesse caso. Há reclamações de trabalhadoras rurais dizendo que precisam estar mal arrumadas para conseguir o crédito, porque, se estiverem bem arrumadas, eles não acreditam que elas são trabalhadoras rurais. São as discriminações e os preconceitos que elas vivenciam no dia-a-dia, na luta pela sobrevivência, na luta pelo crédito.

Sobre a questão do poder, nas últimas eleições, 12,65% de mulheres foram eleitas no Brasil. Nas últimas eleições estaduais, foram oito Senadoras, duas Governadoras e cerca de 12% de Deputadas Estaduais. Essa é uma grande luta para que as mulheres consigam atingir um espaço de poder. Enquanto não alcançarmos esse espaço, ficaremos em situação de submissão, de desprestígio. Da mesma forma que os partidos têm que incorporar cotas para as mulheres, que haja cotas nos fundos partidários para a participação das mulheres, que elas tenham condições de ter acesso a recursos para suas campanhas, que tenham condições de fazer a disputa real.

A companheira Renata falou que 90% dos funcionários estaduais são mulheres. Certamente, são pouquíssimas mulheres ocupando espaço no primeiro e no segundo escalão. Isso é importante para que a vertente da mulher seja incorporada nas políticas públicas.

Outra coisa é a geração de renda. No projeto de geração de renda, aparece a cozinha sertaneja. Precisamos qualificar as mulheres para tudo. As ONGs, muitas vezes, fazem isso. Fazemos a discussão de gênero, da importância de as mulheres ocuparem todas as profissões, para depois colocá-las aprendendo a fazer comida? Precisamos preparar as mulheres para os espaços de liderança, para serem protagonistas. Precisamos de políticas de geração de renda que atinjam vários setores e dêem à mulher a posição de protagonista e de atriz principal da história.

Concluindo, quero, mais uma vez, reforçar a importância de o Estado de Minas Gerais ter um órgão executivo de direitos da mulher. Não podemos negligenciar a importância do trabalho do Conselho Estadual do Direito da Mulher, mas conselho é um órgão de controle social, e precisamos separar isso, porque o conselho tem que estar fortalecido, para exercer o seu papel de controle social. É importante que o Estado crie esse espaço executivo, para ter a capacidade de articular políticas públicas para as mulheres nos seus vários setores, como a Secretaria Nacional de Políticas está fazendo.

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria Cfemea, organização de Brasília, lançou um trabalho importante sobre a legislação para as mulheres no Brasil. Esse trabalho demonstra que Minas Gerais não dispõe de quase nada a esse respeito. Quando não há legislação, temos de esperar que o Executivo faça algo. Estamos desenvolvendo um trabalho e já contamos com políticas públicas muito boas e importantes, que precisamos ampliar e qualificar. O Legislativo tem de cumprir esse papel.

A "Lei Maria da Penha" representa todo o resultado desse trabalho, associado ao trabalho da Secretaria de Mulheres, do movimento social e do movimento das mulheres do Brasil, mas precisa ser implementada nos Estados e nos Municípios. Precisamos realizar a nossa parte. Trabalhamos no período da implantação do projeto. A Defensora Pública me lembrou que realizamos também uma mesa de trabalho na Assembléia Legislativa. Temos de garantir a implementação dessa lei no Estado e nos Municípios, a fim de que saia do papel, pois ela não extingue, mas reduz a nossa impotência diante da violência contra a mulher. Temos de lutar ferrenhamente para que essa lei seja cumprida ao pé da letra. Obrigada.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. Informamos ao Plenário que as participantes e os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até três minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

A Sra. Terezinha Agripina - Sou de Congonhas, da Organização Mulher, Cidadania e Paz.

No que diz respeito à proteção contra as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez indesejada, é preciso levar em conta que a mulher fica sempre na submissão do homem. Nos postos de saúde, o preservativo é distribuído apenas para o homem, e nunca para a mulher. Se o homem não quer usar camisinha, a mulher é obrigada a fazer sexo correndo todos os riscos que bem conhecemos. Alguém pode me responder por que não se distribui camisinha também para as mulheres?

A Sra. Presidente - A Secretária Renata retirou-se para viajar para São Paulo e deixou em seu lugar a Sra. Cristiane Domine, Superintendente da Coordenação da Seplag, que também acompanhou o debate desta manhã.

A Sra. Gisélia Botelho Latifa - Bom-dia. Represento o Movimento de Mulheres de Pedro Leopoldo, e é um prazer enorme estar nesta Casa participando de tão importante debate. A Deputada Jô Moraes esteve conosco no Seminário Mulher e Cidadania, e hoje é uma alegria vê-la nessa Mesa repleta de mulheres representando os governos federal e estadual.

Faço intervenção apenas para dizer da necessidade de sair deste fórum uma comissão formada pelo movimento social e pelos Executivos Municipal e Estadual que chegue às associações dos Municípios e se aproxime de nós. A realidade é que, algumas vezes, nós, do movimento social municipal, chegamos a cumprir um papel que é do Executivo, e não devemos fazer isso. Precisamos estar juntos. Temos de estar ali não para fazer sozinhos, mas para compartilhar e implementar as políticas públicas, de modo que não venham de cima para baixo.

Que esta Casa legislativa, representante da pirâmide do poder, venha retirar o véu da discriminação que nos separa das políticas públicas e trazer luz suficiente para iluminar não somente o nosso Município, mas também os que estão a 800km da Capital. Aliás, sou do Vale do Jequitinhonha, mas fiquei impressionada com o fato de as políticas públicas também não chegarem a um Município que fica apenas a 30km da Capital.

É fundamental sair deste fórum uma ação que vá permear todos os Municípios de Minas.

A Sra. Tânia - Pertencço ao Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, que é também filiado à CUT. Faço parte de comissões do meu sindicato e da CUT.

Tudo nos faz pensar que o projeto do Estado, como apresentado pela Renata, alcança o que nós, mulheres, desejamos, mas, na prática, não é bem assim. Um exemplo é a Delegacia de Mulheres, instituída para proteger-nos contra abusos e violência. Muitas vezes, não funciona, porque é precária e porque a Delegada ou o Delegado não têm formação para a questão de gênero. O projeto exige essa formação, mas, na prática, isso nem sempre acontece. Aliás, quantas vezes também uma lei é promulgada, e não é cumprida?

Tenho uma crítica a fazer ao governo. Quando a direita coordena, não coloca a questão de gênero em primeiro lugar.

O Estado de Minas Gerais, na gestão do Governador Aécio Neves, não prioriza as políticas públicas relacionadas com o gênero, fica apenas no projeto.

A Sra. Raquel - Sou médica ginecologista, atualmente trilhando o caminho da geriatria. Como disse a colega, estamos sempre insatisfeitas, querendo avançar mais e mais, e quero aproveitar para apresentar outra questão. Hoje sabemos que o Brasil está envelhecendo e podemos dizer que os idosos, na verdade, são as idosas. São as mulheres que estão envelhecendo e, infelizmente, com pior qualidade de vida, perdendo sua autonomia e independência.

Como já trilhamos os caminhos dos direitos sexuais e reprodutivos, das DSTs, e conseguimos um pacto nacional para diminuir a mortalidade materna, que está incutido nas políticas públicas, deixo aqui um desafio: temos de conquistar uma longevidade com dignidade. Temos de pensar em nós daqui a alguns anos, para que possamos estar aqui defendendo uma finitude com dignidade, porque grandes parceiras de luta de tempos atrás talvez estejam numa cama, num asilo, sós em suas casas, sem condições de lutar.

A Sra. Maria de Lourdes Fernandes - Sou do Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social. Estou lá há muito tempo, e uma das minhas preocupações sempre foi a questão do sexo feminino.

Como Auditora da Previdência Social, tenho atuado muito na questão da reforma da Previdência. Estudo muito o assunto e sei que não há o déficit que se diz existir; no entanto, assim que passar a eleição, no próximo ano, haverá a reforma da Previdência. Nessa reforma, pretendem igualar o tempo de trabalho da mulher com o do homem; ou seja, não vamos trabalhar cinco anos a menos.

O que as senhoras podem fazer a esse respeito? Isso não pode acontecer. Ainda não temos a igualdade dentro de casa. Tanto é verdade, que precisamos de uma lei contra a violência doméstica. Como faremos com a tripla jornada? Precisamos realizar algum movimento a esse respeito.

A Vereadora Cida Pereira - Boa-tarde, companheiras e companheiros deste encontro. É com grande alegria que participamos deste fórum técnico, que discute ações importantes de políticas públicas para a nossa classe. Pena que o Estado não colocou essa política em prática há mais tempo. Os movimentos sociais assumiram essa luta ao longo da história de nosso país.

Parabenizo a Deputada Jô Moraes, a Assembléia Legislativa e a todos da Mesa por este debate. Por favor, Cida Gonçalves, dê um abraço na Ministra Nilcéia Freire, que está realizando importante trabalho, e no Presidente Lula, que coloca em pauta, pela primeira vez neste país, uma política pública para as mulheres.

Estou Vereadora, em primeiro mandato, da Câmara Municipal de Governador Valadares é uma cidade-pólo cortada pela BR-116, cujos números de violência contra a mulher e de violência sexual contra a criança e o adolescente são altíssimos.

E, infelizmente, ainda não temos uma Deam em nossa cidade de Governador Valadares, que é uma cidade-pólo. Ouvi a Secretária de Planejamento apresentar vários projetos, mas Governador Valadares não tem nenhum. Não sei que Município tem aqueles projetos estaduais. O que temos em nossa cidade são projetos do governo federal. Queremos que as políticas saiam do papel e que, de fato, sejam implementadas em nosso Município. Não queremos continuar vendo as coisas só no papel, sem serem implementadas. Governador Valadares e outros Municípios também precisam da Deam, e que a mulher seja colocada em pauta.

Apresentei um projeto na Câmara Municipal, para criarmos um termo de notificação compulsória. Peço que levem esse projeto de lei para suas cidades. Faremos um banco de dados. Queremos que a mulher deixe de se tornar vítima, de ir para o hospital e para a delegacia. Queremos que isso acabe e que a mulher seja atendida de forma digna na unidade de saúde, como precisa ser e como ainda não ocorre em nosso país. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Muito obrigada. Estamos recebendo as inscrições escritas e respeitando a ordem das inscrições, mesmo com as intervenções orais. Sugerimos a quem queira manifestar-se que, durante os próximos 3 minutos, faça sua inscrição e complete suas perguntas orais, porque reservaremos um pouco de tempo para que os palestrantes dirijam suas últimas palavras.

A Vereadora Zilda - Boa-tarde. Cumprimento a Deputada Jô Moraes e todos os componentes da Mesa. Sou Vereadora de Conselheiro Lafaiete.

A Prof. Marli, coordenadora do núcleo da UFMG, fez uma abordagem muito importante a respeito da revolução simbólica, a política e a cultura. Isso é muito importante. Em todos os encontros e conferências de que participamos, escutamos muito sobre a importância da participação da mulher nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e, também, sobre a implementação das políticas públicas por meio dos conselhos municipais, estaduais e nacional.

É preciso que a mulher tenha visão de gênero. Falamos sobre a importância de a mulher participar dos Poderes, mas muitas delas, quando chegam aos cargos, têm uma visão muito masculina. Temos muita dificuldade para convencê-las a votar um projeto no Legislativo e a defender uma causa a favor da mulher no Judiciário. Assim também acontece em relação às Prefeitas, no Executivo, e nos Conselhos, em que algumas Conselheiras também não têm uma visão de gênero. É importante que as mulheres ocupem cargos nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, mas que tenham essa visão, senão não ocuparemos nossos espaços de direito. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Muito obrigada. Concluímos a fase de inscrição oral. Estão inscritas sete companheiras, e recebemos cinco perguntas para esta fase, na parte da manhã. Sugerimos que as pessoas digam seu nome completo porque constará nos anais.

A Sra. Mônica Aguiar - Meu nome é Mônica Aguiar, coordeno o Centro de Referência de Cultura da Mulher Negra em Minas Gerais.

Parabenizo a Assembléia Legislativa pela iniciativa deste fórum técnico "Políticas públicas para as mulheres, mas não posso deixar de manifestar minha indignação e tristeza, pois, com um tema tão importante, não há uma pauta específica garantida sobre a questão da mulher negra. Temos que avançar e reconhecer que este país tem a segunda maior população de negros e de negras do mundo, seguido da Nigéria. E, mesmo assim, essa questão específica não foi garantida neste fórum tão importante.

Hoje, ao discutirmos políticas públicas, desejamos implementar avanços, como o acesso aos direitos sociais, mas as mulheres negras continuam segregadas, não têm acesso a esses direitos; estão na base da pirâmide social. É difícil entendermos esse processo, porque, apesar de todo o respeito que temos para com a Mesa, não existe uma mulher negra assentada ao lado das companheiras. Quero ver a minha cara preta representada em fóruns institucionais e públicos.

A Sra. Ivone Mendes - Boa-tarde a todas e a todos. Pertencço ao Grupo Diversidade Afetiva Sexual de Minas Gerais - Divas. Responderei à pergunta sobre preservativos. Os centros de saúde distribuem nove preservativos mensais por família. Não são distribuídos por pessoa, mas

por família. Não são suficientes nem mesmo para uma pessoa, mas são distribuídos por família. Uma pessoa da família deve cadastrar-se para receber esses nove preservativos. Somente a pessoa cadastrada tem autorização para recebê-los.

Normalmente, a pessoa cadastrada é a mãe de família, que vai ao centro recebê-los e, ao chegar em casa, entrega-os aos filhos, e não às filhas, quando tem filhos e filhas. Esse é um grande problema. O preservativo feminino, uma caixinha com duas unidades, custa R\$7,00.

Não existem ainda produtos industrializados que sirvam de preservativos para lésbicas.

Outro problema diz respeito às profissionais do sexo. Muitas ONGs que distribuem preservativos a essas profissionais enfrentam dificuldades para distribuí-los, porque são vendidos, elas pagam por eles. Não têm direito a nada, nem mesmo aos direitos de hóspede, principalmente em Belo Horizonte, onde trabalham em hotéis. Em outras cidades e Estados, existem prostíbulos. Aqui, trabalham em hotéis. Deveriam ter direito, como hóspedes e funcionárias, a toalhas e preservativos. Além disso, dificultam as ações das ONGs que trabalham com isso.

Então, existem os problemas de profissionais do sexo e de lésbicas, que não têm à disposição produtos industrializados que sirvam de preservativos. Felizmente, somente existe um caso de aids entre lésbicas, porque uma delas era bissexual.

O maior problema está entre os adolescentes que não têm acesso a preservativos, porque não têm dinheiro para comprá-los. Os centros de saúde, como disse, distribuem apenas nove unidades mensais por família, entregues a uma pessoa maior de idade. Obrigada.

A Vice-Prefeita Djuliana Dias Vieira - Bom-dia a todas e a todos. Sou Vice-Prefeita de Pirapora e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Parabênzulo a atitude da Deputada Jô Moraes e cumprimento as companheiras da Mesa e os participantes deste fórum.

Como Vice-Prefeita, enfrento grandes dificuldades. A representante da UFMG abordou a questão da mulher na política, assim como a Vereadora Zilda, mas gostaria de complementá-lo. Enfrento uma grande discriminação. Ao candidatar-me às eleições, as pessoas alegavam que eu era, além de mulher, muito nova. Enfrentei essa discriminação por parte das próprias mulheres. O grande problema é que mulher não vota em mulher.

A partir do momento em que estamos discutindo políticas públicas para as mulheres, é necessário que tenhamos mulheres nos Poderes Executivo e Legislativo.

Elas estão no Judiciário; na minha cidade são dez Vereadores, mas não existem mulheres entre eles. Sou a primeira Vice-Prefeita de Pirapora, fato que ficará na história. Precisamos fortalecer a nós mesmas. Temos poucas Deputadas, e as Deputadas Jô Moraes, Elisa Costa e as demais presentes podem falar por nós. O que acontece? Temos uma cotação de mulheres dentro do partido, mas parece que as mulheres não acreditam nas mulheres. Somos boas em tudo, temos condições de levar tudo à frente, mas, na hora da política, ninguém quer votar em nós.

Fica aí o meu apelo como Vice-Prefeita Municipal de Pirapora. Se Deus quiser, vamos colocar uma Vereadora no nosso Município, entre outras coisas. Muito obrigada.

A Sra. Ana Afro - Bom-dia a todos e a todas. Meu nome é Ana Afro, da Pastoral Afro-Brasileira de Governador Valadares. Estou aqui com tristeza, depois de dois anos da Conferência Estadual da Mulher, quando vim a este mesmo microfone reclamar da ausência da representação da mulher negra na Mesa. No nosso país, onde ainda existe a grande e falsa democracia racial, o negro nunca vai ser reconhecido pelo genótipo, somente pelo fenótipo. Não adianta colocar, Mônica, a sua carinha ali, para representar a cara preta, porque o povo brasileiro não te reconhece como mulher negra. O povo brasileiro vai reconhecer a mulher negra de cara preta lá na frente. Exigimos isso.

Outro aspecto a mencionar é que a questão da saúde da mulher só começará a ter solução no nosso país quando for analisada de maneira muito particular e especial a questão da saúde da mulher negra, que é a mais precária e a mais necessitada no Brasil, e pouco se ouve falar desses problemas. Por favor, não permitam que, no próximo encontro sobre a mulher, eu tenha que cobrar novamente a presença da cara preta da mulher negra, que está na rua, aí na Mesa.

A Vereadora Elenita Lopes - Boa-tarde a todos vocês. Eu gostaria de convidar todos os presentes a refletirmos sobre aquela coisa tão linda que está escrita ali: força para avançar. Precisamos unir nossa força para avançar. Mas avançar quanto a lembrarmos-nos daquela mulher que está marginalizada, daquela mulher que está esquecida pela Nação brasileira, daquela mulher que não pôde estar aqui hoje, daquela mulher que, muitas vezes, está no nosso lugar para que tenhamos oportunidade de estar num lugar tão interessante, tão bom e tão produtivo quanto a Assembléia Legislativa durante a realização deste fórum técnico "Políticas públicas para as mulheres".

Senhoras e senhores, estou aqui neste momento sentindo a dor, sentindo aquele sofrimento tão grande daquela mulher empregada doméstica. Convido todos vocês a continuarmos nossa luta pela igualdade de direitos, a fim de que a empregada doméstica seja como nós, profissionais.

Sou da Câmara Municipal de João Monlevade e represento a Comissão de Direitos Humanos como Vereadora. Não concordo com isso, sou contra e peço que me ajudem a lutar para que a empregada doméstica no nosso Brasil tenha o direito garantido por lei ao FGTS. Se todos os trabalhadores brasileiros têm esse direito, por que para a empregada doméstica é optativo? Não! É direito dela, é cidadania dela, é respeito a ela e é igualdade de direitos. Precisamos continuar nessa luta pela empregada doméstica. Bom-dia.

A Vereadora Fátima Pereira - Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar, de maneira especial, a Deputada Jô Moraes e congratular-me com as colegas que aqui vieram. Hoje, a maior dificuldade enfrentada pelo Legislativo Municipal na construção de uma legislação voltada para a mulher é a limitação, uma vez que Vereadores não podem legislar sobre matérias que envolvem despesa. Então, não há como acolher mulheres vítimas de violência. Preocupa-me a implementação da Lei Maria da Penha, porque, numa cidade como Montes Claros, que tem 350 mil habitantes e foi considerada a cidade com o maior índice de violência contra a mulher, não há para onde encaminhar as mulheres que são atendidas. Quero ressaltar o brilhante trabalho do Hospital Universitário Clemente de Faria, que é vinculado à universidade estadual, que faz todo um trabalho de acolhimento, mas não há para onde encaminhar essas mulheres. Em uma cidade em que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher está há 10 anos desativado, mesmo sendo cobrada diuturnamente a sua reabertura, não há como falar em respeito, direito à cidadania, garantia dos direitos fundamentais das mulheres, se o Poder Executivo se recusa a implementá-lo. Falo isso com muita tranquilidade, porque, em 2001, fui autora da Lei do Acompanhante às Mulheres em Trabalho de Parto, as gestantes. Hoje ela é uma lei federal. A nossa maior dificuldade foi implantá-la e garantir que a Prefeitura acompanhasse e fiscalizasse os hospitais conveniados ao SUS. Temos a Delegacia e a Defensoria Pública da Mulher, mas, lamentavelmente, não temos um conselho. Acho que este é o fórum adequado para discutirmos isso e cobrarmos dos Municípios que obriguem os Prefeitos a criarem os conselhos e implementarem não conselhos chapa-branca, mas que realmente representem a comunidade e os anseios de toda a sociedade.

A Sra. Presidente - Obrigada, Fátima. Com a palavra, Deonara de Almeida, da Marcha Mundial de Mulheres.

A Sra. Deonara de Almeida - Quando discutimos políticas públicas, temos de pensar o que vem acontecendo no Brasil e em todo o mundo. O poder público deixou de investir nas políticas públicas da área social. Há financiamento para o empresariado, isenção de impostos, subsídios, mas não há investimentos em políticas públicas. Precisamos brigar para que, em vez de dar isenção de impostos, o governo faça, efetivamente, políticas públicas. Isso avança o desenvolvimento social. Tanto o governo federal quanto o governo estadual têm de parar de achar que não há necessidade de se investir em políticas públicas.

Outra questão importante que não foi abordada aqui é a autonomia das mulheres, que precisam ter condições para romper o processo de dominação. Tem-se de pensar numa política de educação em tempo integral, de creche. Uma das coisas que dificultam a participação política e o trabalho das mulheres é o cuidado com as crianças. Conseguimos ficar livres do cuidado com o companheiro, mas não há como deixar as crianças sem assistência. Se não houver uma rede de proteção social, para que as mulheres não sejam responsáveis 24 horas por dia pelos seus filhos, não conseguiremos autonomia nem romperemos esse processo de divisão sexual do trabalho, em que as mulheres ganham menos.

Percebemos que as mulheres que não têm filhos ou aquelas que têm filhos mais velhos conseguem cumprir o horário de trabalho corretamente. Já as que possuem filhos, muitas vezes chegam atrasadas ao serviço, porque têm de levar seus filhos ao médico ou porque a empregada faltou. São vários os motivos.

Uma das prioridades do plano de políticas públicas para as mulheres deveria ser a educação em tempo integral e creches. O horário das creches tem de ser compatível com o horário de trabalho das mulheres. Não dá para a creche funcionar das 7h30min às 16h30min e a mulher trabalhar das 8 às 18 horas. O que fazer com essas crianças até o horário em que ela chegar em Casa?

É preciso pensar em uma política de creche com horário integral, como uma questão prioritária para melhorar as condições de trabalho das mulheres, rompendo com o processo de discriminação e garantindo a autonomia das mulheres.

A Sra. Presidente - Obrigada, Deonara. Com a palavra a Sra. Gê Gomes, Vice-Presidente do PMDB Mulher.

A Sra. Gê Gomes - Gostaria de cumprimentar todas as mulheres da Mesa e parabenizar a nossa Deputada Jô Moraes. Tenho a honra de estar presente aqui, não como uma peemedebista, já que vivemos em um país com muitas diversidades e lutas a serem travadas; por isso, devemos estar acima das nossas lendas e nos unirmos.

Como presido, hoje, um instituto de prevenção do câncer da mama, atuando por nove anos como associação em bolsões de pobreza, gostaria de cumprimentar o Movimento Negro pela sua presença.

Levei o América Mama a São Paulo, na última semana do Congresso de Prevenção do Câncer da Mama. Os maiores índices de mortalidade pelo câncer da mama estão alcançando as mulheres negras do País, por falta de uma atitude dos nossos governantes.

As senhoras estão cobertas de razão. Nós, mulheres, quando deixamos de acreditar e de votar em outra mulher, estamos cometendo um erro gravíssimo, porque só nós podemos lutar por nós mesmas.

Se somos, hoje, 53% da população deste país, com certeza, os outros 47% fomos nós que parimos.

Não sou candidata, nem nunca serei, cada uma de nós tem uma meta, um objetivo na vida, mas gostaria de pedir a todas vocês que acreditem na mulher. Vamos apostar em nós mesmas, porque é aí que está a nossa falha. A nossa conta nunca vai fechar, enquanto não ocuparmos os maiores cargos na política. Muito obrigada.

A Deputada Elisa Costa - Boa-tarde, Deputada Jô Moraes. Gostaria de parabenizá-la pela brilhante iniciativa e principalmente pela grande Deputada que é, em todo o Estado de Minas Gerais. Parabéns as nossas convidadas.

Agradeço à Cida, que nos trouxe as palavras da Ministra Nilcéa Freire. Parabéns, Presidente Lula, porque temos uma Ministra, um programa nacional de políticas públicas e, agora, a importante Lei Maria da Penha, que, de fato, reforça a luta da sociedade, a luta das mulheres na organização do movimento por uma lei tão importante no combate à violência doméstica. Deixo aqui esse registro.

Trata-se de um avanço na história da nossa organização, fruto da luta, da conquista de todas nós. É importante frisar isso.

Uma outra preocupação é que, em nível federal, precisamos de mais recursos e financiamentos para essas políticas públicas que também devem ser integradas nos demais Ministérios. Estamos avançando, mas temos de avançar no Orçamento de 2007, em nível federal, para que tenhamos mais recursos.

Deixo uma preocupação, pois, em âmbito federal, precisamos ter mais recursos, mais financiamentos para as políticas públicas integradas com os demais Ministérios. Estamos avançando, mas temos de avançar no Orçamento de 2007, em âmbito federal, para que tenhamos mais recursos.

Com esse mesmo objetivo, Deputada Jô Moraes, conseguimos aprovar na LDO deste ano para o ano que vem e tentaremos garantir, no Orçamento do Estado de 2007, mais recursos para os centros de apoio à mulher vítima da violência. Conseguimos aprovar essa emenda na LDO, para ampliar o número de centros para Minas Gerais. Esperamos que, no Orçamento do Estado, consigamos reproduzir os números e os valores, para que, em 2007, consigamos ter, nos Municípios maiores, médios e pequenos, os centros de referência e apoio à mulher vítima de violência e também as casas-abrigos.

Andando por Minas Gerais, em Governador Valadares e em várias cidades, ouvi o depoimento de uma pessoa que passou pela casa-abrigo. Encontrou-nos na rua e nos disse que queria agradecer às pessoas que têm lutado por essas casas, porque foi vítima de espancamento por mais de 20 anos. Ela disse que passou por uma casa-abrigo. Hoje está recuperada, voltou a estudar, está no mercado de trabalho, trabalhando, com seus filhos, recuperou a dignidade. É importante que tenhamos esses centros de apoio e referência na luta contra a violência. De fato, é uma marca muito dura para todas as nossas mulheres. Ela disse ainda que é necessário ter alguém que puna o agressor, porque o companheiro dela não foi punido até agora. A Lei Maria da Penha veio resgatar a dignidade das nossas companheiras. É importante estarmos todos na luta. É o momento de discutirmos também as políticas em Minas Gerais, para que cheguem a cada Município, a cada mulher, que deve dar o primeiro passo para resgatar a sua dignidade e sua força. Parabéns a todos. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Absorvemos as observações críticas acerca da construção do fórum como justas, e devem ser registradas e referendadas. Não há sentido justificá-las. Faremos dois blocos. Há um número de perguntas maior para a Cida. Farei a leitura do conjunto das perguntas. Cada debatedor disporá de 3 minutos, para fazer as suas considerações. À tarde, faremos o debate. A Aparecida disporá de um pouco mais de

tempo, pelo número de perguntas.

Farei a leitura de todas e passarei a palavra aos debatedores. De Luzia Sidônio, da Federação Mineira de Quilombolas: "E as mulheres quilombolas? Quem fala sobre nós?". De Nair Monteiro Vieira, Ageraria Ribeiro e Maria da C. Costa, da Associação das Profissionais Domésticas de Itabira: "Por que a categoria doméstica é discriminada socialmente, religiosamente, e não tem os mesmos direitos de todos os trabalhadores regidos pela CLT?". De Graciene, do Sind-Saúde, da Associação de Mulheres: "O que pode ser feito para valorizar as profissões consideradas femininas na área da educação e da saúde?". Do Centro de Referência da Mulher: "Conforme exposto pela Secretária Renata, há previsão de implantação e apenas de mais uma defensoria de atenção à mulher no Estado. Como ficam Municípios como Betim, que possui os demais equipamentos, faltando a defensoria para efetivar e consolidar o ciclo de atenção à mulher?". Da Claudete, do Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem, à Secretária Renata: "Como fica a questão de distribuição de preservativos e anticoncepcionais que são condicionados, um ou outro, e o fato de alguns profissionais que convencem os homens a não fazer a vasectomia, quando solicitada?". E da Vereadora da Câmara Municipal de Pará de Minas, Nanci Maria Teixeira: "Sempre me preocupei com o bem-estar da mulher. Peço que lutem junto ao Ipsemg pelo direito à assistência médica e hospitalar das pensionistas da Prefeitura Municipal de Pará de Minas, pois elas foram excluídas do contrato firmado com os Municípios".

Passamos a palavra para Neusa Melo, para as suas considerações de parte dessas questões, sobre o que julgar mais importante.

A Sra. Neusa Melo - Gostaria de falar sobre duas questões, sendo a primeira relativa ao planejamento familiar, que ainda hoje é dirigido à família nuclear, à mulher que é parte de uma estrutura familiar. Esse planejamento familiar não atinge as questões da mulher como um todo. Isso ocorre também com o PSF, que também é dirigido a uma família nuclear. Portanto, além de os Municípios enfrentarem dificuldade na implementação desses programas, ainda há a questão das mulheres sozinhas, adolescentes e lésbicas, que não têm acesso a preservativos, porque os programas não são dirigidos a elas.

Concordo com a Mônica, que abordou questão relacionada com o recorte racial e a orientação sexual: os programas de saúde da mulher têm de levá-los em consideração. Existem pesquisas indicando que mulheres lésbicas enfrentam dificuldades para freqüentar o ginecologista porque têm medo do preconceito e da discriminação, já que as equipes não estão preparadas para atendê-las.

Quanto à questão "mulher não vota em mulher", creio que essa afirmativa não é correta. As mulheres não têm voto por falta de acesso a recursos financeiros para fazer suas campanhas. As que têm acesso a esses recursos, apoio do partido ou de movimentos, conseguem eleger-se. Apesar das cotas existentes, as mulheres participam só para complementar as chapas, não possuem respaldo partidário nem recursos, não têm condições de fazer sua campanha, além dos trabalhos que executam em casa, onde não contam com o apoio dos seus familiares. A família tem mais dificuldade na liberação das mulheres que na dos homens para a vida política. Esta é uma questão cultural que deve ser trabalhada. Obrigada.

A Sra. Marlise Matos - O Departamento de Ciência Política, sob a minha coordenação, está fazendo uma pesquisa sobre mulheres candidatas à Assembléia Legislativa de Minas Gerais e à Câmara de Deputados. Caso tenham contato com mulheres candidatas nesta eleição, avisem-nos porque os partidos não estão facilitando nossa pesquisa.

A última coisa que desejo falar é que a diferença é o nosso recurso, é a nossa riqueza, não é um obstáculo. Há mulheres lésbicas, negras, empregadas domésticas. Não podemos entender a diferença como impedimento ao nosso avanço. As nossas diferenças são os nossos recursos, é aquilo que temos de melhor e é com o que temos de trabalhar. Obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada, Profa. Marlise. Com a palavra, a Superintendente da Coordenação-Geral da Seplag, Cristiane Domine.

A Sra. Cristiane Domine - Gostaria de responder a três perguntas. Realmente, o número de preservativos masculinos é muito superior ao feminino. Temos, para 2006, 10 milhões de preservativos masculinos e 24 milhões femininos. Para responder a isso, gostaria de chamar a Márcia, da Secretaria de Saúde, para responder a essa pergunta específica.

A Sra. Márcia Rovena - Sou da área técnica de saúde da mulher da Secretaria de Saúde. A política de distribuição de preservativos até 2001 era feita pelo Estado. Nossa área é que fazia isso, regularmente. Em 2002, o Ministério centralizou a compra e a distribuição dos contraceptivos. Eles não passam mais pela distribuição por via do Estado. Isso é feito diretamente. Setecentos e quinze Municípios do Brasil recebem o "kit" básico, que vem com as pílulas anticoncepcionais orais e os preservativos masculinos. Outros Municípios, em quantitativos menores, recebem o DIU e a contracepção hormonal injetável.

Mesmo assim, o ministério teve problemas com a compra de contraceptivos. Em Minas Gerais, fizemos uma compra emergencial de DIU e de preservativos injetáveis. Já fizemos a distribuição desses preservativos, menos os injetáveis, para as gerências regionais de saúde, fazendo face a esse desabastecimento temporário. A orientação do Ministério da Saúde é que vão continuar centralizando.

Para o preservativo feminino, o ministério tem uma política. Não se trata de preço, mas há uma oferta internacional quanto à fabricação. Apenas um fabricante faz o preservativo feminino. O Ministério tem uma política de distribuição para grupos de mulheres específicos: profissionais do sexo, mulheres com HIV, mulheres com parceiros com HIV. Essa é a política de distribuição do preservativo feminino. Como técnica, acho que isso não deveria ser assim. Acho que isso deveria ser estendido aos centros de saúde.

Em Minas Gerais, quando da pesquisa, só aceitamos dela participar se os locais em que as mulheres fossem pesquisadas tivessem acesso definitivo. E estão tendo.

Não existe orientação técnica para o planejamento familiar. Não existe orientação só para a família. Concordo em gênero e número com você, mas acho que deve ser suspensa a contracepção. Mesmo permanecendo com o planejamento familiar, não existe orientação técnica de nenhum setor só para família, para homens e mulheres que o queiram fazer. Estou falando de homens e mulheres porque a vasectomia já está também regulamentada pelo Suas. O termo é incorreto, mas não posso fazer nada a respeito.

A Sra. Presidente - Este debate irá para o grupo da saúde.

A Sra. Cristiane Domine - Em relação aos outros dois assuntos, um referente à Delegacia das Mulheres e o outro à Defensoria, acho que deveriam ser discutidos na parte da tarde, porque vamos ter técnicos, tanto da Polícia Civil quanto da Defensoria, para responder a questões específicas.

A Sra. Presidente - Vamos passar a ler as questões dirigidas à Aparecida, da Secretaria Especial. Pergunta de Simone, da Delegacia da Mulher de Araguari: "Em nossa cidade, depois de muita luta, foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que começa a ser composto. O que fazer, a partir daí, para se avançar em políticas públicas no Município?".

Pergunta de Maria Aparecida de Barros Quintão, do Conselho Municipal de Assistência Social: "Considerando que a Defensoria Pública Estadual não tem Defensores em número suficiente para atender à demanda, o que se pode fazer para implantar serviços que, concomitantemente com a Defensoria, enfrentem a violência contra a mulher?".

Rosa Maria Bragança, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ipatinga: "O que o Estado e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres podem contribuir com os Municípios para implantação de centros de referência para a mulher e o que os Municípios devem fazer para buscar essa parceria?".

Edivânia de Souza, Mulheres Quilombolas dos Agentes de Pastoral Negro: "O Plano Nacional de Políticas para Mulheres apresenta, em sua estatística, a tríplice discriminação que se encontra a mulher negra, por ser pobre, negra e mulher. O que o governo tem discutido acerca dessa questão?".

Kelly Cristina, do Sine de Belo Horizonte: "Querida saber se não seria certo levar este fórum, essa palestra para toda a população, não só para as mulheres, mas também para os homens, principalmente das classes mais baixas do País".

Rita Maria do Carmo Duarte, da Escola Municipal Angelina Alves de Carvalho, de Timóteo, Minas Gerais: "Como profissional da educação, convivo com a angústia de presenciar ótimas mães e donas de casa, a quem é negado o direito à guarda provisória dos filhos enquanto aguardam decisão judicial. A mulher sai de casa para fugir da violência e da miséria a que o homem a sujeita. Muitos maridos ficam com os filhos para exigir pensão da mulher lutadora, enquanto ficam ociosos. Há alguma discussão nos conselhos, planos públicos e movimentos sociais para mudança desse quadro?".

A Sra. Aparecida disporá de seis minutos para responder a essas perguntas.

A Subsecretária Aparecida Gonçalves - Acho que teríamos de ter mais uma tarde para dar conta de responder a todos, mas verei o que posso fazer.

Quanto à pergunta da Simone, instituído o conselho, deverão ser feitos debates nas cidades e elaboradas as políticas públicas. Teremos de nos reunir com o Executivo e com o Legislativo para negociar. O papel do conselho é o controle social. Portanto, ele tem condições de fazer isso e autoridade para realizar negociações e debates para que as políticas públicas aconteçam.

Casarei a questão das Defensorias com aquela dos centros de referência, porque, para nós, as questões relativas aos centros de referência e às Defensorias caminham juntas. No Município onde há Defensoria, essa tem o papel de fazer atendimento jurídico. Onde não existe, os centros de referências podem ser instituídos pela Prefeitura Municipal para esse procedimento. Nesses centros, haverá atendimento com psicóloga, assistente social e recepcionista, o que a maioria das Prefeituras têm. É preciso ver também a questão da contratação de advogados, se o Município o permite ou não, para que se dê conta do processo.

Como fazer para ter apoio? Em todo começo de ano, a Secretaria de Mulheres lança edital para apoiar projetos para centros de referência e casas-abrigo. Temos apoiado também as defensorias públicas de Minas. Estabelecemos essa parceria para que, de fato, a mulher receba atendimento.

A partir de 15 de dezembro, entrem todos os dias no "site" da Secretaria de Mulheres, porque, uma hora, haverá o edital no qual consta a forma de elaboração do projeto, o manual de convênio e a forma de encaminhamento para a Secretaria. Essa é uma das formas; a outra é o apoio político.

Com relação às mulheres negras, estamos trabalhando juntamente com a Seppir. Após a marcha do Zumbi dos Palmares, em Brasília, estabelecemos contato direto com vários movimentos negros. Estamos trabalhando na perspectiva de inserir no PPA orçamento específico com recursos para projetos e atividades com mulheres negras.

Trabalhamos também a questão da anemia falciforme, junto ao Ministério da Saúde. Estamos agora trabalhando, de acordo com o plano de igualdade racial, políticas específicas que dêem visibilidade e tratamento específico para mulheres negras.

Definimos claramente - até então, não o tínhamos feito - que quem cuidará da questão das mulheres negras é a Secretaria das Mulheres. A partir de agora, com essa definição clara, assumiremos essa questão com muito mais tranquilidade, em conjunto com a Seppir.

Com relação ao fórum, tem de ser feito em todos os lugares. Precisa haver um debate com toda a sociedade, com os Municípios. Acredito que tenhamos de contar com a participação dos homens, mas, em determinados momentos, temos de fazer nossas reflexões. É importante termos condições de ter um momento em que possamos avançar em nossas perspectivas. O que não podemos fazer é pegar a questão da mulher e da política pública para a mulher e transformá-la em um problema de mulheres. Tem de ser um problema da sociedade, do Estado, mas precisamos ter alguns momentos em que possamos refletir sobre a questão da mulher como sujeito, considerando suas angústias e tudo o mais.

Quanto à guarda dos filhos, teremos de travar um debate. Não são muitos, mas vários homens entram na Justiça. Não estamos discutindo isso. Ainda não estamos trabalhando com essa questão porque havia uma legislação anterior para trabalhar, a legislação da violência contra a mulher. Precisávamos pautar isso na sociedade e, a partir daí, definir.

Uma das discussões que queremos travar é sobre o gênero nas faculdades de direito, juntamente com os operadores do direito. A partir daí, com esses instrumentos, poderemos avançar nos nossos direitos e na defesa de nossas conquistas.

Fora as perguntas, acho fundamental abordar certos assuntos. Um deles é a governabilidade. Quando pensamos na política pública, temos de entender que estamos em um país federativo, com Federação, Estados e Municípios. Algumas coisas são responsabilidade da União, outras, do Estado, e outras, do Município. Os três têm de estar articulados para dar conta de executar. É importante termos isso claro para não levarmos demanda que é do Município para a União e não conseguirmos executar. Digo isso porque a política da saúde hoje é responsabilidade municipal; a educação é responsabilidade municipal; a segurança pública e a justiça são responsabilidade do Estado. Então, temos de ver de que forma vamos, de fato, trabalhar e intervir nessas áreas.

A Renata abordou a questão de se ferir a Constituição. A Constituição já está ferida, uma vez que as mulheres estão em condições de desigualdade neste país. Cabe aos governos terem uma política de ação afirmativa para estabelecer igualdade a partir de agora. Por isso estamos lutando. É por isso que queremos discutir políticas públicas. As ações afirmativas vêm exatamente disso. Se a Constituição diz que homens e mulheres são iguais, por que somos desiguais? Por que ganhamos menos? Por que sofremos violência? As desigualdades estão estabelecidas. As políticas públicas têm de ser implementadas exatamente para estarmos em condições de igualdade, pelo que temos lutado.

Por fim, em relação às mulheres no poder, vem um debate fantástico por aí: a reforma política. Não vamos poder fugir desse debate. Se quisermos manter a discussão sobre política de cotas, se queremos discutir a representatividade, temos de começar a fazer o debate a partir de agora, na Assembléia Legislativa, nos fóruns de mulheres, na universidade e dizer de que forma queremos que as mulheres participem da política a partir de agora, senão continuaremos sendo, de fato, a sobra da cota. É importante dizer que, neste ano, não estamos cumprindo a cota de 30%.

Não somos as candidatas prioritárias. Há toda uma perspectiva de colocarmos esse assunto em debate na reforma política. Se a discussão estiver fechada, vamos abri-la. Nós, mulheres, sabemos como ninguém abrir um debate. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Agradecemos aos participantes que aqui compareceram e que não tiveram muito tempo para falar, porque o objetivo maior foi o da escuta. Vamos ter a oportunidade para transformar a contribuição de vocês em mecanismo de aperfeiçoamento das políticas públicas.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e das autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 29ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 11/8/2006

Presidência do Deputado Rogério Correia e da Deputada Jô Moraes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Leitura dos relatórios dos grupos de trabalho - Apresentação e apreciação de destaques e de novas propostas - Palavras da Sra. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem o Deputado e as Deputadas:

Rogério Correia - Jô Moraes - Maria Olívia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 9h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Ata

- A Deputada Jô Moraes, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa as Exmas. Sras. Deputada Jô Moraes, membro da Comissão do Trabalho desta Casa; Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora de Direitos da Mulher do Município de Belo Horizonte; Thereza Christina Diniz, Diretora Executiva do Conselho Estadual da Mulher; Maria Antonieta Amaral, Assessora da Comissão Estadual de Mulheres e Jovens da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais; Marta Alice Venâncio Romanini, Coordenadora de Atenção à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente da Secretaria de Saúde; Marise Pessanha e Sônia Maria Nascimento França, membros do Conselho Estadual da Mulher; Magda Lúcia Chamon, Doutora em Educação e professora da Universidade Fumec; e Elizabeth Trotta, assistente social e referência técnica da Coordenadoria dos Direitos da Mulher do Município de Belo Horizonte.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico "Políticas públicas para as mulheres - Força para avançar".

Palavras do Sr. Presidente

Em nome da Mesa, mais uma vez, quero dar as boas-vindas a todos, na certeza de que este evento já é um sucesso. Esperamos que o seu resultado passe a ser um sucesso do ponto de vista da implementação das diversas propostas.

Depois, vocês terão acesso ao "Assembléia Informa", o jornal da Assembléia Legislativa, que já fez um resumo dos trabalhos de ontem. As políticas para as mulheres dependem de ações integradas entre União, Estados e Municípios, e este foi um dos temas centrais. Há ainda uma matéria importante sobre a tímida presença feminina na política, ressaltando a necessidade deste fórum de debates, desta nossa reunião para ampliar a presença feminina na vida política. Mencionaram também a importância de o Estado, de uma maneira geral, ter políticas públicas para as mulheres, algo que ainda é tímido no País, no Estado e na grande maioria dos Municípios. É necessário que essas políticas públicas discutidas sejam implementadas por todos os setores da União, dos Estados e dos Municípios.

Há uma ênfase especial na questão do combate à violência contra as mulheres, o que depende do envolvimento de todos os setores, especialmente dos grupos criados, das organizações não governamentais e das entidades que combatem a violência contra as mulheres. Há ainda uma ênfase nos grupos temáticos, que hoje farão, portanto, suas explanações e conclusões.

Agradeço, em nome da Assembléia, a presença e a contribuição de todas vocês, parabenizando a Deputada Jô Moraes por sugerir à Mesa da Assembléia este fórum técnico "Políticas públicas para as mulheres - Força para avançar". Após seu requerimento, houve a aprovação da Mesa da Assembléia, que aqui represento, e desejo, Deputada Jô Moraes, um trabalho final com muito êxito. Desejo, mais uma vez, a todas vocês um trabalho exitoso. Espero que o resultado dele seja, de fato, efetivado, a fim de que as mulheres tenham políticas públicas feitas a partir do debate próprio. Muito obrigado.

Leitura dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

A Sra. Presidente (Deputada Jô Moraes) - Neste momento, daremos bom-dia a todos e a todas. Parece até que não tivemos intervalo, porque os grupos e as equipes trabalharam intensamente, até o final da tarde de ontem, para produzir o relatório. Daremos início aos nossos trabalhos com a leitura dos relatórios dos grupos de trabalho.

- Procede-se à leitura dos relatórios dos grupos de trabalho.

A Sra. Presidente - A ata deste fórum técnico, contendo a transcrição completa das exposições e debates, será publicada no "Minas Gerais", no "Diário do Legislativo", na edição de 19/8/2006. A reprodução pela televisão será anunciada posteriormente, porque esta Casa, até o dia 2/10/2006, encontra-se submetida à legislação eleitoral.

Apresentação e Apreciação de Destaques e de Novas Propostas

A Sra. Presidente - Daremos início à apresentação e apreciação de destaques e de novas propostas. Nossa proposta para a dinâmica é ouvir grupo por grupo. As companheiras que desejarem apresentar destaques deverão postar-se junto ao microfone, por grupo e tema a ser abordado.

Esclarecemos que este é um fórum técnico que tem como objetivo central o encaminhando das observações apresentadas à Secretaria. Essas observações podem ser consensuais ou não consensuais, porque são uma visão crítica da experiência de cada uma de vocês.

No caso específico da política do Estado, encaminharemos esse documento à Secretaria de Planejamento, que está construindo o Plano Estadual, para que, antes do seu lançamento, seja feita a adequação e ampliação das propostas. Esse Plano Estadual está levando em conta apenas o orçamento previsto até agora. Ao final desta sessão legislativa, existirá uma lei orçamentária, e o Plano tem de absorver as propostas apresentadas, que devem transformar-se em bandeira de luta.

Digo isso porque presenciei a discussão exaustiva travada em todos os grupos, na tentativa de construção de um consenso. Portanto, todas e todos têm completa liberdade de apresentar destaques, mas, no que diz respeito à forma ou à adequação, tenham a preocupação de não confrontar textos. Vocês podem apresentar o aperfeiçoamento do texto por escrito, mas não necessariamente confrontá-los. Não passaremos à votação. Aquelas propostas que não forem consensuais, em que houver observação contrária, nós as encaminharemos, registrando à parte as questões a serem encaminhadas.

Darei a palavra imediatamente aos participantes que queiram fazer destaque de propostas do grupo "Enfrentamento da violência contra as mulheres". Solicito aos participantes que se postem junto ao microfone e se identifiquem, apresentando também por escrito a sua argumentação. Todos os esclarecimentos serão feitos, seguindo-se a ordem dos itens.

As pessoas que querem fazer algum esclarecimento sobre o tema "Enfrentamento da violência contra as mulheres" deverão fazê-lo por escrito.

A Sra. Alessandra - Sou Defensora Pública e gostaria de fazer uma sugestão. No item 10 - "Designação de um Defensor Público".

A Sra. Presidente - Ainda estamos no item 1. No 10, você poderá fazê-la. Há algum destaque no item 1?

A Sra. ... - Sou Presidente da Câmara Municipal de Congonhas. Em relação à ação "Investigação de crimes contra a mulher", gostaria de fazer um acréscimo.

A Sra. Presidente - Seguiremos a seqüência, tema e item. Estamos no item 1 - "Formação de banco de dados unificado".

A Sra. Alcione - Sou assistente social do CAC da Câmara Municipal de Ipatinga. Na formação de bancos de dados entre outros órgãos, penso que seria interessante colocar a participação dos hospitais das redes pública e privada, porque muitas vezes a vítima de um estupro não vai ao IML, para fazer um exame de corpo de delito, ou a uma delegacia. Na maioria das vezes, ela tem um plano de saúde, onde irá para ser atendida.

A Sra. Presidente - Queria sugerir que encaminhasse por escrito sua sugestão.

No item 2 - "Desenvolvimento de ações centralizadas", alguém quer fazer algum destaque?

No item 3, criação de um órgão no Poder Executivo Estadual, alguém considerou algum destaque?

A Sra. Meryvone Mansur Biscaro - Sou Presidente da Câmara Municipal de Varginha. No item 3, não caberia também "municipal", já que isso vai ter força? Penso que deveria ser acrescentada a palavra "municipal", para que possamos ter força junto ao Poder Executivo Estadual.

A Sra. Marcinha - A proposta que trouxemos - não sei se todos os grupos pensaram da mesma maneira - é para que ele entre nas propostas gerais como uma discussão e uma definição deste fórum, não somente como proposta do grupo temático "Enfrentamento da violência contra a mulher". É importante que ele entre como uma proposta geral, não apenas como de um grupo. Basta somente reforçá-lo com esse formato que demos ao grupo.

A Sra. Márcia de Cássia Gomes - Em relação a essa proposta apresentada, ela modifica a estrutura discutida, há pouco, pela companheira, ao propor a criação de organismos municipais. A proposta é que se faça uma outra, para que uma não prejudique a outra, pois são duas esferas diferentes de Municípios.

A Sra. Presidente - Continuaremos a fazer os encaminhamentos, e as relatoras registrarão tudo e receberão as propostas. Ao final do tema, elas exercerão sua relatoria.

No item 4 - "Dotação orçamentária específica". (- Pausa.) Nenhum destaque. Item 5 - "Garantia de recursos no orçamento para serviços de atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência". (- Pausa.)

A Sra. Marlise Matos - Sou Marlise Matos, do Nepem da UFMG. Teria um destaque para esse item, Deputada Jô Moraes. Além da garantia de recursos no orçamento para serviços de atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência, desejo a inclusão definitiva desse público na implantação dos Centros de Referência Especializada da Assistência Social - Creas. Insisto no atendimento desse público também no Creas.

A Sra. Presidente - Por gentileza, encaminhar nova formulação. No item 6 - "Implantação de um abrigo de passagem"-, há algum destaque? (- Pausa.) Para o item 7 - "Proteção social às mulheres em situação de violência"-, algum destaque? (- Pausa.) Para o item 8 - "Criação de serviço de atendimento à mulher vítima de violência nos Municípios"-, algum destaque? (- Pausa.) Para o item 9 - "Manutenção das defensorias públicas especializadas"...

A Sra. Marlise Matos - Não. Há outra anterior, a da criança.

A Sra. Presidente - Para a ação "Assistência às crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual", não havia propostas. Apresente-a.

A Sra. Marlise Matos - Apresentarei também duas propostas: criação de uma comissão composta por representantes do poder público e da sociedade civil, principalmente conselhos tutelares de direitos da criança e do adolescente, para acompanhar a criação e implementação dos Cras e Creas no Estado; e estimular a criação e fortalecimento de comissões municipais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A Sra. Presidente - Obrigada.

A Sra. Maria das Mercês - Sou Maria das Mercês, Coordenadora do Centro de Referência da Mulher em Betim. Tenho também uma proposta que completará a da Marlise. Proponho a articulação do serviço especializado de atenção à mulher com o serviço especializado de atenção às crianças vítimas de violência sexual, o Sentinela; e a garantia da criação desse serviço onde não existir.

A Sra. Presidente - Obrigada. Favor encaminhar por escrito à Mesa. Item 9 - "Manutenção das defensorias públicas". (- Pausa.) Nenhum destaque. Item 10 - "Designação de um(a) Defensor(a) para atender preferencialmente às mulheres".

A Sra. Alessandra - Sou Alessandra, Defensora Pública. Trabalho no Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência, de Belo Horizonte. Desejo fazer a seguinte observação: no meu entendimento, deveria haver, na parte final desse item, a supressão de "implementação de assistência jurídica", porque, já que há um Defensor, a assistência jurídica é prestada por ele. Isso é previsão constitucional e também competência exclusiva da Defensoria, especialmente para os carentes. Isso ficou um pouco contraditório. Já que há Defensoria, não faz sentido implementar assistência jurídica. Então, ficaria apenas a "implementação de assistência psicossocial", o que penso ser necessário, independentemente do serviço de assistência jurídica. Obrigada. Já encaminhei a nova redação.

A Sra. Presidente - Obrigada. Item 11 - "Criação e implantação, no sistema judiciário, de varas especializadas". Algum destaque? (- Pausa.) Nenhum. Item 12 - "Criação de uma comissão para debater e acompanhar, junto ao Poder Judiciário". (- Pausa.) Nenhum destaque. Item 13 - "Implantação de defensorias públicas nas comarcas onde ainda não existam".

A Sra. Rita Maria do Carmo Duarte - Com licença, Deputada Jô Moraes. Meu nome é Rita Maria do Carmo Duarte, sou do Vale do Aço e moro em Timóteo há 26 anos. Atualmente sou Diretora de escola pública. Falarei aqui como militante que sou de movimentos populares, como ex-ministra da palavra, digamos assim. Tenho, no momento, uma preocupação. Ontem enviei uma pergunta à Mesa e infelizmente não fui contemplada no grupo em que entrei, o grupo da educação inclusiva. Agora, percebi que o meu tema é deste momento. Ontem mesmo percebi isso.

Ainda não tenho texto escrito, mas gostaria que vocês me ajudassem a contemplar essa questão.

Sou ex-agente da Pastoral da Criança. Percebo que as mulheres, quando resolvem sair de casa para não serem vítimas de violência, de fome e de outros inconvenientes da miséria, são discriminadas. O poder público não lhes dá assistência jurídica e psicossocial quanto ao atendimento do direito à maternidade.

Não estou falando da obrigação de cuidar dos filhos. São coisas diferentes. Muitas vezes a mulher sai de casa - estou falando do que vivencio há anos -, consegue um emprego de gari, com o qual pode manter os filhos, mas o homem a acusa de estar levando uma vida irregular, e ninguém investiga isso.

Se alguém tiver facilidade de redação, por favor, ajude-me a redigir uma proposta. Precisa existir uma comissão multiprofissional que possa investigar a vida da mulher. Aliás, deve ser investigada a vida do casal e de toda a família, assim como a vida escolar dos filhos. Essa mulher não pode ser tolhida no seu direito de ser mãe. Conheço vários homens que tudo fazem para terem direito à pensão. A mulher trabalha de gari, e o filho acaba não recebendo os cuidados escolares necessários, porque os homens - alguns, é lógico - não cuidam disso. Por isso falo sobre investigação. É preciso haver uma comissão para investigar a vida familiar da mulher.

A Sra. Presidente - Obrigada. Solicito à Defensora Alessandra que contribua para a formulação da proposta, adequando-a às exigências legais.

Proposta 14, algum destaque? (- Pausa.) Proposta 15, algum destaque? (- Pausa.) Proposta 16, algum destaque? (- Pausa.) Proposta 17, algum destaque? (- Pausa.) Proposta 18, algum destaque? (- Pausa.) Proposta 19, algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Gláucia Helena - Destaque. Meu nome é Gláucia, da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Contagem.

O destaque visa modificar o texto com uma inclusão. O texto ficaria da seguinte forma: "Implantação do serviço da assistência social nas delegacias especializadas de atendimento a mulheres, cujas atribuições estarão adstritas ao primeiro acolhimento e encaminhamento aos serviços da rede de proteção à mulher". Esse é o destaque.

A Sra. Presidente - Obrigada. Será encaminhado à Mesa.

A Sra. Alessandra Pereira - Gostaria de fazer uma colocação sobre a proposta 19: estou de acordo, porque realmente, na Defensoria, nosso serviço foi complementado com esse apoio. Entendo perfeitamente a ponderação da Dra. Olívia, que diz ser necessário, pelo menos, o encaminhamento desse serviço.

A Sra. Rozário Campos - Quanto à proposta 19, queria propor que, ao invés de "primeiro atendimento", se coloque "acolhimentos". Não "primeiro acolhimento", mas "acolhimentos", ficando assim: "especializado para atendimento à mulher para acolhimentos". A palavra "primeiro" faz restrição.

A Sra. Presidente - Como há três propostas, você poderia encaminhar-nos a sua. A relatoria, ao final, tentará fazer a construção da proposta.

Parece-me que o item 20 terá de ser excluído porque perde seu sentido, que seria o de se excluir a proposta anterior, para a qual já há consenso. Excluído o item 20 do relatório.

Item 21 - "Normatização e reestruturação das delegacias".

A Sra. Gláucia Helena - Deputada Jô Moraes, o item 20 está prejudicado com a proposta 19.

A Sra. Presidente - Acabei de encaminhar isso.

A Sra. Gláucia Helena - Desculpe-me.

A Sra. Presidente - Proposta 21. Alguma observação? Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta 22. Algum destaque? Alguma complementação? (- Pausa.)

Proposta 23. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta 24. (- Pausa.)

A Sra. Márcia - Gostaria que se acrescesse a reabertura da Delegacia de Mulheres da cidade de Congonhas.

A Sra. Presidente - Obrigada. Acrescentaremos. Proposta 25. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta 26. (- Pausa.)

A Sra. Adria Ferraz da Silva - Sabemos das dificuldades de se criarem delegacias em quase 850 Municípios. Nossa proposta inicial era que as delegacias fossem criadas nas macros, que fossem ampliadas para atender Municípios próximos, obviamente com equipamento suficiente. As que já existem seriam melhoradas. Seria um exagero ter delegacias especializadas em Municípios pequeninhos. É preciso pensar em outras alternativas.

A Sra. Presidente - Sim, por favor, encaminhe por escrito à relatoria.

A Sra. Hortênsia - Bom dia, Deputada, bom dia a todas. Meu nome é Hortênsia, do Conselho dos Direitos da Mulher do Município de Formiga. Temos a Delegacia, mas não temos a Delegada. Tínhamos a Delegada, mas não tínhamos a Delegacia. Ela se aposentou, e, agora, temos a Delegacia, mas não temos a Delegada. Temos esse problema. Sucesso e parabéns pelo fórum.

A Sra. Presidente - Obrigada. Concluímos esse tema. A relatora vai procurar fazer a síntese dos acréscimos. Se houver alguma pendência, voltaremos aqui ao final.

Proposta 27. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta 28. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta 29. Algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Claudete - Sim. Bom dia. Meu nome é Claudete. Sou metalúrgica em Contagem e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos. Gostaria de acrescentar que se fizesse uma intervenção, junto ao INSS, para a extinção da alta programada, pois estão voltando muitos trabalhadores doentes para as fábricas.

A Sra. Presidente - Pode trazer até a Mesa. Obrigada.

A Sra. Vanessa - Meu nome é Vanessa. Sou do Sine. Ontem, em nosso grupo, discutimos muito a proposta para que não se aumente o tempo de contribuição da mulher ao INSS. Como isso não foi colocado no grupo, encaminharei à Mesa.

A Sra. Presidente - Obrigada.

A Sra. Inês Teixeira - Inês Teixeira, da Faculdade de Educação da UFMG. É preciso justificar a inserção da proposta, que poderia ficar tanto neste item quanto no item da educação. De cinco anos para cá, nas escolas públicas municipais e estaduais, em todo o Estado e em outros lugares da Federação brasileira, temos vivido um problema muito sério, que é o das faltas dos professores.

Quem tem filho em escola pública já sentiu isso. Em Belo Horizonte, existe uma média de sete professores faltosos a cada dia, de manhã, à tarde e à noite, o que traz profundas conseqüências sobre a qualidade do trabalho nas escolas públicas. Há poucas pesquisas sobre o assunto. Está-se fazendo uma pesquisa, no mestrado da Faculdade de Educação, sobre esse absenteísmo dos professores. A hipótese é a de que essas faltas se devem, sobretudo, ao adoecimento dos professores, que chega a ser de 50% na Regional Oeste da rede municipal de Belo Horizonte.

Enfim, essa é uma questão seriíssima para o mundo do trabalho e para o mundo da educação pública. Gostaria que houvesse essa incorporação. A equipe que irá fazer a redação final do documento deve verificar se isso ficará no item da educação ou no do trabalho. Entendo que é cabível nos dois itens. Seria a implementação e ampliação de estudos, diagnósticos, projetos, programas, medidas e atividades relativas

ao adocimento das professoras, de forma que pudéssemos prevenir e curar esse problema. É um problema gravíssimo. Se não houver uma intervenção estatal, a escola acabará ficando sem professores. Precisamos pensar em como atuar rapidamente. Precisamos caminhar em duas direções: na de estudos e diagnósticos, porque já temos alguns dados, mas estão soltos; e na de propostas de solução imediata.

Finalizando, todos sabemos que o mundo do magistério é um mundo muito feminino. As escolas estão cada dia mais lotadas de mulheres, que antes trabalhavam em um turno e agora trabalham em dois turnos. Acabou esta história de que professor só trabalha em meio turno. Isso tem desdobramentos na vida das outras mulheres que estão em casa. Agradeço a atenção. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Proposta 30. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 31. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 32. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 33. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 34. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 35. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 36. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 37. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 38. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 39. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 40. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 41. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 42. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 43. Algum destaque? (- Pausa.)

Com a palavra, a Sra. Dehonara de Almeida Silveira.

A Sra. Dehonara de Almeida Silveira - Não deveríamos propor a criação de um piso salarial para as mulheres rurais. No Brasil, já existe o piso salarial, que é o salário mínimo. Essa proposta está abrindo a possibilidade de ser criado um salário menor do que o salário mínimo. Devemos propor que haja a garantia de que as trabalhadoras rurais recebam pelo menos um salário mínimo. A formulação tem que ser com esse fim.

A Sra. Presidente - Há algum destaque acerca do item 44?

A Sra. Mercês - Meu nome é Mercês. Sou Coordenadora do Setor de Apoio à Mulher da Prefeitura de Betim. O item 44 diz respeito à criação dos programas. No Suas já há uma abordagem de rua para esses serviços, que fazem parte da proteção especial de média complexidade. Proponho uma nova redação, que seria a articulação com os programas sociais definidos no Suas, direcionada às mulheres e às crianças em situação de rua, com vistas à sua implementação.

A Sra. Presidente - Obrigada. Com a palavra, para apresentar destaque relativo ao item 45, a Sra. Maria de Lourdes.

A Sra. Maria de Lourdes - Meu nome é Maria de Lourdes, Auditora Fiscal da Previdência Social e do Sindifisco de Minas Gerais.

Expus que, na próxima reforma da Previdência, pretendem aumentar o número de anos de trabalho da mulher necessários para a aposentadoria, igualando-o ao do homem, ou seja, a professora terá de trabalhar não mais 25 anos, mas 30, e a mulher que trabalha em outra categoria passaria a trabalhar, ao invés de 30, 35 anos.

Expliquei que não há déficit na Previdência. Nós, Auditores, podemos falar a esse respeito. Mesmo que houvesse déficit, levando-se em conta o trabalho que a mulher exerce em casa, já que o homem ainda não o assumiu, e essa sobrecarga de serviço, gostaria que as mulheres organizassem um movimento a esse respeito e que este fórum encaminhasse a minha proposta, que foi completamente alterada. Apresentarei essa proposta. (- Lê:) "Fazer movimentos femininos para não deixar que a próxima reforma da Previdência aumente o número de anos, ou seja, a carência exigida para a mulher aposentar-se por tempo de contribuição, como é hoje, e por tempo de serviço, como era antigamente e ainda persiste, igualando-o ao número de anos do homem: hoje, para professoras, de 25 para 30 anos, e para as outras categorias, de 30 para 35." A proposta poderia ser: "Esclarecer às mulheres que ocorrerá a reforma da Previdência e que, com ela, a mulher passará a ter de trabalhar o mesmo número de anos exigido para os homens, para ter direito à aposentadoria". Não sei se isso ocorrerá no serviço público ou no serviço privado, mas é certo que o governo modifica aos poucos, atingindo uma categoria hoje, a fim de chegar a outra amanhã. Muitos acreditam que, por serem de uma categoria e o governo estar interferindo em outra, não serão atingidos, mas é certo que depois atingirá todas as categorias.

A Sra. Presidente - Ainda em relação ao item 45, há algum destaque?

A Sra. Neusa Melo - Meu nome é Neusa Melo, da Rede Feminista de Saúde do Fórum de Mulheres de Belo Horizonte. Esclareço que essa sugestão para um movimento feminino com esse objetivo não pode ser incluída em nosso trabalho, porque as nossas propostas são para o estado. Já há uma articulação do movimento feminista no Brasil para defender a manutenção do tempo de serviço necessário para a aposentadoria.

A Sra. Presidente - Não há esclarecimentos sobre isso no momento. Após o encaminhamento da proposta por escrito, o Plenário fará a apreciação. Com a palavra, a Sra. Dehonara.

A Sra. Dehonara de Almeida Silveira - Poderíamos retirar o que já foi escrito e apresentar a seguinte proposta: garantia da manutenção dos atuais critérios relativos à aposentadoria das mulheres.

A Sra. Presidente - Obrigada, Dehonara. Podem construir a proposta e encaminhá-la à Mesa. Há algum destaque para o item 46, relativo à licença-maternidade?

A Sra. Maria de Lourdes - Essa proposta também é de minha autoria. É altamente polêmica essa idéia de passar a licença para seis meses, pois isso poderia ser muito prejudicial para a mulher. A mulher precisa realmente verificar essa carga que é jogada sobre ela.

Há um mito da maternidade. Aliás, há um livro que trata muito bem disso. Coloca-se toda a carga em cima da mulher, que, com isso, vai aceitando que só ela tem de olhar a criança.

Essa proposta tem de ser muito bem discutida com a sociedade, porque senão cai naquilo que uma moça disse aqui ontem: "Saímos para trabalhar com sentimento de culpa." Não temos de ter sentimento de culpa. No momento em que a criança saiu da barriga, a natureza diz muito bem: todo muito pode olhar.

Minha proposta é criar grupos de discussão com a população, especialmente a feminina, sobre a questão do aumento da licença-maternidade de quatro para seis meses, esclarecendo todos os aspectos positivos e negativos. Depois disso, a população decidirá o que deseja.

A Sra. Presidente - Vale lembrar que a discussão do fórum técnico não é para oferecer orientações ao movimento de mulheres. O foco do fórum técnico é apreciar as propostas de políticas públicas que estão em construção e sugerir como desenvolvê-las e aperfeiçoá-las.

Estamos absorvendo no relatório as sugestões de orientação geral apenas para complementação, e todas elas devem ser apresentadas por escrito.

Ainda algum destaque para a Proposta nº 46? (- Pausa.)

A Sra. Jusciara Aparecida de Ávila - Meu nome é Jusciara, de Alterosa. Sou contra o que a Maria de Lourdes acabou de dizer. A partir do momento em que a mulher se torna mãe, ela tem de se colocar exclusivamente à disposição do filho. Se a criança não recebe os atendimentos maternos nos primeiros seis meses, período de amamentação, certamente terá grandes problemas na fase adulta. São de extrema importância os seis meses para a mãe e para o recém-nascido.

A Sra. Presidente - Neste momento, não estão em debate as propostas. Estamos solicitando que sejam apresentadas por escrito, e ao final, colocaremos em debate para sugestões.

Proposta 47. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta 48. Algum destaque? (- Pausa.)

O Sr. Elias Silva - Meu nome é Elias Silva, do Vale do Mucuri. Sugiro que se promova a capacitação não só das domésticas, mas também das trabalhadoras rurais. A mulher do campo precisa da mesma atenção.

A Sra. Presidente - Proposta 49. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta 50? Algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Nair Monteiro Vieira - Meu nome é Nair Monteiro Vieira. Sou a atual Presidente da Associação das Profissionais Domésticas de Itabira.

Sugerimos que se acrescente que a capacitação das domésticas seja feita por cursos profissionalizantes gratuitos.

Em Itabira, discriminam-se muito os trabalhadores domésticos em geral.

A doméstica não tem direito ao primeiro emprego e, muitas vezes, tem de ficar três, quatro meses ou até um ano sem experiência. As pessoas, ao procurarem uma empregada doméstica, pedem referência, mas se essa ainda não trabalhou, não estará capacitada. Essa profissão é muito discriminada.

Peço o direito de as empregadas domésticas se capacitarem. Os cursos profissionalizantes estão surgindo, mas estão cobrando uma taxa caríssima, que elas não têm condições de pagar. Gostaríamos que os próprios patrões dessem oportunidade às suas empregadas para se capacitarem em vez de as discriminarem.

A nossa categoria das domésticas solicita a lei do primeiro emprego. Parabéns a todas! Obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada. D. Nair, de Itabira, participou desde o início, da conferência estadual à conferência nacional. Aliás, tirou uma foto com a Ministra e o Lula. Ela é exemplo de participação dessa história.

Item 51: criação de creches. Algum destaque? (- Pausa.) Identifique-se, por favor.

A Sra. Claudete - Tenho um destaque a fazer. Sou do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Já existem creches comunitárias, mas gostaria que as Prefeituras e o Estado as assumissem integralmente. Participo também do Movimento de Luta Pró-Creches e vejo que as creches enfrentam muitas dificuldades pelo fato de as Prefeituras e o Estado não as assumirem. As mães saem para trabalhar e deixam seus filhos nas creches, que devem ser mantidas por alguém. A Prefeitura dá uma verba por criança, mas o valor é irrisório. Os custos de uma creche é muito grande para que uma comunidade arque sozinha com eles.

A Sra. Presidente - Sim. Por favor, encaminhe sua sugestão por escrito. Não estamos na fase de discussão ou temporização das propostas. Sua sugestão será encaminhada e, ao final, apreciada. A opinião contrária ao apresentado será apreciada no final do relatório.

A Sra. Dehonara de Almeida Silveira - Deputada Jô Moraes, a proposta dela já está contemplada nas propostas referentes à educação. Proponho que todos os itens relacionados à creche sejam discutidos com os da educação.

A Sra. Presidente - Pela dinâmica do relatório, manteremos as sugestões aqui, mas, quando formos redigir o relatório final, deslocaremos o item creche para educação.

O item 52 se refere à extinção da Emenda à Constituição nº 20. Algum destaque? (- Pausa.) O item 53 se refere às condições de atendimento para a mulher vítima de violência. Algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Dehonara de Almeida Silveira - Quero voltar ao item 52. Serei breve e acredito que não haverá polêmica.

Os profissionais da saúde não são paramédicos e sim trabalhadores da saúde. Esse termo paramédico não é utilizado. Parece que todo mundo está a serviço do médico e, na verdade, todos têm responsabilidades profissionais para contribuir com a saúde que independem do médico. Todos são trabalhadores da saúde, portanto, proponho a substituição do tema.

A Sra. Presidente - Encaminhe, por escrito, a nova redação. Item 53. Por favor, identifique-se.

A Sra. Sara - Meu nome é Sara. Gostaria de contribuir para a redação do item 53, com a seguinte redação: "efetivação de programas específicos para inclusão no mercado de trabalho das mulheres vítimas de violência, observando suas peculiaridades - filhos menores, idade, baixo nível de escolaridade e falta de qualificação".

A Sra. Presidente - Por gentileza, encaminhe a nova redação à apreciação da relatoria.

Item 54: revisão da jornada de trabalho das profissionais de "telemarketing". Por favor, identifique-se.

A Sra. Rute Costa - Bom-dia! Sou Diretora do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e represento também a CUT neste evento.

Ontem, no grupo, discutimos o tema e fiquei em dúvida se deveria ser acrescentada na parte da saúde ou na da autonomia e igualdade no mundo do trabalho a Proposta nº 54: Revisão da jornada de trabalho das profissionais de "telemarketing", com vistas a assegurar sua saúde mental.

Por que fiz essa observação? Na verdade, todos os trabalhadores estão sujeitos a doenças mentais, que hoje são uma tônica geral. Todos os trabalhadores lutam para a redução da jornada de trabalho porque isso aumentará o número de empregos e haverá uma melhor qualidade de vida. Sabemos de tudo isso. Mas por que mencionei isso neste fórum relativo às mulheres? Porque 75% dos profissionais que exercem a atividade de teleatendimento são mulheres e normalmente estão em seu primeiro emprego. Na estatística do INSS, verificamos que há um índice muito grande de mulheres adoecendo e sendo afastadas do trabalho em virtude de transtornos mentais, como depressão e outros. No sindicato, verificamos que o principal fator causador desses transtornos mentais é a organização do trabalho, principalmente em relação às pausas. Nas jornadas de 6 horas, a pausa não é garantida, a não ser de 15 minutos, em que a pessoa não tem tempo nem para lanchar.

Nosso sindicato não abrange toda essa categoria, que está pulverizada em todo o Estado e cresce cada vez mais. Nossa reivindicação é para que sejam colocadas pelo menos três pausas de 10 minutos na jornada de 6 horas.

A Sra. Presidente - Não a interrompemos em respeito à sua palavra, mas esclarecemos que este momento não é para fazer a fundamentação das propostas. É um momento para apreciar o relatório, mudar o texto, completar, retirar e incluir, para que não façamos novamente a discussão em grupo de todas as propostas.

Item 55, relativo à qualificação profissional com metodologia. Há algum destaque para alterar o texto, completar ou retificar?

A Sra. Irani - Sou Irani, da Coordenadoria de Mulheres do Município de Contagem. Esta é uma Casa de leis, portanto, peço permissão ao Plenário, tão rico em discussões, para apresentar esta observação, que não vai de encontro à modificação do texto. Talvez até por falta de informações esclarecedoras recentes, veio-me esta preocupação, e não vejo outro item em que possa partilhar esse destaque com vocês.

Por ocasião da I Conferência de Economia Popular Solidária Estadual, sediada em Contagem, o conjunto de pessoas pertencentes a entidades e órgãos gestores redigiu um documento a esta Casa, solicitando que o Governador sancionasse a Lei de Economia Popular Solidária, aprovada nesta Casa, há mais de um ano. Volto a reiterar que é por falta de conhecimento recente em relação à sanção ou não dessa Lei de Economia Popular Solidária que partilho com vocês não só a preocupação, mas um pedido especial de todas as mulheres e homens presentes, para que, caso essa lei não tenha sido sancionada, que o seja com a urgência necessária, uma vez que a economia popular solidária é de grande importância para a reconstrução da economia do nosso país. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - No final da apresentação do relatório e da preparação das relatorias, reservaremos um espaço de tempo para alguns comunicados e informações como essa. Será o momento para compartilhar informações e justificar propostas.

Item 56, desenvolvimento de políticas públicas para a mulher negra, exaustivamente discutido. Nenhum destaque. Item 57, promoção das ações em relação à comunicação de massa. Nenhum destaque. Há uma nota sobre a fragilidade feminina. Acredito que não haja destaque a ser feito.

Passaremos, agora, ao grupo temático "Direitos da mulher à terra e à moradia". Vocês fizeram uma observação que foi absorvida pelas coordenações e relatorias. Por exemplo, serão deslocadas propostas que tratam de educação para o bloco educação. Automaticamente, faremos esse deslocamento, porque algumas propostas estão no item geral. Acataremos a sugestão de vocês.

"Direito à Moradia".

Proposta nº 58. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 59. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 60. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 61. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 62. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 63. Algum destaque? (- Pausa.) Com a palavra, a Vereadora Zilda, de Conselheiro Lafaiete.

A Vereadora Zilda - Conforme sua orientação, Deputada Jô Moraes, a Proposta nº 63 deveria vir como alteração da Lei nº 11.830. Aqui, está dando a entender que a destinação de 1% do ICMS para investimento em habitação urbana e rural será feita de acordo com a Lei nº 11.830, de 6/7/95. Pelo que entendi de sua explicação, isso não consta na lei. Seria, talvez, uma emenda aditiva à Lei nº 11.830, colocando a destinação de 1% do ICMS.

A Sra. Presidente - Está corretíssima a observação da Vereadora Zilda, ou seja, incluir, sob a forma de emenda à Lei nº 11.830, a proposta de 1% do ICMS.

Proposta nº 64. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 65. Algum destaque? (- Pausa.) Com a palavra, a Sra. Dehonara de Almeida Silveira.

A Sra. Dehonara de Almeida Silveira - Sugiro a supressão da Proposta nº 65 e a inclusão de "lavanderias coletivas" na Proposta nº 71, que propõe espaço reservado para creches e áreas de lazer.

A Sra. Presidente - Obrigada. Por favor, encaminhe sua sugestão por escrito.

Proposta nº 66. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 67. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 68. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 69. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 70. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 71. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 72. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 73. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 74a. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 74b. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 75. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 76. Algum destaque? (- Pausa.)

Passaremos, agora, ao tema "Direito à Terra".

Proposta nº 77. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 78. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta nº 79. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 80. Algum destaque? (- Manifestação da platéia.) Faremos a observação da participante, que afirma estar repetido. Encaminhe por escrito, para que a parte repetida seja retirada.

Proposta nº 81. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 82. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 83. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 84. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 85. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 86. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 87. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 89. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 90. Algum destaque?

Uma participante - Estou propondo a supressão, pelo entendimento de que esta é uma atribuição do governo federal. Estamos sugerindo: "Promoção, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário". Isso não é atribuição do Estado e não pode constar nesta proposta. Sou pela supressão.

A Sra. Presidente - Você também deseja discutir o item 90?

A Sra. Isabel Braga - Sim. Bom-dia. Sou Isabel Braga, advogada, membro da Comissão da OAB Mulher de Minas Gerais. Gostaria de submeter uma sugestão à apreciação da Mesa, que contribuiria para a redação desta proposta. Seria o seguinte: "Documento a ser enviado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, para agilização da tramitação dos procedimentos administrativos para fins de desapropriação".

A Sra. Presidente - A proposta da companheira será recebida pela Mesa. Como alguns itens não se referem à política estadual, ao final, na consolidação dos trabalhos, trataremos à parte todos esses pontos que dizem respeito às questões mais gerais, como em relação ao Incra, que já foi apreciada aqui, em relação ao INSS e outras. A companheira pode encaminhar sua observação por escrito, que vamos adequar o relatório, compreendendo que há diferenciações de encaminhamento para os órgãos federais, para os órgãos estaduais e para os municipais.

Proposta nº 91. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 92. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 93. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 94. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 95. Algum destaque?

A Sra. Isabel Braga - Gostaria de contribuir no sentido de condensar as Propostas nºs 95 e 96: "Garantia de acesso a creches e pré-escolas mantidas pelo poder público para crianças do meio rural, com a criação de creches no assentamento". Esta é a sugestão.

A Sra. Presidente - Pode encaminhar por escrito à Mesa.

Proposta nº 97. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 98. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 99. Algum destaque?

A Sra. Isabel Braga - Também tenho um destaque, para suprimir a expressão "Baixo Jequitinhonha" e colocar "em todo o Estado de Minas Gerais".

A Sra. Presidente - Obrigado. Encaminhe por escrito.

Passaremos agora para a temática da saúde.

A relatora desse tema pediu que seguíssemos já com as correções que nos encaminhou. No item nº 100, há algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Neuza Melo - Neuza Melo, da Rede Feminista de Saúde, Fórum de Mulheres da Grande BH. Quero um esclarecimento sobre as modificações feitas no texto, porque não tivemos acesso a elas e estamos com o texto como foi apresentado anteriormente. Observei que pelo menos quatro propostas do grupo não entraram na leitura. Quero que essas propostas sejam garantidas para que a plenária as avalie.

A Sra. Presidente - Todas as propostas que não entraram na leitura, devem ser passadas, imediatamente, para a Mesa.

A Sra. Neuza Melo - Todas estão no texto na ordem certa, mas foram puladas na hora da leitura.

A Sra. Presidente - Registraremos as que foram modificadas e as que faltarem, devem ser apresentadas por escrito. Acompanharemos as modificações do relatório, que já estão aqui, na mesma dinâmica.

O item 101 passou a ter a seguinte redação: "Adequação da atenção à saúde da detenta nos períodos de gestação e amamentação".

O item 102 foi suprimido, porque está contido em outro.

A Sra. Isabel Braga - Sou Presidente da Apac, de Varginha, e mantenho contato com a população carcerária masculina e feminina. Já que haverá modificação no texto do item 101, solicito seja acrescentado o seguinte: "atendimento priorizado para as detentas grávidas nos presídios femininos".

A Sra. Presidente - Encaminhe, por escrito, por favor. Item nº 103, algum destaque? (- Pausa.) Item nº 104, algum destaque? (- Pausa.) Item nº 105, algum destaque? (- Pausa.)

O item nº 106 ficou assim: "Garantia da distribuição de camisinhas nas ONGs para utilização nos trabalhos de formação e capacitação das mulheres em direitos sexuais e reprodutivos". Algum destaque? (- Pausa.)

Para o item nº 107, algum destaque? (- Pausa.)

No item nº 108, a palavra implantação foi substituída por implementação. Ficou assim: "Implementação do plano já existente para adolescentes em conflito com a lei". Algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Isabel Braga - Também sou Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedica - e já há programas em tramitação para trabalhar a questão dos adolescentes em conflito com a lei, além da violência e da exploração infantil. Solicitamos a supressão dessa proposta.

A Sra. Presidente (Deputada Jô Moraes) - Faça-me o favor de encaminhar por escrito. A proposta da relatoria é corrigir o termo para dar entendimento à sua observação. Saúde nas instituições de ensino. O item 109, envelhecimento saudável, será mantido como está? Algum destaque? Algum destaque para o item 110? Item 111, gravidez na adolescência. Algum destaque?

A Sra. Nilza Baroni - Meu nome é Nilza Baroni, de Betim, da Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice - Apromiv. Nesse caso, incluiria a discussão, nas escolas, dos temas gravidez na adolescência e planejamento familiar, de maneira bem abrangente.

Hoje vivencio um programa na maternidade. As jovens, alheias a essa questão do planejamento familiar, engravidam muito cedo. Aos 20 anos, já possuem quatro ou cinco filhos. Então desejaria a inclusão do planejamento familiar, por meio de uma discussão bem abrangente nas escolas.

A Sra. Presidente - Obrigada. Encaminhar por escrito.

A Sra. Nívea - Meu nome é Nívea. Sou educadora e assistente social. No item 111, gostaria de acrescentar uma discussão em relação ao abuso sexual e ao assédio moral e sexual nas escolas.

A Sra. Presidente - Encaminhar por escrito. Mais algum destaque para o item 111?

A Sra. Neusa Melo - Gostaria de acrescentar, nesse item, as palavras "gravidez indesejada".

A Sra. Presidente - Por gentileza, por escrito.

A Sra. Adria Ferraz da Silva - Deputada Jô Moraes, no item 109, envelhecimento saudável, ao invés de "Introdução do tema", "Introdução da gerontologia". Dessa forma, poderá ser discutida a questão da velhice, já que o item ficará mais amplo.

A Sra. Presidente - Encaminhe por escrito. Item 112, discussão, nas escolas, de temas como a gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. Algum destaque? Item 113. Algum destaque? Item 114. Algum destaque?

Vamos passar para a "Atenção às vítimas de violência sexual". Nesse item, não houve alteração nos dois temas, por parte da relatoria. Algum destaque para o item 115?

A Sra. Kátia Albuquerque - Sim. Meu nome é Kátia Albuquerque, do Centro de Referência da Mulher de Pirapora. Gostaria de fazer o seguinte adendo: "incluindo as portadoras de transtorno mental e as portadoras de necessidades especiais, principalmente no que se refere à sua locomoção".

A Sra. Presidente - Encaminhar por escrito. Mais algum destaque para o item 115? Item 116. Algum destaque?

A Sra. Ivone Mendes - Sim. Meu nome é Ivone Mendes. Em relação à prostituição infantil, é apenas uma redação, considerando que crianças e adolescentes não se prostituem, são prostituídos. Então, gostaria de mudar o termo para "exploração sexual de crianças e adolescentes". Enviei algumas propostas que não constam aí. A Neusinha já fez essa cobrança.

A Sra. Presidente - Estamos aguardando, por escrito, essas propostas que chegam à relatoria. Combate ao Câncer de Colo de Útero e Mamas.

A Sra. Ivone Mendes - Não me lembro das propostas. Encaminhei seis delas, mas apenas uma está constando aí. Como farei para encaminhar as demais? A redação anterior está aí?

A Sra. Presidente - A senhora deve procurar aqui, a Mesa, a relatoria, a fim de que sejam encaminhadas.

O item 117 foi retirado, e o item 118 permanece como está. A redação do item 119 é a seguinte: "Obrigatoriedade do exame das mamas em toda avaliação clínica da mulher, visando à integralidade das ações de saúde e à prevenção do câncer de mama". Algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Neusa Melo - Desculpe-me, mas é qual item?

A Sra. Presidente - No item 119 a redação passou a ser: "Exame das mamas em toda avaliação clínica da mulher, visando à integralidade das ações de saúde e à prevenção do câncer de mama."

A Sra. Neusa Melo - Desculpe-me, mas o item 117 passou rapidamente, e houve acréscimo. Defendo a manutenção dele.

A Sra. Presidente - Ok. Encaminhe por escrito pela manutenção do item 117.

Passemos para o item 120. Algum destaque sobre o programa de combate ao câncer de mama? (- Pausa.) Nenhum destaque.

O item 121 passou a ter a seguinte redação: "Ampliação da oferta de mamografia a todas as mulheres na faixa etária considerada de risco." Algum destaque?

A Sra. Maria Auxiliadora Marques Souza - Tenho um destaque. Quanto à oferta de mamografia, gostaria que fosse acrescentada a oferta de ultra-som; porque todos os meus exames foram normais, inclusive a mamografia. Fiz a mastectomia e o câncer só foi detectado por um ultra-som. Que seja estendida também a oferta do ultra-som.

A Sra. Presidente - Por gentileza, encaminhe por escrito. Item 121.

A Sra. Laís Ramalho - Bom-dia. Meu nome é Laís Ramalho, sou Presidente do Conselho da Mulher de Sabará e também Coordenadora Municipal do Direito da Mulher de Sabará. O item 121 trata da oferta da mamografia. Não sei se é o momento de encaixar a garantia de que os Municípios adquiram o mamógrafo, porque em momento algum foi citada essa garantia. Considero de grande importância não só a oferta da mamografia, mas também a aquisição dos mamógrafos pelos Municípios.

A Sra. Presidente - Por gentileza, encaminhe por escrito. Ainda o item 121?

A Sra. Hortência - Junto a esse trabalho que se faz com as vítimas de câncer de mama, Formiga criou um movimento que se chama Mão Amiga. Lá, as mulheres que já passaram por essa experiência trabalham com as que tiveram diagnóstico de câncer de mama ou qualquer tipo de câncer. O grupo se chama Mão Amiga e presta assistência a homens e mulheres com problemas de câncer.

A Sra. Presidente - Estamos sugerindo que, ao final da apreciação, todas essas informações sejam trazidas, para que possamos completar as modificações no relatório.

Item 122, sobre câncer cérvico e uterino. Algum destaque? (- Pausa.)

Item 123, sobre a agilização do diagnóstico e do tratamento do câncer de mama. Algum destaque? (- Pausa.)

Outros temas relativos à saúde. Item 124, algum destaque? Capacitação dos profissionais, aí já está atendido, visando a uma abordagem geriátrica e gerontológica que considere as especificidades das pessoas. Aquela sugestão trazida pela Ádria.

Item 125.

A Sra. Márcia - Quero fazer uma observação no item anterior. No Estatuto do Idoso já está especificada a idade. A partir dos 60 anos e não com idade acima dos 60 anos.

A Sra. Presidente - Obrigada, por gentileza, faça a retificação, por escrito.

Item 125, algum destaque? (- Pausa.)

Item 126, a redação passou a ser a seguinte: "Inclusão do exame de densitometria óssea como procedimento do SUS, tendo em vista a disponibilização de medicamento." Algum destaque? (- Pausa.)

Item 127, acerca da saúde da mulher presa, encarcerada. Algum destaque?

A Sra. Sara Elói - Sara Elói, Agente da Pastoral Carcerária de Betim. A Proposta nº 127 fala sobre a saúde da presidiária, mas minha luta é para o atendimento às detentas após o parto, que, ao chegarem à Delegacia, são jogadas no chão, sem o direito de dar a primeira mamada aos filhos, não têm sequer uma água morna para a sua higiene, não podem sentir nem uma dor de cabeça. As mães têm direito de amamentar seus filhos, mas isso não ocorre com as detentas. Gostaria que se criasse um presídio-maternidade, onde as mulheres pudessem ficar, pelo menos por 3 meses, com suas crianças.

A Sra. Presidente - Envie-me, por escrito, sua observação pois ela é importante.

Proposta nº 128. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 129. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 130. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 131. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 132. Algum destaque? (- Pausa.)

A Proposta nº 133 passa a ter a seguinte redação: "Inclusão do quesito raça-cor em todos os formulários de coleta de dados da saúde e capacitação dos profissionais para o preenchimento correto. Trata-se de uma fusão das Propostas nºs 133 e 136.

Proposta nº 134. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 135. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 137. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 138. Algum destaque? (- Pausa.)

A Proposta nº 139 trata da solicitação de eleição direta para a direção da Maternidade Odete Valadares, por todos os profissionais da saúde que nela estejam lotados. Como diz respeito a uma ação mais interna e específica, a relatoria propõe a sua retirada. Vocês poderão apresentar destaque para a manutenção ou não desse item.

A Sra. Neusa Melo - Deputada, em que pese ao fato de ser uma questão interna do Odete Valadares, trata-se de um hospital público estadual importantíssimo para a saúde das mulheres. Como é um hospital público, deve estar aberto às sugestões desta plenária. Portanto, sou pela manutenção da proposta.

A Sra. Presidente - Portanto, Neusa Melo é pela manutenção da proposta.

Proposta nº 140. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 141. Algum destaque? (- Pausa.)

Na Proposta nº 142 serão digitados os significados das siglas: CAPs - Centro de Atendimento Psicossocial; Cersami - Centro de Referência em Saúde Mental; Capsad - Centro de Atendimento Psicossocial, Álcool e Droga. Depois, passaremos mais esclarecimentos.

Proposta nº 143. Algum destaque? (- Pausa.)

Proposta nº 144. Ao invés de "organização", a proposta de redação é "implementação" dos serviços de atenção à saúde do adolescente - como bem disse nossa advogada -, que já existem.

A Sra. Nívea da Conceição Santos - Poderia voltar ao item 142?

A Sra. Presidente - Sim.

A Sra. Nívea da Conceição Santos - Quanto ao item 142, ampliação dos recursos financeiros, penso que os Cersams e os CAPs foram criados para funcionarem bem, evitando-se a hospitalização nos hospitais psiquiátricos. Mas nem sempre isso funciona, pois faltam medicamentos e pessoal especializado. Os hospitais psiquiátricos públicos ficam lotados. Seria bom que isso fosse mais discutido.

A Sra. Presidente - Você poderá fazer uma consideração por escrito. Neste momento, não estamos fazendo considerações sobre essas dificuldades.

No item nº 145, há algum destaque?

A Sra. Rosângela Di Lorenzo Bello - Sou Promotora de Justiça de Três Corações. Essas considerações foram subscritas por Divina Ferreira de Queiróz, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Limeira do Oeste, Meryvone Mansur Biscaro, Presidente da Câmara Municipal de Varginha, Patrícia da Cunha Borba Machado, advogada e membro do Conselho Tutelar e do Conselho dos Direitos da Mulher de Congonhas, Dra. Umbelina Lopes, Defensora Pública de Belo Horizonte, e por mim.

Em relação ao item nº 145, que trata do apoio à lei de descriminalização do aborto, apresentamos o destaque por motivos legais, éticos, humanitários, filosóficos e religiosos. Com a descriminalização do aborto, estaremos legalizando-o no Brasil. A descriminalização impede a legalização do aborto. Ela é inconstitucional. A Constituição é clara quanto ao direito à vida, proibindo a pena de morte. Ponderamos que a pena de morte é proibida para criminosos, com muito mais razão deverá ser proibida para o nascituro, para aquele que é inocente e indefeso. Não poderíamos aplicar a pena de morte ou a eliminação da vida. Não há lógica. Também por questões humanitárias, não podemos concordar com isso.

Outro motivo é que isso contraria o Código de Ética Médica. O médico, pelo seu código, deve salvar vidas. Já participei de uma mesa-redonda de médicos, e eles não se sentem à vontade para fazer o aborto, em razão da ética.

Tememos que, descriminalizando o aborto, permitindo que ele ocorra sem problemas, estaremos legalizando-o indiretamente. Estaremos abrindo caminho para, num futuro próximo, legalizar a eutanásia. Já que estaremos permitindo a supressão de vidas, nada impedirá que, no futuro, façamos a discussão da eutanásia. Nada impedirá que, no futuro, ela seja aprovada, eliminando os idosos, os doentes que oneram o sistema e as famílias. A eutanásia hoje é permitida na Holanda. Os idosos fogem e se escondem para não serem internados em hospitais, com medo que as famílias autorizem a eutanásia.

Tememos também, como já aconteceu no passado, que, uma vez não sendo mais proibido o aborto, surjam políticas de incentivo a ele, visando atingir populações pobres e negras, numa distorção das políticas públicas. Isso já aconteceu, por meio de financiamentos do Bird e da Bemfam, durante 30 anos, quando mulheres em idade produtiva foram esterilizadas por políticas de financiamentos escusos, vindos de fora do Brasil. Há nessas esterilizações motivos inconfessáveis. Temos medo disso também.

A Sra. Rosângela Di Lorenzo Bello - Por outro lado, achamos que, se existe hoje um contingente de mulheres pobres que fazem aborto, certamente não são alcançadas pelas políticas públicas de prevenção da gravidez e disponibilização da laqueadura de trompas, para que não precisem recorrer a essa medida drástica. Então, gostaríamos que a laqueadura de trompa e as alternativas de prevenção de gravidez fossem bem efetivadas na vida da população feminina e, principalmente, das mais pobres, para que não haja necessidade de recorrermos a esse recurso extremo de suprimir uma vida.

A Sra. Presidente - Por gentileza, neste momento, encaminha-se a supressão do item. A argumentação e o processo de fundamentação ficarão para a segunda parte. Entendemos que se solicita a supressão do item e, no momento do relatório, faremos as apreciações.

A Sra. Rosângela Di Lorenzo Bello - Supressão e substituição pela necessidade da consulta popular, por meio de plebiscito, devido à importância do tema para a vida e as futuras gerações.

A Sra. Presidente - Encaminhem por escrito proposta para que seja apreciada. Item 146. Algum destaque?

A Sra. Graziela - Desejo fazer uma questão de ordem.

A Sra. Presidente - Relativa a quê? Não haverá discussão, neste momento, sobre o tema. Depois, haverá o debate do encaminhamento de todas as propostas que não foram absorvidas pela relatoria. Então, haverá um encaminhamento e um debate amplos.

A Sra. Graziela - Não é sobre esse tema. Estava lá em cima e pedi a palavra para apresentar questão de ordem, mas não me escutaram. Então, descii.

A Sra. Presidente - Questão de ordem tem precedência.

A Sra. Graziela - Refiro-me aos itens 141 e 142. No 141 foi aprovada a linha guia de saúde mental, quando foi feita a revisão de todos os medicamentos. Então, talvez aqui coubesse incluir a divulgação e implementação da linha guia de saúde mental.

Meu nome é Graziela e trabalho na Secretaria de Saúde de Contagem. No item 142, CAPs, CAPsi, Cersam e Cersami são as mesmas coisas. Ou fica Cersam ou Cersami. CAPsad é o centro psicossocial para tratamento de álcool e droga.

A Sra. Presidente - Obrigada. Por favor, mande-nos isso por escrito. É questão de ordem, Neusa?

A Sra. Neusa Melo - Destaque para o 145 propondo a manutenção do item com alteração da palavra "descriminalização" para "legalização". O projeto de lei é de legalização do aborto.

A Sra. Presidente - Obrigada. Na ocasião, discutiremos isso.

Item 146: Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Algum destaque? (- Pausa.) Item 147: inclusão da odontologia nos programas voltados à saúde da gestante. Algum destaque? (- Pausa.)

Concluimos a leitura dos itens relativos à saúde. Gostaria que a Neusa Melo e a Ivone, depois dessa leitura, se houver algum item não incorporado, não o enviassem por escrito.

A Sra. Neusa Melo - Deputada, quanto aos itens não incorporados, fiz a defesa da manutenção deles na oportunidade.

A Sra. Presidente - Ao final da leitura dos destaques, as relatorias farão os comentários do que será absorvido, e apreciaremos aquilo que for polêmico, compreendendo que aqui não há problemas de votação ou de polarização. São recomendações e encaminhamentos. Vamos agora para o tema "Educação Inclusiva e Não Sexista".

Recebemos um cumprimento pelo evento. A companheira lembra Picasso, dizendo: o nosso único dever é salvar os nossos sonhos e construí-los.

O grupo referendou as propostas contidas no plano nacional e acrescentou outras. Proposta 148. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 149. Algum destaque? (- Pausa.) Proposta 150. Algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Ana - Meu nome é Ana. Faço Ciências Sociais na UFMG e participo do movimento estudantil. Quanto à Proposta 150. Queria pedir um acréscimo. Em vários itens, está sendo contemplada a situação da mulher trabalhadora. Espero que seja priorizado também o estabelecimento de creches públicas dentro dos grandes centros de educação do País, como as universidades públicas, para que, além das mulheres trabalhadoras, as mulheres estudantes também possam contar com o suporte das creches para darem prosseguimento a seus estudos.

A evasão é muito grande dentro das universidades, porque as mulheres, quando engravidam e têm seus filhos, como não possuem o suporte de uma creche, acabam abandonando seus estudos. Não sei onde essa solicitação poderia ser incluída. Vocês podem tentar descobrir.

A Sra. Presidente - Solicitamos que você nos mande a proposta por escrito, e a relatoria encontrará a solução. Proposta 151. Algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Márcia - Por gentileza, Deputada, queria fazer uma observação em relação ao item anterior.

A Sra. Presidente - Por favor, identifique-se.

A Sra. Márcia - Meu nome é Márcia, de Congonhas. Minha solicitação é quanto ao item 150, ampliação das lutas por creches e pré-escolas mantidas pelo poder público e por associações comunitárias nas zonas urbanas e rural.

A Sra. Presidente - Por gentileza, faça sua solicitação por escrito. Proposta 151.

A Sra. Maria de Lourdes Fernandes - Quanto à proposta 151, fala-se em criação de comissão composta por representantes do setor público e da sociedade civil, principalmente dos movimentos feministas, para acompanhar a seleção e a elaboração dos livros didáticos. É óbvio que não podemos exigir que um autor coloque isso ou aquilo em suas obras. Alguém me disse que os livros didáticos, de um modo geral, fazem abordagens sobre as quais falei. Lembro-me muito do livro de inglês, que é muito machista, pois nele consta, por exemplo: "Hoje é domingo. A Sra. Brown está na cozinha, arrumando-a. O marido está na sala, assistindo à televisão. O filho está no jardim, brincando. A filha está arrumando a casa". Essas são mensagens subliminares. As pessoas apreendem esses conceitos sem perceber. É preciso que conste: "Orientar os autores dos livros didáticos, por exemplo, de inglês, para que não coloquem histórias com cenas familiares estereotipadas, que reproduzam a divisão sexual do trabalho".

A Sra. Presidente - Certo, obrigada. Por favor, encaminhe-nos essa proposta por escrito. Raquel, você falará sobre a proposta 151?

A Sra. Raquel - Meu nome é Raquel. Sou da Prefeitura de Belo Horizonte. Não, eu queria voltar à Proposta 150, pois achei que seria contemplada, mas não fui. Não se trata de ampliação das lutas, mas ampliação e consolidação das creches. Não estamos discutindo as lutas, que sabemos existirem. Temos, sim, de consolidar tudo isso na prática.

A Sra. Presidente - Certo, Raquel. Proposta 152. Fizemos essa observação anteriormente: não estamos fazendo um programa de movimentos feministas, mas discutindo com o poder público as iniciativas que têm de ser tomadas.

A Sra. Inês - Proposta 151.

A Sra. Presidente - Ainda a Proposta 151. Com a palavra, a Sra. Inês.

A Sra. Inês - Parece pequeno, mas é grande. Programas de formação continuada. Vamos tirar o "continuado", porque, se colocamos "programa de formação", abarcamos a formação inicial e a continuada. Só "programa de formação dos profissionais da educação". Queria pedir licença para falar um pouco sobre a Proposta 165. Pode ser? Já conversei com a Magda Chamon.

A Sra. Presidente - Certo.

A Sra. Inês - Está escrito lá: "Qualificação e capacitação do profissional da educação, professores e professoras, para lidar com a deficiência". É deficiente falar "deficiência". Soubemos dessa discussão no grupo. A Magda afirmou que é muito problemático falar em deficiência. Cunhamos outra expressão, que é "portador de necessidades especiais". A lei já mudou, andou para trás; tem de andar para a frente. Temos de questionar algumas coisas que estão na lei. Portanto, é um dever de ofício nosso, dos pesquisadores e educadores. Não é possível manter a palavra "deficiência". Se não for "portador de necessidades especiais", vamos pensar em "pessoas diferentes", mas não "deficiência". É uma discussão muito complicada. Sem dizer que, às vezes, a pessoa não é deficiente por fora, mas é por dentro. E aí começa a complicação. É apenas um apelo, com o qual acho que a Magda concorda. São coisas pequenas que acabam sendo grandes. Muito obrigada. Boa continuação para vocês. Peço desculpas por me ausentar.

A Sra. Presidente - Item 152. Alguma alteração?

A Sra. Edivânia - Meu nome é Edivânia. Participo do Grupo de Mulheres Quilombolas dos Agentes Pastorais Negros. Gostaria de fazer um acréscimo ao item 152, que seria: "Inclusão das temáticas de gênero, raça, etnia e orientação sexual nos currículos escolares, em especial a implementação da Lei nº 10.639, que garante o estudo da história e cultura do povo negro no desenvolvimento deste país, visando ao desenvolvimento de uma identidade positiva de mulheres e homens negros no nosso Estado".

A Sra. Presidente - Por gentileza, encaminhe para a relatoria. Itens 153, 154, 155, 156. Sugerimos que, posteriormente, a relatoria junte as questões relativas a creches. Item 157.

A Sra. Marcione - Meu nome é Marcione, da Câmara de Ipatinga. Como a mulher trabalhadora tem férias apenas uma vez ao ano, em meses variados, é necessário que os recessos das creches sejam revistos, pois hoje acompanham os recessos das escolas, que ocorrem na segunda quinzena de julho, na segunda quinzena de dezembro e durante todo o mês de janeiro.

A Sra. Presidente - Obrigada. Por gentileza, encaminhe por escrito. Itens 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165.

A Sra. Antônia - Meu nome é Antônia. Sou Vice-Diretora do Núcleo de Capacitação do Instituto São Rafael. Gostaria de dar uma informação. O Instituto São Rafael é especializado na habilitação e reabilitação de deficientes visuais. A colega falou sobre o termo "deficiência", que, na verdade, foi mudado. Não falamos mais em "deficientes visuais", falamos em "portadores de necessidades especiais". Então, realmente, deve ser trocado.

O Instituto São Rafael está capacitando professores para lidarem com portadores de necessidades especiais na área da cegueira. Todos esses cursos estão sendo oferecidos, com a Secretaria de Educação, com o apoio da Diretoria de Educação Especial. Brevemente, estarão disponíveis no "site" da Secretaria de Educação. Deixarei os telefones e o "site" onde estão sendo oferecidos esses cursos. Também represento a Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais.

A Sra. Presidente - Itens 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174 e 175. Algum destaque? (- Pausa.)

Passaremos agora às propostas gerais e, depois, ao relatório. Itens 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190 e 191. Algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Mercês - Quero voltar ao item 180. A minha proposta é que, no item 180, fique: "interação entre as Secretarias de Estado para promover a intersectorialidade dos programas voltados para a mulher; garantir a articulação dos órgãos responsáveis pela política de atenção à mulher com o órgão responsável pela política de assistência social, dado o momento ímpar que essa assistência social está passando com a implementação do SUS".

Hoje não está havendo essa interação e estamos tendo dificuldade de articular políticas públicas em alguns Municípios.

A Sra. Presidente - Retomamos os itens das propostas gerais apresentadas pelo grupo "Enfrentamento da Violência". Itens 192, 193, 194. Algum destaque? (- Pausa.)

A Sra. Ilda - Não sei se está contemplada a orientação psicológica do agressor. Achei interessante essa proposta porque é preciso lembrar que esse agressor pode ser fruto de um lar onde também foi agredido. É preciso que as mulheres se lembrem de que tratar psicologicamente o agressor é evitar que o seu filho venha a ser um novo agressor. Isso é muito interessante.

A Sra. Presidente - Se você quiser incluir o psicológico, encaminhe a proposta por escrito.

A Sra. Márcia Amorim - Meu nome é Márcia, sou de Congonhas. Deputada Jô Moraes, ainda em relação a esse item, acrescento que deveria ser criada uma política específica para a assistência ao agressor, com uma maior sensibilização do Poder Judiciário para a questão da dependência química.

A Sra. Presidente - Obrigada. Encaminhe isso por escrito.

A Sra. Andréia - Bom dia, Deputada Jô Moraes. Meu nome é Andréia. Sou da Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Belo Horizonte.

Em relação à Proposta nº 194, gostaria que fosse criada uma política voltada para a assistência ao agressor em uma perspectiva de gênero, visto que podemos avaliar a questão do uso de drogas entendendo que a violência de gênero tem uma perspectiva não psicopatologizante, por mais que entendamos que álcool e drogas intervêm no problema e acirram essa violência. Poderíamos partir para uma discussão aprofundada, a fim de realizarmos uma intervenção nessa perspectiva de gênero. Redigirei isso melhor.

A Sra. Presidente - Há algum destaque para a Proposta nº 195? (- Pausa.) E para a 196? (- Pausa.) Para a Proposta nº 197, evidentemente não deve haver, pois o documento já está conosco. Ao final, leremos o documento e o aprovaremos por aclamação.

Há algum destaque para a Proposta nº 198, que também diz respeito ao complemento e desenvolvimento da proposta de procurar o Tribunal de Justiça? (- Pausa.) Há duas últimas propostas gerais apresentadas, pelo direito à moradia e à terra. Há destaque para a Proposta nº 199? (- Pausa.)

A Sra. Elisabete - Bom-dia. Meu nome é Elisabete. Sou representante da Associação de Mulheres de Pedro Leopoldo e voluntária no Lar para Idosos Irmã Teresa.

Gostaria de acrescentar a isenção de tarifas públicas, luz e água, e a implantação de um sistema de captação de energia solar também para outras instituições filantrópicas.

A Sra. Rosângela Di Lorenzo Bello - Em relação à Proposta nº 197, que trata da redação de documento a ser dirigido ao Tribunal de Justiça reivindicando a criação de juizados, gostaria que fosse inserida a conveniência da manutenção da audiência preliminar, que atualmente é utilizada pelos juizados especiais, permitindo que se resolvam as questões relativas às medidas de proteção à mulher vítima da violência, tais como o afastamento do lar e a determinação de pensões alimentícias, pois, com a mudança do rito, já que ficou proibida a utilização da Lei nº 9.099, cairíamos na vala comum do Código de Processo Penal, destinado aos crimes de maior potencial lesivo, como, por exemplo, os relativos a crimes contra o patrimônio, roubos e outros. Esse rito antiquado não permite a mobilidade que a Lei nº 9.099 permitia.

A audiência preliminar fará uma falta muito grande quando for necessário o caráter de urgência e de emergência na aplicação das medidas protetivas, que precisaríamos somente executar depois de constar no termo. A supressão do rito da Lei nº 9.099, infelizmente, acabou com a audiência preliminar, que fará muita falta em nosso dia-a-dia nos juizados especiais e nos juizados da violência contra a mulher. Obrigada.

A Sra. Presidente - Quando o processo passar para a relatoria e durante a apresentação da carta, ela poderá fazer algumas observações.

Em relação à Proposta nº 200, há alguma observação?

A Sra. Maria Lúcia - Meu nome é Maria Lúcia. Sou de Brumadinho e faço parte do Conselho da Mulher e de outros do Município.

Alguém poderia nos ajudar, porque, de acordo com o ECA, a idade prevista para ter direito à creche é a partir de 11 meses e 29 dias até 14 anos. Poderíamos prever a criação de uma escola integral. Poderíamos inserir pelo menos a criação de uma escola integral. Conheço Municípios que atendem a crianças de até 12 anos. Em Crucilândia, por exemplo, a creche atende até a crianças de quase 12 anos. Se estou enganada, desculpem-me.

A Sra. Dehonara de Almeida Silveira - Proponho a supressão desse item, primeiro, porque a escola em horário integral já está contemplada nos itens da educação, tanto a creche para crianças até 6 anos quanto a educação em tempo integral de 7 a 15 anos.

Creche é creche. Não faz sentido estendê-la até os 14 anos. Um adolescente de 14 anos bagunçaria a vida dos pequenos.

A Sra. Presidente - Estamos encaminhando a proposta à relatora do grupo de que saiu esse item. Não vamos discuti-lo agora.

Outra sugestão de alteração de redação da Proposta 200?

A Sra. Genária - Meu nome é Genária, da Creche Bom Pastor, de Itabira.

Peço apoio financeiro para a implantação de creches. Todas as vezes que as comunidades se organizam em entidades para atender crianças, só recebem apoio financeiro do poder público depois de dois anos de atividade. Até esse período, enfrentamos muitas dificuldades financeiras.

A Sra. Presidente - A maioria dos documentos foi construída com o consenso dos grupos de trabalho. Quem participou deles sabe que se discutiu cada proposta à exaustão para acertar entendimentos e construir consenso.

Você também falará sobre a Proposta nº 200?

A Sra. Irene Pereira da Silva Freitas - Não, quero apresentar uma consideração final.

A Sra. Presidente - Este não é o momento para considerações finais. Não podemos atrasar o relatório. Assim que as relatoras apresentarem os acréscimos que vocês sugeriram, passaremos às considerações finais.

A Sra. Irene Pereira da Silva Freitas - É referente à Proposta nº 55, que recebeu encaminhamentos.

A Sra. Presidente - O encaminhamento virá à Mesa e, se houver polêmica, voltará ao debate. Pode trazê-lo por escrito. Essa é uma primeira observação.

Segunda observação: algumas orientações para a ação do movimento de mulheres vieram juntas. Nós as separaremos.

A terceira observação é que há encaminhamentos a serem enviados aos órgãos federais, estaduais e municipais. Na estrutura do documento, nós os separaremos também. Não foi possível à relatoria fazer tudo agora.

Passaremos, agora, a palavra às relatoras para apresentação da absorção das propostas, que, na maioria, foram complementares. As ressalvas serão apresentadas ao final quando os temas polêmicos voltarem ao debate.

Com a palavra, Márcia de Cássia Gomes, para falar sobre o "Enfrentamento da violência contra as mulheres".

A Sra. Márcia de Cássia Gomes - A coordenação e as relatoras acataram todas as propostas que chegaram. Como não apareceu questão polêmica, entrarão todas as propostas que foram acrescidas nos programas e nas ações. Destacaremos uma única questão, que foi encaminhada pela Sílvia Raquel e entrará nas propostas gerais - teremos de articulá-la com a da saúde: é a da garantia da visita íntima às mulheres que estão nas penitenciárias. As mulheres ainda não têm esse direito. Sabemos que essa é uma questão polêmica, portanto, entrará nas propostas gerais. Todo o restante apresentado entrará nas devidas ações e propostas para o plano.

Com relação à criação do órgão estadual previsto no item 176 do nosso relatório de propostas, a idéia é de que a proposição apresentada no item 3, na primeira folha, do tema "Enfrentamento da violência contra as mulheres", substitua aquele e entre como proposta geral do fórum técnico, como disse no início.

Daqui a pouco, lerei o documento que também se refere às propostas específicas do "Enfrentamento da violência contra as mulheres". Com relação à terceira ação, para a qual não havia proposta, informo que foram sugeridas três propostas, que serão acrescidas. Peço-lhes que prestem bastante atenção. Apresentarei o documento em PowerPoint, para que possam acompanhá-lo, pois ele será aprovado por aclamação. Está nas propostas gerais do enfrentamento. Não temos PowerPoint. Não há problema.

Esse documento será levado ao Tribunal por intermédio de uma comissão composta por 10 pessoas. Não discutirei aqui quais as pessoas que a comporão. A minha proposta é que realizemos uma reunião na semana que vem, para definir os serviços da rede, as representantes dessa comissão e também dos movimentos sociais. Propomos que uma parlamentar desta Assembléia Legislativa componha essa comissão de 10 representantes, para que façamos chegar ao Tribunal esse documento, caso seja aprovado. (- Lê:)

"Ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Hugo Bengtsson.

Em cumprimento à deliberação da Plenária Final do Fórum Técnico de Políticas para Mulheres, realizado nos dias 10 e 11/8/2006, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminhamos a V. Exa. solicitação para a criação, nos Municípios de Minas Gerais, dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para que possam ser viabilizadas as ações e para o julgamento de processos cíveis e criminais das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

A criação dos Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher cumpre exigência da Lei nº 11.340, de 7/8/2006 (Lei Maria da Penha), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; também altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal e dá outras providências.

A Lei nº 11.340, de 7/8/2006, recebeu o nome de Maria da Penha por ser uma justa homenagem à militante dos direitos das mulheres, que, por duas vezes, foi vítima de tentativa de assassinato pelo marido. Por causa disso, ela ficou paraplégica, mas o agressor só foi punido 19 anos e 6 meses depois, assim mesmo com uma pena de apenas dois anos de reclusão. Em decorrência da impunidade, em 2001, o Brasil foi responsabilizado por negligência e omissão em relação à violência doméstica pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A lei, que entrará em vigor dentro de 45 dias a partir da data de sua publicação, possibilita que agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada e proíbe a aplicação de penas pecuniárias, pelas quais os agressores eram condenados ao pagamento de multas ou cestas básicas. A pena de detenção para os crimes de violência doméstica triplicou: era de seis meses a um ano e passou para três meses a três anos.

Diante da importância que tem essa lei para a prevenção, punição e erradicação da violência contra as mulheres em nosso país, e principalmente pela impunidade de seus perpetradores, e sabendo do compromisso deste órgão em fazer cumprir tal prerrogativa, contamos com o comprometimento das autoridades responsáveis para fazer cumprir as reestruturações necessárias e exigências legais para sua aplicabilidade no Estado de Minas Gerais.

Para tanto, sugerimos, durante o processo de instituição dos juizados, uma articulação desse egrégio Tribunal com outros órgãos governamentais e entidades da sociedade civil envolvidos com o tema, para melhor enfrentamento de tão grave fenômeno social - o da violência contra as mulheres.

Participantes do Fórum Técnico de Políticas Públicas para as Mulheres.

Belo Horizonte, 11/8/2006."

A proposta é por aclamação, se concordarmos com o documento que está redigido.

A Sra. Isabel Braga - Meu nome é Isabel Braga, de Varginha. Gostaria que fosse colocado, no lugar de "Municípios", em todas as comarcas de Minas Gerais".

A Sra. Márcia de Cássia Gomes - A proposta está aceita. Será por aclamação? Vamos bater palmas para registrar mais uma vitória. (- Palmas.)

A Sra. Presidente - Vamos passar para o segundo grupo de trabalho. Para agilizar os trabalhos, estamos passando tudo em revista. Reservamos os temas polêmicos para a apreciação final.

A Sra. Sônia Maria Nascimento França - As considerações são muito pequenas. Apresentarei as sugestões porque, nas propostas, são necessárias apenas mudanças de palavras.

Sugestões que não estavam incluídas nas propostas: o primeiro emprego estadual. A lei já está em vigor, mas como não é devidamente explicada, os empresários não se interessam em disponibilizar vagas. Infelizmente a lei não decolou. Que seja feita uma revisão da lei para atingir alunos do ensino fundamental na idade de 16 a 24 anos.

O primeiro emprego federal existe, mas também não há divulgação. A sugestão é muito relevante: reinserção no mercado de trabalho; união da tecnologia jovem, primeiro emprego, com a experiência e maturidade; redução da jornada de trabalho nas metalúrgicas; extinção da concessão de licenças médicas com altas programadas; implementação e ampliação de estudos, diagnósticos, projetos, programas, medidas e atividades relativas ao adoecimento das professoras, de modo a prevenir e eliminar problemas e estabelecer medidas que garantam o bem-estar e a saúde dessas profissionais.

A última sugestão diz respeito a uma lei estadual de economia popular solidária, aprovada por esta Assembléia, mas que precisa ser sancionada pelo Governador. A I Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada no Município de Contagem, nos dias 2, 3 e 4/6/2006, encaminhou abaixo-assinado justificando a urgente regulamentação. Este fórum técnico referenda a necessidade desse encaminhamento. Na verdade, isso é um pedido de regulamentação de lei. São essas as sugestões. Obrigada.

A Sra. Thereza Christina Diniz - Citarei as sugestões em cada item. No item 61, existe a sugestão de inclusão, em programas de habitação, em caráter de urgência, de mulheres vítimas de violência de gênero. No item 62, com relação a famílias que tenham filhos menores ou com trabalho comprovado, não informal, a sugestão é que se inclua a expressão "e sem trabalho". No item 63, a Vereadora sugeriu a criação de uma emenda parlamentar propondo a destinação de 1% do ICMS para investimento em habitação urbana e rural. Suprimimos o item 65 e acrescentamos no item 71 "lavanderias coletivas". Os itens 95 e 96 serão condensados. No item 99, acrescentamos, como sugestão, "em todo o Estado de Minas Gerais". Esse item propõe a criação, pelo órgão competente, de um banco de dados somente sobre as pequenas produtoras rurais do Baixo Jequitinhonha. Foi acrescentado "em todo o Estado de Minas Gerais". Essas foram as sugestões anotadas.

A Sra. Presidente - Com a palavra, a Sra. Elizabeth Trotta.

A Sra. Elizabeth Trotta - Ao registrarmos todas as sugestões, relacionando-as com o número de cada item, verificamos que todas estão sendo beneficiadas. Se for necessário, verificaremos item por item, mas acredito que isso não será preciso, porque se trata apenas de acrescentar ou mudar um termo. Reservamos os três últimos, que são mais polêmicos, para discutirmos.

A Sra. Marta Alice Venâncio - Elizabeth, eu não diria que são polêmicos, mas que devem ser esclarecidos.

O item 121 propõe a ampliação da oferta de mamografia, garantindo-se que os Municípios adquiram mamógrafos. Ocorre o seguinte: mamografias são feitas em nível de atenção secundária. Os Municípios são responsáveis pela atenção primária. A atenção secundária é de responsabilidade das microrregiões. O que o Município tem de ter é a garantia de acesso à mamografia.

Foi apresentado ontem, embora de maneira rápida, que cada microrregião do Estado terá um centro de referência de saúde sexual e reprodutiva, onde haverá um mamógrafo. Até o fim do ano, talvez não estejam inaugurados, mas já estão em construção 27 centros. Ao longo dos próximos anos, outros serão construídos. Haver um mamógrafo num Município de 2 mil pessoas, por exemplo, ou de 5 mil habitantes, realmente é impossível, porque não teremos lá nem a pessoa que vai fazer esse tipo de análise nem o aparelho.

Quanto à regularização da implantação, em todos os hospitais do SUS e hospitais conveniados, de serviço gratuito de laqueadura de trompa para gestante de alto risco, já existe legislação estadual sobre isso, e não é necessário que ela seja gestante de alto risco. A lei abrange todas as mulheres que preencham alguns requisitos: ter mais de 25 anos, dois filhos, etc. Para poder fazer a laqueadura, o serviço tem de contar com o obstetra, com o ginecologista, e são necessários alguns requisitos. Tudo isso está estabelecido na legislação. Aqui está dito até que seria no caso de mulheres de baixa renda, que tenham mais de seis filhos. Não é necessário nem que ela tenha seis filhos; acima de dois já pode ter acesso. Na cidade onde não há esses hospitais, o gestor municipal tem de garantir o acesso à laqueadura. E o hospital tem de estar credenciado, para resguardar a qualidade do atendimento. Isso é algo que já existe, então.

Quanto à elaboração de projeto de assistência à mulher presa ou encarcerada para a construção de prisão-maternidade, item 127, isso está garantido também no 111. Quando se fala em prisão-maternidade, são duas estruturas muito complexas. Se se fizesse uma pesquisa em relação à demanda dessa necessidade... Ontem foi dito que não existe nem necessidade de extensão do atendimento às adolescentes privadas de liberdade por força de lei, porque não existe essa demanda. A prisão-maternidade está contemplada no 101, com a adequação da atenção à saúde da detenta nos períodos de gestação e amamentação nos presídios femininos, e também no 127, com a elaboração de projeto de assistência à saúde da mulher presa ou encarcerada, que contemple a implementação de unidades similares aos Cieps e Apacs, com estrutura organizada, em parceria com fundações e entidades do terceiro setor.

Sentimos necessidade de esclarecer esses três itens, mas o mais polêmico de todos não chegou à Mesa. A proposta relativa à descriminalização do aborto não chegou até nós.

A Sra. Presidente - Vamos apreciar o relatório depois da parte da educação inclusiva. Vamos ler as opiniões sobre esse assunto, podem ficar tranquilas. A relatora do tema é a Profa. Magda Chamon. Depois retomaremos o debate das duas opiniões.

A Sra. Magda Chamon - Sobre a questão da educação, o que veio à Mesa foi apenas a proposta de se complementar, solicitando-se algumas especificações, principalmente em relação às creches.

Há quatro em relação às creches. O item 165 já foi acolhido, ou seja, a substituição da expressão "deficiente" por "portadores de necessidades especiais". Há a questão dos livros didáticos. A nossa colega sugere que isso não seja em geral, mas que se especifiquem os tipos de livro didático que discriminam o trabalho da mulher. Essa questão foi muito bem aceita. Há também a inserção da importância da raça negra nos currículos escolares, que foi muito bem acolhida. Portanto, estão todas contempladas. Será apenas uma questão de organização de escrita.

A Sra. Presidente - Restaram, para a fase final, o debate e a apreciação de como trataremos a única questão polêmica. A comissão organizadora está verificando como registrar as opiniões acerca disso. Concederemos a palavra às pessoas que querem defender a manutenção

do apoio à lei e às companheiras que querem a retirada do item. Neste fórum, não cabe votação. Faremos um encaminhamento, registrando as opiniões aqui apresentadas. Logo depois da aprovação dos relatórios, a Delegada Maria Olívia fará um esclarecimento.

Para a defesa da manutenção do item 145 como ele está, com a palavra, a Sra. Neusa Melo.

A Sra. Neusa Melo - Essa proposta está assinada por mim; por Dehonara e Adria Ferraz, da Marcha Mundial de Mulheres; Ivone Mendes; Márcia de Castro, da Coordenadoria de Mulheres de Belo Horizonte; Lourdinha, do Sindicato dos Fiscais; Adelino, de Juiz de Fora; Eunice e Ana Maria.

Achamos que uma proposta que foi aprovada em um fórum mais amplo como este não pode ser retirada do documento. O aborto no Brasil é legal para as mulheres que podem pagar. Quem sofre com a legislação vigente do aborto, essa legislação punitiva, que coíbe o aborto, são as mulheres pobres, que, muitas vezes, não têm acesso à informação e ao tratamento adequado de saúde. Na maioria dos casos, fazem o aborto de forma insegura, utilizando instrumentos que perfuram o útero, ou então se submetem a pessoas incapazes, que as colocam em risco de morte. A legalização do aborto no Brasil é uma questão de justiça social, de direitos humanos, porque mulheres sofrem com a gravidez indesejada sem ter acesso ao atendimento adequado.

O aborto é um direito da mulher em razão da autonomia com relação ao próprio corpo. A mulher deve poder submeter-se ao aborto, tendo em vista os altos níveis de mortalidade materna acarretados por aborto ilegal.

Existe um projeto tramitando no Brasil, com o apoio do Movimento de Mulheres do Brasil inteiro, que foi encaminhado pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, num ato corajoso da Secretária. Trata-se de um projeto que poderá diminuir o sofrimento das mulheres em razão da gravidez indesejada.

A gravidez é carregada de preconceito em todos os aspectos. As mulheres que não têm filhos sofrem preconceito, assim como as que têm e as que estão em situação de gravidez indesejada. Acreditamos que estas últimas têm o direito de recorrerem ao aborto. Além do mais, o Estado precisa garantir um atendimento adequado a essas mulheres.

Por tudo isso, defendemos a legalização do aborto no Brasil e esperamos que este fórum técnico tenha a sensibilidade de compreender que as mulheres são diferentes. Eu ou qualquer outra mulher podemos não querer fazer aborto, mas isso não quer dizer que temos o direito de desrespeitar a vontade daquelas que assim o queiram. É preciso que essas mulheres sejam respeitadas no seu direito e desejo.

A legalização do aborto no Brasil é uma questão de vida que precisamos garantir. Por isso esperamos que este fórum tenha a sensibilidade de garantir e defender mais esse direito para as mulheres no Brasil. Obrigada.

A Sra. Presidente - Com a palavra, a companheira que defenderá a retirada. Duas opiniões serão registradas; por isso, mais uma vez, estamos dando a palavra a ela. Tudo isso para que possa haver direitos iguais. O tempo está sendo computado.

A Sra. Rosângela Di Lorenzo Bello - Meu nome é Rosângela. Sou Promotora de Justiça da Comarca de Três Corações.

Reconhecemos que as mulheres pobres são as mais prejudicadas, já que se utilizam do aborto sem a devida assistência médica. Sabemos dessa realidade.

No sistema de saúde existem possibilidades e alternativas de prevenção da gravidez, como, por exemplo, a laqueadura de trompas, que não chegam a essas mulheres, motivo pelo qual têm de lançar mão de um recurso extremo, que é o aborto. Trata-se de um recurso violento, que tira a vida do nascituro e que também traumatiza muito a mulher.

O aborto não é uma brincadeira. Uma senhora que acabou de me procurar teme que, com a sua liberação, o aborto se torne um comércio nas clínicas.

Tememos que políticas públicas mal-intencionadas, no futuro, incentivem o aborto justamente na classe pobre e nas populações negras, como forma de diminuir essa demanda. Isso já aconteceu, há 30 anos, com as mulheres que foram esterilizadas, maciçamente. Um estudo sério sobre isso foi elaborado pela grande socióloga Berquó, de São Paulo, fazendo essa denúncia. Se começarmos a suprimir a vida do nascituro, daqui a pouco suprimiremos a vida dos velhos, dos doentes e, sabe Deus, dos negros, porque essa política se voltará contra os pobres. O aborto legalizado é uma violência contra a vida. A Constituição o proíbe, garante a vida de todos e do nascituro também, por motivos humanitários, legais e constitucionais.

A Sra. Presidente - Obrigada. Para garantir a democracia, ouviremos a defesa da implementação do aborto. Imediatamente, passaremos para o encaminhamento. Queremos lembrar que a Delegada, Dra. Olívia, tem um encaminhamento a fazer logo após a fala da Dehonara.

A Sra. Dehonara de Almeida Silveira - Sou Dehonara, da Marcha Mundial de Mulheres. Defendo o projeto de descriminalização do aborto e sua legalização, porque hoje, em nosso país, o aborto é uma realidade. As mulheres das diversas classes sociais - não apenas as pobres - fazem o aborto. Queremos que as mulheres possam fazer o aborto de forma tranqüila, que não ponham em risco a sua saúde.

Hoje, o aborto é a 4ª causa de mortalidade materna, fora os sub-registros. Há muitas mulheres que foram consideradas mortas por hemorragia, mas foi consequência de aborto malfeito. Essas mulheres chegam aos hospitais em condições precárias, com infecção, hemorragia e, às vezes, são mal atendidas. Queremos a legalização do aborto para que as mulheres que tomaram essa decisão difícil, desesperada, tenham atendimento médico. Ela não foi feliz no processo de prevenção da gravidez e tomou uma decisão difícil. Ninguém faz opção pelo aborto por brincadeira, por comércio. Mas é uma decisão difícil, individual, pessoal; muitas vezes, essas mulheres pensam na vida delas. Não podemos continuar com essa hipocrisia, pois o aborto é uma coisa que acontece.

As mulheres que têm dinheiro vão para as clínicas e pagam R\$2.000,00, R\$3.000,00 pelo aborto. Isso é comércio. Ao se legalizar, esse comércio acabará, porque as mulheres poderão fazer o aborto pela rede pública. Hoje há várias clínicas que cobram R\$2.000,00 pelo aborto. Quem tem dinheiro o faz bem-feito, sem consequências para a sua saúde; quem não tem faz nas clínicas de fundo de quintal, com talo de mamona, agulha de crochê, vai parar nos hospitais e morre de hemorragia. É isso que queremos evitar com a descriminalização do aborto.

Acho que as pessoas, por questões de fundo religioso, não podem proibir ninguém de fazer o aborto. Vamos respeitar. O projeto de lei de descriminalização do aborto respeita as convicções individuais e religiosas de cada pessoa. O que não podemos é impor nossas convicções religiosas a todas as pessoas. Muitas mulheres que têm convicções religiosas - são católicas, muçulmanas, crentes ou espíritas - praticam o aborto e vivem com o sentimento de culpa. Queremos legalizar o aborto, inclusive para que essas mulheres tenham apoio psicológico para superar essa dor, essa perda, que o mito da maternidade provoca em todas as mulheres.

Acho importante acabar com a hipocrisia de achar que podemos impor nossa convicção religiosa a toda a sociedade e que o aborto deixará de existir. Ele sempre foi feito e continua sendo feito, mas queremos que seja com assistência digna para as mulheres.

A Sra. Presidente - Conversamos com a Coordenação e a Comissão e consideramos o seguinte: o bloco de propostas consensuais estará presente no relatório e tem a força do consenso. O relatório registrará, à parte, as duas opiniões acerca dessa questão. Do relatório constarão as opiniões divergentes das companheiras. Ele tem a obrigação de registrar os diferentes pontos de vista, embora não o faça como uma proposta, já que houve consenso sobre o assunto. Mas o debate aqui travado será registrado. Não podemos aceitar essa proposta, já que ela não foi aprovada por consenso. Esse é o nosso encaminhamento.

A Sra. Neusa Melo - Deputada, concordamos com esse encaminhamento, mas proponho acrescentar um item em que se oriente o Estado, no que diz respeito às áreas que tratam da saúde da mulher, para que se abra e amplie o espaço de debate a respeito do aborto, a fim de que todos possam ser ouvidos a respeito do assunto e possamos chegar a uma proposta consistente e com relação à qual houve pacto.

A Sra. Presidente - Mantemos o encaminhamento porque, como todo o relatório já foi apreciado e aprovado, não poderíamos incluir item novo, que não fez parte dos debates dos grupos. Mantemos o encaminhamento pelo registro do debate. Quando do processo de discussão do relatório, faremos referência a sua orientação.

Alguma questão a respeito desse problema? (- Pausa.)

Este documento será refeito, e separaremos as recomendações ao Movimento de Mulheres; os pleitos aos governos federal, estadual e municipal; e encaminharemos à Seplag o que for relativo ao Estado, a fim de que absorva as modificações apresentadas. A Secretaria de Planejamento, por meio de sua Secretária, Renata Vilhena, fará o lançamento do plano estadual, do qual constarão apenas as questões consensuais. Logo que termine o processo eleitoral, estaremos presentes no lançamento do plano estadual, para o que contamos com a presença de todos vocês, na busca de uma conquista efetiva no tocante ao direito das mulheres.

Surgiu uma polêmica num dos grupos acerca de situação ocorrida em uma das delegacias do interior. Houve uma solicitação, por parte da Dra. Olívia, de vir aqui para se pronunciar a respeito da questão.

Aqui houve um grande avanço, um esforço de entendimento, e, com esse espírito, marchamos para o crescimento. Com a palavra, a Dra. Olívia.

A Sra. Olívia de Fátima Melo - Boa tarde a todos. Aproveito a oportunidade para parabenizar os que estão presentes neste evento, um grande avanço, um grande passo, pela dedicação na condução dos trabalhos. Parabenizo todas as coordenadoras de grupos.

Acredito que vamos obter muito sucesso. Estou aqui atendendo a um pedido de uma colega, Delegada de Polícia, Irene, da Delegacia de Mulheres de Ipatinga. Seu nome foi citado ontem, de forma ofensiva e amoral, ferindo sua ética profissional. Ela tomou conhecimento do fato e me telefonou hoje cedo, reivindicando, como direito de resposta, a leitura deste documento que me foi enviado por fax. (- Lê:)

"Ipatinga, 11/8/2006.

Cara Deputada Jô Moraes e demais participantes do Fórum da Mulher.

Venho, por meio desta, esclarecer que os fatos a mim imputados na data de ontem, nesse fórum, pela Sra. Glaysa Moema, são inverdades. Já existe um inquérito policial que apurou as denúncias feitas pela citada senhora, sendo que não restaram provados os fatos por ela apontados. O assédio sexual que ela noticia ocorreu na cidade de Caratinga (MG), e é só por isso que nossa Delegacia de Mulheres de Ipatinga não cuidou do seu caso. Ressalto que já apresentei notícia-crime contra Glaysa, por denúncia caluniosa e calúnia. Pleitearei indenização por reparação de danos contra a citada, reafirmando que sou profissional renomada e zelosa de minha honrada função. Jamais praticaria os crimes desonestos que a Sra. Glaysa me imputa. Se ontem ela se portou como vítima nesse Plenário, hoje me coloco na mesma condição, uma mulher sentindo-se profundamente violada em sua dignidade e honra. Assim, solicito-lhe a leitura do presente, bem como que se faça constar em ata deste importante evento este documento.

Irene Angélica Franco e Silva, Delegada de Polícia Civil.

Ipatinga-MG."

Essa senhora reclama que teria ido até a Dra. Irene e que esta não lhe deu atenção, não quis pegar sua denúncia. A Dra. Irene justifica, dizendo que não pegou sua denúncia porque não era da sua cidade. Em razão disso, ela a encaminhou a Caratinga, orientando-a como proceder.

A Sra. Presidente - Consideramos que, na democracia, o direito à defesa é respeitado. Lamentavelmente, a Glaysa não está aqui. Acredito que sairemos daqui caminhando mais pelo entendimento de como construir, resolver e apurar os fatos.

- Este fórum deu origem a um documento final, que será publicado na edição de 2/9/2006.

Palavras da Sra. Presidente

Agradecemos a todos. Às vezes, esse tema nos leva a paixões e tensões, mas o desejo das mulheres de construir um consenso, com diferentes opiniões partidárias, religiosas e éticas, demonstra o grau de amadurecimento para fazer um encontro tão bem sucedido quanto aos seus objetivos. Quero registrar o número grande de profissionais do direito, de Vereadores, Delegadas, agentes do serviço público, sinalizando-nos a possibilidade de avanço nessas questões. Agradecemos a todos os profissionais da Assembléia, que nos deram sustentação, aos movimentos sociais e a todos aqueles que vieram de longe para dar sua contribuição, demonstrando que a mulher tem a marca da força, da coragem e, sobretudo, a marca da solidariedade na construção de um mundo melhor. Parabéns a todos nós e um bom dia. A Presidência agradece a presença dos participantes e das autoridades.

Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de quarta-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia

12/8/2006.) Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 17/8/2006

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras da Deputada Maria Olívia - Palavras do Sr. Renato Rossi - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Renato Rossi, Presidente do Serviço Social do Comércio de Minas Gerais - Sesc-MG - e da Federação do Comércio de Minas Gerais - Fecomércio -; Ten.-Cel. Carlos da Costa Ferreira, representando o Gen. João Roberto de Oliveira, Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Exército; Vereador Paulo Lamac, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Juiz Federal Eduardo José Corrêa, Vice-Diretor do Foro de Minas Gerais; Namilton Coelho, Diretor Regional em exercício do Sesc-MG; e a Exma. Sra. Deputada Maria Olívia, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Srs. Paulo Sérgio Bravin Comam e Mário Borges do Amaral, Conselheiros do Sesc; Antônio Claret, jornalista e Diretor do "Jornal MG Turismo"; Hugo de Andrade; Sebastião Mauro Silva, Vice-Presidente da Fecomércio; Prof. Saulo Martins; Sr. Antônio Lambertucci, Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais; e Sr. Lázaro Pontes, Presidente da União dos Varejistas de Minas Gerais.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização de homenagem ao Serviço Social do Comércio - Sesc - pelo transcurso de seus 60 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional, que será cantado, a capela, por Oswaldo Magalhães.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras da Deputada Maria Olívia

Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Deputado Mauri Torres, Presidente; Srs. Renato Rossi, Presidente do Serviço Social do Comércio de Minas Gerais - Sesc-MG - e da Federação do Comércio de Minas Gerais; Ten.-Cel. Carlos da Costa Ferreira, representando o Gen. João Roberto de Oliveira, Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Exército; Vereador Paulo Lamac, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Juiz Federal Eduardo José Corrêa, Vice-Diretor do Foro de Minas Gerais; e Namilton Coelho, Diretor Regional em exercício do Sesc-MG; diretoria, funcionários, beneficiários e usuários do Sesc-MG, senhoras e senhores, gostaria de iniciar a minha fala por meio de um breve histórico do Sesc, criado em 1946. Naquele ano, o País se democratizava, e as forças políticas e sociais emergentes procuravam ocupar o espaço de liberdade que os novos tempos traziam. Todavia o pano de fundo desse cenário mostrava um país pobre, atrasado e com fortes conflitos sociais.

Os mais lúcidos representantes do empresariado brasileiro perceberam que os novos tempos exigiam novos métodos nas relações entre capital e trabalho. Esses empresários entenderam que somente por meio de uma relação harmoniosa entre as forças produtivas o País teria condições de superar os graves problemas com que se defrontava. Para encontrar soluções para os problemas sociais que enfrentavam, as lideranças empresariais do comércio, indústria e agricultura se reuniram em Teresópolis, na 1ª Conferência das Classes Produtoras. Nessa reunião, foi aprovada a Carta da Paz Social, que deu forma à filosofia e ao conceito de serviço social custeado pelo empresariado. A proposta contida na Carta da Paz Social foi submetida ao governo federal. No dia 13/9/46, o Sr. Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, assinava o Decreto-Lei nº 9.853, que autorizava a Confederação Nacional do Comércio a criar o Serviço Social do Comércio - Sesc. O art. 1º diz: "Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comércio - Sesc -, com a finalidade de planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade".

Sessenta anos se passaram. Hoje o Sesc está presente em todos os 26 Estados, no Distrito Federal e em cidades de pequeno e médio portes. Em muitas delas é a única opção da população para serviços de educação, saúde, cultura, lazer e assistência.

Em função dos princípios de sua ação social, o Sesc não se limita a ser uma entidade de caráter assistencial; propõe-se a ser - e é - uma entidade de caráter de bem-estar social.

O trabalho do Sesc é desenvolvido em unidades fixas e móveis, em empresas comerciais e em espaços públicos por técnicos especializados e auxiliares que são permanentemente reciclados em suas áreas de atuação, por meio de cursos, seminários e treinamentos.

Eficácia, qualidade e acessibilidade são características básicas das ações do Sesc, concretizadas em projetos nacionais e regionais. Para ilustrar essas ações, gostaria de mencionar o trabalho realizado pelo Sesc-MG no atendimento às necessidades fundamentais dos cidadãos nas áreas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer e turismo social.

Saúde: para o Sesc-MG, a saúde é o maior bem que um ser humano pode ter. Por isso, diversas atividades são realizadas na área preventiva, com campanhas educativas, palestras e ações interativas, visando envolver, de fato, a comunidade na prevenção de doenças. Ao mesmo tempo, a entidade possui unidades fixas e volantes de saúde, que oferecem serviços como exames laboratoriais e especializados, vacinas, consultas médicas e atendimento na área odontológica.

Cultura: ciente de que a cultura é muito importante para o crescimento individual e o desenvolvimento de um povo, o Sesc-MG oferece ao público cultura e arte de qualidade, visando ao seu crescimento intelectual, bem como ao exercício de seu direito ao lazer.

O Sesc-MG promove também projetos em praças públicas e diversos outros espaços, com o objetivo de dar ao público acesso a verdadeiras manifestações culturais. Alguns projetos são tradicionais e atraem milhares de pessoas por onde passam, como o Minas ao Luar, o Minas em Serenata, o Causos e Violas das Gerais e as Ruas de Lazer.

Serviços: é ainda prioridade para o Sesc-MG promover eventos de ação humanitária que integram recreação, lazer, cultura e serviços. São diferentes fontes de atividades, desde cursos em unidades de serviços e liceus de artes, cultura, esporte e lazer até campanhas de inserção social e cidadania, com destaque para os projetos especiais de atendimento a pessoas portadoras de deficiência e atividades realizadas mensalmente, como o Projeto Girapraça e a Maratona da Solidariedade.

Falarei sobre o trabalho que considero o mais relevante: aquele voltado para a terceira idade.

A atuação com a terceira idade é uma marca do Sesc-MG, que busca oferecer melhor qualidade de vida e opções de lazer e turismo às pessoas dessa faixa etária. O pioneirismo e o respeito a esse trabalho elevam a entidade como uma das principais promotoras do bem-estar da terceira idade. O primeiro grupo de idosos constituído no Sesc-MG foi criado em 1976 e comemora 30 anos em 2006. Para a terceira idade, há atividades específicas nas áreas de educação, cultura, lazer social, esporte, saúde e cidadania.

Turismo social: o Sesc-MG incentiva o turismo por meio do Projeto Turismo Social, por meio do qual promove viagens para o público de todas as idades. Crianças, jovens, adultos e idosos são beneficiados com uma grande agenda de excursões para várias cidades do Brasil. O grande diferencial da atuação do Sesc-MG na área do turismo são os seus projetos de incentivo aos roteiros da Estrada Real e dos circuitos turísticos de Minas Gerais.

Na área do turismo, o Sesc-MG ainda possui pousadas e centros de turismo, convenções e lazer em diversas cidades do interior de Minas Gerais e uma no litoral fluminense, com preços acessíveis, muito conforto e serviços de qualidade. As unidades do Sesc-MG podem ser freqüentadas por comerciantes e pelo público em geral. As pessoas interessadas podem optar pela unidade mais próxima de sua casa e matricular-se. As pousadas e os centros de turismo, convenções e lazer também estão abertos para toda a comunidade.

Queridos amigos, acho que não é preciso acrescentar mais nada, diante de tudo o que foi dito. Ao longo destes anos, o Sesc se consolidou como uma entidade imprescindível em sua área de atuação. Mais que prestar uma homenagem, a reunião de hoje se propõe a divulgar esse grandioso trabalho e a agradecer a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, nessa magnífica tarefa de desenvolvimento integral dos indivíduos, mediante a melhoria de suas condições de existência. Parabéns, Sesc! Parabéns, Sesc-MG! Recebam os cumprimentos e o reconhecimento desta Casa Legislativa por tudo que têm feito na construção de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador do setor de comércio de bens e serviços. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Renato Rossi

Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Fábio Avelar, representando o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; Ilmo. Sr. Ten.-Cel. Carlos da Costa Ferreira; Exmo. Sr. Vereador Paulo Lamac; Exmo. Sr. Juiz Federal Eduardo José Correa; Sr. Namilton Coelho, Exma. Deputada Maria Olívia, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem; a todos os funcionários do Sesc-MG, Diretores, conselheiros aqui presentes, nossos cumprimentos, senhoras e senhores. Hoje é um dia muito especial para o Serviço Social do Comércio de Minas Gerais. Receber o reconhecimento desta Casa é gratificante para nós, porque comemorar 60 anos fortalece-nos e incentiva-nos a trabalhar cada vez mais.

Nossa principal missão é promover o bem-estar dos trabalhadores no comércio de bens, de serviços, de turismo e da comunidade, por meio de ações preventivas na área da saúde, desenvolvendo a cultura, a educação, o esporte, o lazer e o turismo social.

Quero fazer deste um momento de agradecimento. Agradeço aos membros da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em especial à Deputada Maria Olívia e a toda a população mineira, o carinho e o respeito pelo Sesc-MG.

Agradeço aos funcionários, em especial ao Diretor Regional do Sesc mineiro, o trabalho incansável e a dedicação a nossos ideais. Cada um é responsável pelo grandioso serviço que prestamos, principalmente para esta platéia aqui presente, os idosos, nosso ponto alto no atendimento. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem a um vídeo institucional do Sesc.

- Procede-se à exibição do filme.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Fábio Avelar, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Sr. Renato Rossi de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: (- Lê:)

"Criado há 60 anos com o objetivo de encontrar soluções para os problemas enfrentados nas relações entre capital e trabalho, o Serviço Social do Comércio - Sesc - representa uma iniciativa vitoriosa e uma nova filosofia no campo da assistência ao trabalhador do comércio de bens e serviços. Pelo enorme benefício social que o Sesc proporciona à comunidade, nas áreas de educação, esporte, lazer, saúde e turismo, o reconhecimento e a homenagem da Assembléia de Minas, em nome de todo o povo mineiro."

O Sr. Presidente - Com muita satisfação, convido a me acompanhar na entrega da placa a Deputada Maria Olívia, autora do requerimento desta justa homenagem.

- Procede-se à entrega da placa.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação musical do Grupo de Seresta Reencontro, do Sesc Tupinambás, sob a regência da cantoterapeuta Cibele Oliveira.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente.

Boa tarde a todos. Cumprimento os Exmos. Srs. Renato Rossi; Ten.-Cel. Carlos da Costa Ferreira; Vereador Paulo Lamac; Juiz Federal Eduardo José Corrêa; Namilton Coelho; e a nossa querida colega Deputada Maria Olívia, grande companheira. Infelizmente, depois de longa e exemplar vida pública, por sua decisão, está terminando o seu mandato. Cumprimento-a de forma muito carinhosa pela iniciativa da realização desta homenagem, pois comemoramos, com muita satisfação, os 60 anos dessa importante entidade.

Ressalto que o requerimento da ilustre Deputada Maria Olívia foi assinado por praticamente todos os Deputados da Casa. Apenas não assinaram os que estavam ausentes no período da coleta de assinaturas, o que representa o carinho que temos pelo Sesc. Cumprimento ainda a imprensa e os telespectadores da TV Assembléia.

De forma especial, gostaríamos de agradecer a belíssima apresentação do Grupo de Seresta - Reencontro do Sesc Tupinambás, sob a regência da cantoterapeuta Cibele Oliveira.

Entidade voltada para o bem-estar da sociedade, o Serviço Social do Comércio de Minas Gerais é uma instituição pioneira, ao abraçar, há 60 anos, as causas da responsabilidade social e da cidadania. Com recursos provindos da contribuição dos empregadores do comércio de bens e de serviços, o Sesc-MG vem promovendo, em todas essas décadas, valores maiores, como o amor à liberdade e à democracia e o apoio aos menos favorecidos, oferecendo-lhes, pela educação, meios de conquistar melhores condições de vida.

Quando surgiu, em 1946, o País abandonava uma ditadura e reencontrava as práticas democráticas. Para ocupar o espaço de liberdade trazido pelos novos tempos, empresários lúcidos entenderam que, somente por meio de uma relação harmoniosa entre as forças produtivas, o Brasil teria condições de superar os graves problemas de um país pobre e com fortes conflitos sociais.

A Carta da Paz Social, fruto de uma reunião de lideranças empresariais congregadas em Teresópolis naquele ano, deu forma à filosofia do serviço social custeado pelo empresariado. Assim nasceu o Sesc mineiro, esforço da iniciativa privada interessada em promover lazer, cultura, alimentação e esporte para comerciários e seus familiares, atividades mais tarde ampliadas e estendidas à comunidade em geral.

Desde então, tem sido um agente viabilizador da promoção cultural, fomentador do turismo e incentivador da consciência ecológica e da preservação ambiental. Presente em todo o Estado, com postos fixos ou unidades volantes, utiliza profissionais treinados que oferecem à comunidade, além de atendimento médico e odontológico, cursos e oficinas diversos. Todas as idades constituem a sua clientela, trazendo soluções criativas para o lazer e proporcionando opções de vida para toda a família. Ao mesmo tempo, cria importantes oportunidades de trabalho.

Em reconhecimento à grande abrangência social de suas ações, parte integrante da história e do desenvolvimento de Minas Gerais, esta Casa cumprimenta a atual direção do Sesc, bem como todos os seus dedicados funcionários. Que os próximos 60 anos aprofundem essa profunda relação, marcada pelo amor e respeito entre o Serviço Social do Comércio e a população de nosso Estado. A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 22/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 23/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 23/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater propostas para criação de uma política de combate e prevenção do câncer de mama no Estado, com os convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 23/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 21/8/2006, destinada à realização do seminário legislativo "Segurança para todos - propostas para uma sociedade mais segura".

Palácio da Inconfidência, 18 de agosto de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 21/8/2006, destinada à comemoração do Dia do Maçom.

Palácio da Inconfidência, 18 de agosto de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marlos Fernandes, Doutor Viana, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2006, às 10 horas, na Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas, com a finalidade de debater os problemas oriundos da reconversão agroextrativista da monocultura do eucalipto na comunidade de Vereda Funda, nesse Município; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2006.

Padre João, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/8/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

nomeando Rubens da Silva Brasilino para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 8/8/2006, que exonerou Fabiano Julio de Souza do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 10/8/2006, que nomeou Patrícia Lacerda Lima para o

cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.123, de 4/11/92, e 5.198, de 21/5/2001, assinou o seguinte ato:

nomeando Júlio Cadaval Bedê para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Control Elevadores Ltda. Objeto: prestação de serviços e manutenções preventiva e corretiva de um elevador e um monta-carga, da marca Montele, instalados no Palácio da Inconfidência. Objeto do aditamento: alteração da subcláusula 6.1. Vigência: a mesma CTO/28/06 original. Dotação orçamentária: 33903900.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 18/8/2006, na pág. 40, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Leonardo Quintão", onde se lê:

"exonerando, a partir de 17/8/2006, Gustavo Pamplona Silva", leia-se:

"exonerando, a partir de 18/8/2006, Gustavo Pamplona Silva".